



Foto: marilandia.es.gov.br

DIAGNÓSTICO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

MARILÂNDIA

FUTURA

janeiro 2017



CONTEÚDO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	9
1.1 - Considerações Iniciais	9
1.2 - Definições e Premissas: O turismo, a cultura, o esporte e o lazer	12
1.3 - Organização de Relatório	14
CAPÍTULO 2 O TURISMO, A CULTURA, ESPORTE E O LAZER NO ES	15
2.1 - Análise do mercado do Turismo do ES	15
2.2 - Análise da gestão da cultura no Espírito Santo	34
2.2.1 - A aplicação da cultura segundo a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo - Secult	34
2.2.2 - O Sistema Nacional de Cultura e seus rebatimentos no Espírito Santo	34
2.2.3 - Planos e Ações da Secult	38
2.3 - Esporte e o Lazer no ES	41
CAPÍTULO 3 CONTEXTUALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA	43
3.1 - Considerações Iniciais	43
3.2 - Formação econômica e histórica	43
3.3 - Dinâmica Populacional e Demográfica	45
3.4 - Economia e Desenvolvimento	48
3.4.1 - Desempenho Econômico a Partir do Produto Interno Bruto	48
3.4.2 - Estrutura de Ocupação e Emprego	52
3.4.3 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	55
3.4.4 - Gestão Pública: Finanças	56
3.5 - Educação, Cultura, Esporte e Lazer	57
3.5.1 - Educação: Básica, Técnica e Superior	57
3.5.2 - Gestão Pública da Cultura, do Esporte e do Lazer	59
3.6 - Turismo	61
3.6.1 - Contexto Geral	61
3.6.2 - Estrutura Pública e Gestão	61
3.6.3 - Os segmentos do turismo em Marilândia	64
3.6.3.1 - Turismo de Rural e Agroturismo	64
3.6.3.2 - Turismo Esportivo	65
3.6.3.3 - Turismo Religioso	66
3.6.4 - Promoção do turismo	66
3.6.5 - Uma Leitura do Turismo a partir de Dados de Ocupação e Massa de Renda	66
3.6.6 - Uma Análise Comparativa do Coeficiente de Especialização	70

CAPÍTULO 4 DIAGNÓSTICO	72
4.1 - Considerações Gerais	72
4.2 - Metodologias	72
4.2.1 - Reconhecimento do Território	72
4.2.1.1 - Pesquisa de caráter exploratório e etnográfico	72
4.2.1.2 - Oficina Participativa	72
4.2.1.3 - Pesquisa com o Trade Turístico	73
4.2.2-Inventário	73
4.3 - Resultados dos Levantamentos	75
4.3.1 - Reconhecimento do Território	75
4.3.1.1 - Entrevistas em Profundidade	75
4.3.1.1.1 - Caracterização dos entrevistados	7
4.3.1.1.2 - Avaliação da localidade	7
4.3.1.1.3 - Economia e desenvolvimento local	7
4.3.1.1.4 - Avaliação do evento e da Samarco	79
4.3.1.1.5 - Turismo, cultura, esporte e lazer	79
4.3.1.1.6 - Expectativas e propostas	81
4.3.1.2 - Oficina Participativa	82
4.3.1.2.1 - Considerações iniciais	82
4.3.1.2.2 - Apresentação dos participantes	82
4.3.1.2.3 - Percepções e análises	82
4.3.1.2.4 - Construção coletiva das propostas	83
4.3.1.2.5 - Principais conclusões	84
4.3.1.3 - Pesquisa com o Trade Turístico	85
4.3.1.3.1 - Síntese dos resultados	85
4.3.2- Inventário Turístico - Marilândia	89
4.3.2.1 - Considerações Iniciais	89
4.3.2.2 - Caracterização da oferta turística em Marilândia	89
4.4 - Diagnóstico do Turismo, Cultura, esporte e Lazer de Marilândia	96
4.4.1- Metodologias: Análise SWOT e Matriz de Avaliação e Impacto	96
4.4.1.1 - Análise SWOT	96
4.4.1.2 - Matriz de Impacto	97
4.4.1.2.1 - Turismo	99
4.4.1.2.2 - Cultura	101
4.4.1.2.3 - Esporte	103
4.4.1.2.4 - Lazer	104
4.4.2 - Resultados Marilândia: SWOT e Matriz de Impacto	109
4.4.2.1 - Direcionadores Estratégicos	112

CAPÍTULO 5 PORTFÓLIOS DE PROJETOS	113
5.1 - Considerações Iniciais	113
5.1.1 - Capacidade de resposta ao problema – impacto detectado – e aderência aos objetivos e premissas do PROGRAMA	113
5.1.2 - Capacidade de Transformação	113
5.1.3 - Risco de Implantação e Operação	114
5.1.4 - Custos Estimados	114
5.2 – Modelo conceitual e sua estrutura	115
5.2.1 - Modelo de Análise Multicritério	115
5.2.1.1 - Escala de hierarquização dos critérios	118
5.2.2 - Modelo de Análise Multicritério de Hierarquização	120
5.2.3 - Matriz de Avaliação de Iniciativas - MAI	122
5.2.3.1 Caracterização das iniciativas	122
5.2.3.2 Macro Critério 1 – Capacidade de resposta ao problema	122
5.2.3.3 Macro Critério 2 – Capacidade de transformação do problema	122
5.2.3.4 Macro Critério 3 - Riscos envolvidos	122
5.2.3.5 Macro Critério 4 - Custos estimados	123
5.2.3.6 Indicador geral ponderado	123
5.3 – Lista de iniciativas e Hierarquização de projetos	123
5.3.1 - Lista de Iniciativas	123
5.3.2 - Matriz de Avaliação de Iniciativas: MAI Marilândia	124
5.3.3 - Análise Gráfica	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131





DIAGNÓSTICO DO
TURISMO, CULTURA,
ESPORTE E LAZER

MARILÂNDIA

FUTURA



Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em março de 2016, foi assinado entre a União, os Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, a Samarco e os seus acionistas – Vale e BHP Billiton – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TAC), que trata da recuperação, mitigação, remediação, reparação, indenização e compensação dos impactos, nos âmbitos socioeconômico e socioambiental, nos municípios afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana – Minas Gerais, ocorrido em 05 de novembro de 2015.

O Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, é um dos 41 definidos pelo TAC e, dentre as suas atividades, está prevista a realização de um diagnóstico para as áreas do turismo, cultura, esporte e lazer em uma área de abrangência que engloba 40 cidades, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que foram assim regionalizadas:

Região 01: Mariana;

Região 02: Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado;

Região 03: Rio Casca, Sem Peixe, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal e Raul Soares;

Região 04: Dionísio, Córrego Novo, Pingo D'Água, Marilândia, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga e Santana do Paraíso;

Região 05: Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobralia, Fernandes Tourinho e Alpercata;

Região 06: Governador Valadares, Galiléia, Tumiritinga, Conselheiro Pena;

Região 07: Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu e Colatina;

Região 08: Linhares (Regência e Povoação), Marilândia e Aracruz (Barra do Riacho)

Em atendimento ao Termo de Referência PG 013 – RFP 4100313367 - PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, DE CUNHO REPARATÓRIO E COMPENSATÓRIO, proposto pela Samarco à Futura Consultoria e Pesquisa, coube a realização do Diagnóstico para o Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, nos municípios relacionados nas Regiões 7 e 8, tendo como principais objetivos:

- Identificar e qualificar impactos sobre o Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, em função do rompimento da Barragem de Fundão;
- Identificar potencialidades para o setor turístico nos municípios das áreas de abrangência;
- Avaliar pertinência das medidas Reparatórias e Compensatórias (Cláusulas 103 e 104 do Acordo) à luz do diagnóstico.

Para atender aos objetivos do edital, a proposta da Futura fundamentou-se na metodologia GDN (Gestão do Desenvolvimento de Negócios), adaptada com desdobramentos de um macro fluxo composto de quatro fases e momentos de avaliação, compreendendo atividades de responsabilidade da contratante e da Futura, conforme figura a seguir.



Figura 1.1: Modelo GDN

O GDN® tem, como propósito central, o desenvolvimento de Programas de melhoria e de transformação de empresas, organizações e regiões. O procedimento metodológico divide-se em duas grandes fases: Investigar Cenário e Definir Portfólio.

FASE 1 – INVESTIGAR CENÁRIO

Esta fase tem como objetivo identificar e analisar, de forma detalhada, os impactos gerados a partir do evento, enfatizando-se o turismo, cultura, esporte e lazer, de maneira que se estabeleça uma contextualização procedida de análises dos impactos identificados, com o fito de apurar oportunidades transformadoras a serem caracterizadas na segunda etapa.

A figura a seguir apresenta uma visão geral desta fase.

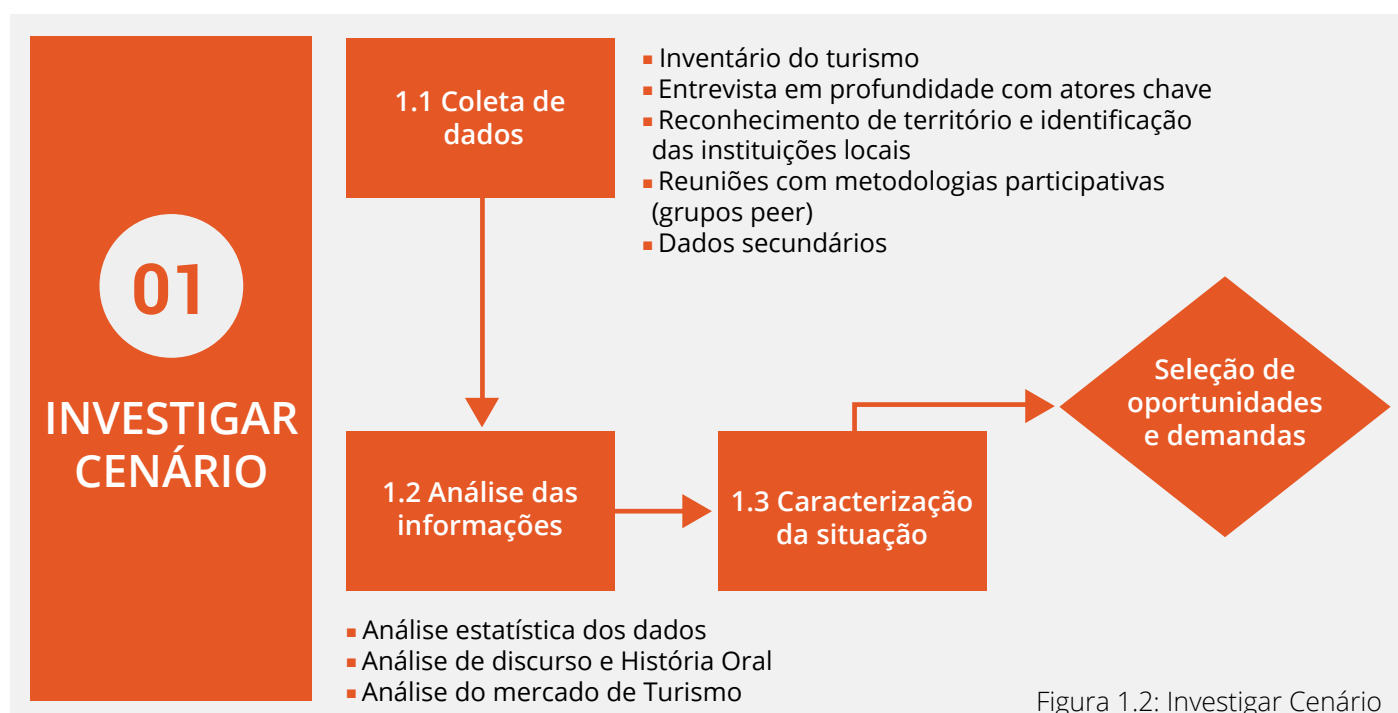


Figura 1.2: Investigar Cenário



FASE 2 – DEFINIR PORTFÓLIO

Esta fase tem como objetivo realizar uma análise do portfólio de oportunidades, demandas e medidas, de forma a identificar alternativas de investimento mais promissoras, por intermédio da utilização de um modelo de critérios (score card), que busca analisar as estratégias e interesses das partes interessadas no processo.

A partir desta análise, as escolhas e os direcionamentos de investimentos poderão ser feitos de forma mais objetiva e assertiva. A análise do portfólio considera três dimensões distintas, colocadas a seguir:

- **Maximização de valor:** O conjunto de projetos em condução deve proporcionar um resultado maximizado;
- **Balanceamento:** Os diferentes projetos em condução devem estar balanceados entre si,

o que significa que devem compor carteiras de projetos distintos, que possuam características diversas, variando o risco, os ganhos, as complexidades, e o potencial de inovação, com maior impacto na realidade local;

- **Alinhamento com a estratégia:** Os projetos em condução devem estar totalmente alinhados à estratégia do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

Esta fase é finalizada com a seleção de oportunidades, programas e iniciativas que serão avaliados e classificados, com objetivo de incentivar as áreas de turismo, cultura, esporte e lazer das regiões afetadas. A Figura 3 apresenta uma visão geral desta etapa, como se aufere abaixo:

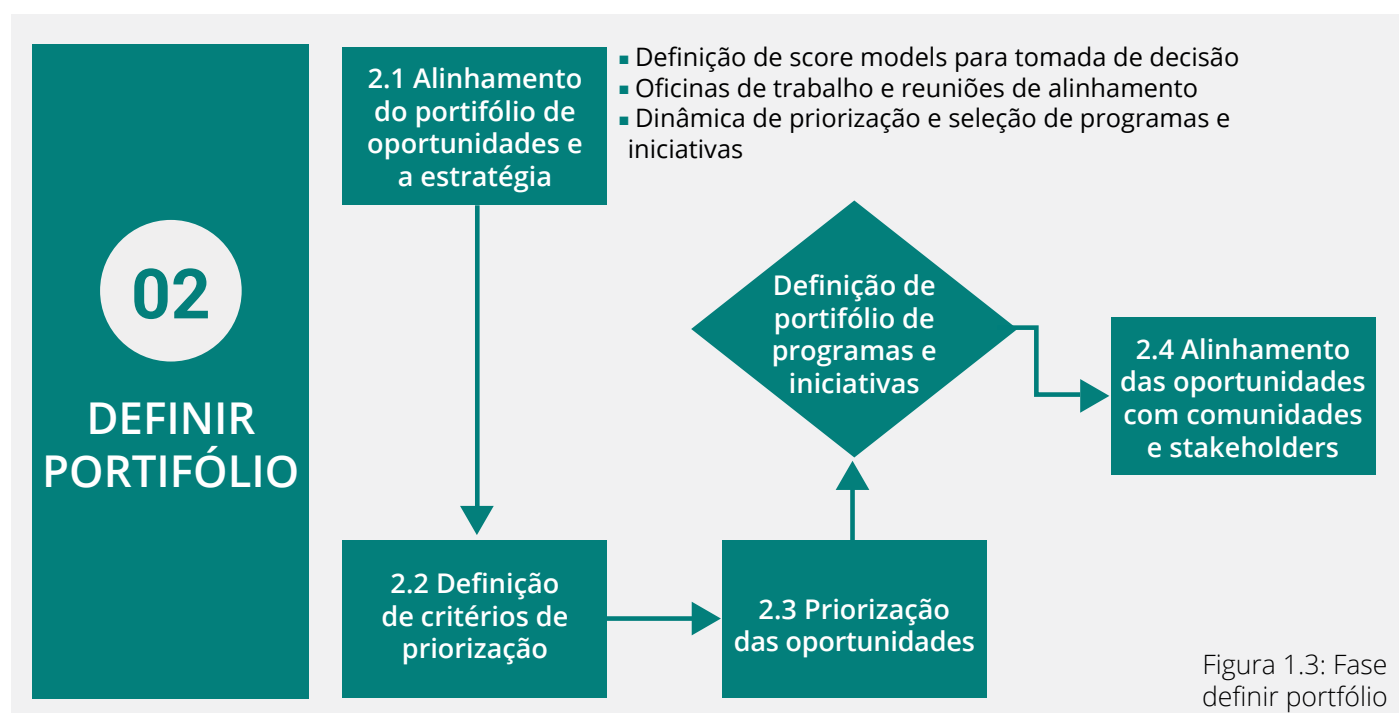


Figura 1.3: Fase definir portfólio

O desenvolvimento das fases apresentadas para a construção do diagnóstico iniciou-se no mês de outubro de 2016 e findou em janeiro de 2017. Os dois primeiros meses concentraram as atividades da Fase 1, sendo que o último mês foi dedicado ao Portfólio e avaliação das medidas.

Destacam-se as principais atividades realizadas:

- Coleta de dados primários e de dados secundários, que possibilitaram a contextualização e a compreensão do modo de vida das regiões e comunidades estudadas, bem como uma melhor caracterização do desenvolvimento das atividades turísticas, da cultura e das atividades de lazer;
- Análise do impacto do turismo na economia do Estado do Espírito Santo e dos municípios das Regiões 07 e 08;

■ Levantamento de equipamentos turísticos, de esporte e lazer, com utilização de metodologia baseada na proposição do Ministério do Turismo, 2011;

■ Realização de pesquisa qualitativa junto às principais lideranças dos municípios e comunidades impactadas; Realização de pesquisa de caráter exploratório junto ao trade turístico.

■ Elaboração de Diagnóstico para o turismo, cultura, esporte e lazer, para as Regiões 7 e 8, a partir da consolidação dos dados levantados; da realização de oficinas participativas em cada município e elaboração de portfólio de projetos.

Os procedimentos metodológicos adotados para os levantamentos, as análises de impacto e a definição do portfólio serão descritos nos capítulos que tratam diretamente dos resultados.

1.2 DEFINIÇÕES E PREMISSAS: O TURISMO, A CULTURA, O ESPORTE E O LAZER

O desenvolvimento do diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer fundamentou-se na premissa de que estas áreas são dimensões intrinsecamente imbrincadas. Não existem fronteiras precisas que as delimitem para tomá-las como compartimentos autônomos. Somente a ciência, fazendo uso da abstração, possibilita um trabalho de análise que dá conta da tarefa de delimitar explicações para dimensões distintas.

O propósito da presente investigação é trabalhar essas dimensões como conexas, partindo-se do turismo como atividade que se organiza a partir dos atrativos relacionados ao patrimônio histórico e cultural, ao lazer, a prática esportiva e a aspectos como o meio ambiente e a economia.

Segundo Cooper et al (2007) o turismo é um fenômeno social, cultural e econômico relacio-

nado a movimentos de pessoas a lugares fora do seu local usual de residência. Compreende atividades realizadas pelos visitantes, durante a sua viagem ao destino fora do seu entorno habitual, cuja duração é inferior a um ano, com qualquer finalidade (lazer, negócios, dentre outros), e que não seja empregado de nenhuma entidade residente no país ou local visitado.

Considerando a figura do turista, ao se fixar numa determinada localidade, há a tendência deste usufruir dos atrativos, encantos, diversões e, inclusive, do cotidiano local. O turista, portanto, numa perspectiva de mercado e negócio, é aquele que, ao se deslocar de seu território, – cidade ou local - de moradia mais permanente para outro território, efetua gastos diversos. Esse deslocamento pode ser para fins de trabalho, de lazer ou qualquer outro motivo, tais como esporte, atrativos culturais e eventos de várias naturezas.

Neste sentido, o turista se torna consumidor de uma categoria que abrange uma variedade de produtos e serviços, tais como hotéis, serviços de locomoção, restaurantes, shoppings, etc. Em síntese, ele é responsável pelo deslocamento da capacidade de gasto de um dado território para outro, se tornando, assim, fonte de receita para o destino.

Vários fatores movem turistas de seus territórios para outros. Para os que almejam lazer, por exemplo, podem mover o deslocamento as belezas naturais existentes no local visitado, como praias e montanhas. Não obstante, há aqueles que buscam valores culturais e históricos, representados por monumentos, museus e expressões culturais e artísticas locais. Outrossim, há aqueles que são movidos por demandas de trabalho ou de qualificação pessoal e/ou profissional. Por fim, há aqueles que encontram no esporte a motivação do seu deslocamento.

A ligação das atividades consideradas turísticas à dimensão cultural é facilmente evidenciada. O viés histórico/cultural representa um segmento que valoriza e promove os bens materiais e imateriais encontrados, bem como a inserção da demanda em manifestações culturais, em eventos, feiras e no próprio território.

Para Warnier (2000, p. 16), a cultura é:

[...] uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de ação e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva numa língua determinada, fator de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros, sendo as orientações dos atores uns em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico (WARNIER, 2000, p. 16)

Trigo (1998) identifica outra dimensão, ao relacionar turismo e cultura à natureza, que, quando observada pelos olhos humanos, é mediada pela cultura. Ou seja, a natureza, sempre que reconhecida por uma comunidade, passa a ser um elemento de identidade, o que significa que a cultura também pode se mostrar um fenômeno dinâmico e intangível.

No mesmo sentido, o turismo e o lazer configuram-se como uma forma de experimentar o modo de vida e as tradições locais, de modo que possuem uma sinergia, na medida em que a prática de ambos promove afirmação da identidade local.



Neste viés, Panosso Netto e Gaetta (2010) entendem que a concepção de lazer ultrapassa a utilização do tempo livre com atividades de recreação e entretenimento. Trata-se de uma construção cultural e de um fenômeno social que transparecem as maneiras peculiares e representativas de ser e ver, que definem grupos sociais.

O esporte também apresenta conexões com o turismo, a cultura e o lazer, na medida em que a existência de modalidades esportivas, junto à disponibilidade de equipamentos voltados para as suas práticas, possibilita o desenvolvimento do denominado Turismo de Esportes, que compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação das modalidades esportivas e configura-se como mais um elemento que caracteriza o modo de vida de um lugar.

Ressalta-se que cultura, esporte e lazer estão presentes em todo e qualquer território que abriga pessoas organizadas em sociedade, uma vez que são dimensões da vida e da dinâmica das cidades, sem que, necessariamente,

estejam conectadas com atividades consideradas turísticas. Não obstante, podem ser consideradas como potenciais atrativos.

Reafirmando o entrelaçamento das áreas de cultura, esporte, lazer e turismo, é possível estabelecer planos e objetivos confluentes, que levem em consideração as especificidades de cada região investigada e os impactos identificados.

Neste contexto, entende Rinaldi:

O dinamismo da cultura, nas suas diferentes formas e expressões, acrescenta valor à experiência do turismo. Em muitos lugares o turismo serve de importante estrutura financeira para o patrimônio cultural. A atividade turística precisa da cultura para desenvolver os destinos turísticos e esses destinos, através dos espaços e equipamentos que se utilizam dos aspectos culturais, podem ser transformar em relevantes espaços de lazer para a própria população. Dentre esses e outros fatores pode-se supor uma interdependência entre a cultura e o turismo.

1.3 ORGANIZAÇÃO DE RELATÓRIO

O Diagnóstico para o turismo, cultura, esporte e lazer – Marilândia está organizado em cinco capítulos:

- Capítulo 1 - Trata das informações gerais a respeito do Diagnóstico e traz uma breve descrição da metodologia e das premissas que orientaram o desenvolvimento dos levantamentos e análises;
- Capítulo 2 – Apresenta as áreas do turismo, cultura, esporte e lazer, com foco no mercado do Turismo no Espírito Santo;
- Capítulo 3 – Contextualização: Apresentação das características gerais acerca do município de Marilândia, trazendo à tona temas como seus processos de ocupação, descrição da

população, economia, organização da gestão pública, etc.;

- Capítulo 4 – Apresenta o Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer em Marilândia, a partir dos procedimentos metodológicos utilizados para os levantamentos; resultados dos levantamentos realizados; análise SWOT; análise dos impactos identificados por comunidade e, por fim, os direcionadores estratégicos;
- Capítulo 5 – Trata do Portfólio de Projetos e da metodologia adotada para a defini-los. Também fazem parte desse capítulo a matriz de iniciativas, sua classificação; a análise gráfica e um breve detalhamento dos projetos recomendados.

Capítulo 2

O TURISMO, A CULTURA, ESPORTE E O LAZER NO ES

2.1 ANÁLISE DO MERCADO DO TURISMO DO ES

Analisando-se o turismo sob a ótica social e histórica, observa-se que, com o passar dos anos, esta atividade vem impactando de modo significativo a vida da comunidade dos núcleos receptores. O turismo é uma atividade complexa, que abrange cerca de 60 setores da economia, influenciando na organização dos espaços e nas relações pessoais entre diferentes culturas. A sua prática interfere a tal ponto no dia a dia das cidades que, o excesso ou a escassez de turistas durante o ano muda, por completo, o ritmo das localidades.

Trata-se o turismo de um fenômeno que está atrelado ao movimento das pessoas a destinos localizados fora do seu núcleo habitual, pelos mais diversos fatos geradores, e que comporta diversas implicações sociais, culturais e econômicas perante a sociedade.

Sob a perspectiva econômica, o turismo é definido como sendo o conjunto de atividades realizadas por visitantes¹. Essas pessoas movimentam diversos tipos de relações comerciais, desde o momento que planejam as viagens, o que gera consideráveis impactos econômicos, principalmente nos destinos turísticos.

O estudo deste fenômeno se dá tanto por intermédio da análise da demanda – visitantes que adquirem os produtos ou serviços –, como também pelo lado da oferta dos estabelecimentos que comercializam os bens e serviços, seus atrativos e a infraestrutura local. A análise econômica do turismo requer conhecimento acerca dos desdobramentos dos negócios e relações realizadas entre quem oferece e quem compra. Esta relação é denominada mercado turístico.

O mercado turístico representa a interação da demanda e da oferta de produtos e serviços relacionados à execução e operacionalização das atividades que envolvem a viagem. Este mercado envolve uma vasta rede de informações, de modo que os agentes econômicos – consumidores e produtores – troquem informações e tomem decisões sobre a compra e venda dos bens e serviços disponíveis.

O Quadro 2.1 apresenta as doze categorias de serviços associadas aos tipos de produtos característicos de turismo com participação relevante dos gastos dos turistas em uma dada localidade.

¹ O documento intitulado “Recomendaciones para elaboración de estadísticas turísticas 2008”, elaborado pela Organização Mundial do Turismo em parceria com o departamento de estatística das Nações Unidas é a principal fonte de referência que proporciona a uniformização de conceitos, definições, classificações e indicadores compatíveis com os marcos conceituais das Contas Satélites de Turismo. É, nesse sentido, a principal referência metodológica, utilizada por institutos de pesquisas de diversas localidades, que permite a produção de estatísticas comparáveis internacionalmente.

Produtos Característicos do Turismo	Atividades Características do Turismo (ACT)
1. Serviços de alojamento para visitantes	1. Alojamento para visitantes
2. Serviços de provisão de alimentos e bebidas	2. Atividades de provisão de alimentos e bebidas
3. Serviços de transporte de passageiros ferroviário	3. Transporte ferroviário
4. Serviços de transporte de passageiros rodoviário	4. Transporte rodoviário
5. Serviços de transporte de passageiros aquaviário	5. Transporte aquaviário
6. Serviços de transporte de passageiros aéreo	6. Transporte aéreo
7. Serviços de aluguel de equipamentos de transporte	7. Aluguel de equipamentos de transporte
8. Agências de viagens e outros tipos de serviços de reserva	8. Atividades de agências de viagens e outros tipos de reservas
9. Serviços culturais	9. Atividades culturais
10. Serviços de esporte e de recreação	10. Atividades esportivas e recreativas
11. Bens característicos do turismo, específicos de cada país	11. Comércio varejista de bens característicos do turismo, específicos de cada país
12. Serviços característicos do turismo, específicos de cada país.	12. Outras atividades características do turismo, específicas de cada país

Quadro 2.1: Lista de produtos de consumo e de atividades características do turismo (indústrias turísticas)

Fonte: OMT - *Recomendaciones para elaboración de estadísticas turísticas* 2008 p.47

Sob o ponto de vista social, a atividade do turismo provoca alterações de hábitos e costumes na comunidade local levando, ao longo do tempo, a um realinhamento de caráter estrutural. O turismo representa um conjunto de ideias e atitudes, vivências e valores que vão sendo substancialmente revisados, ao mesmo tempo em que se reestruturam em uma nova ordem.

BENI (2000²), estudando o Sistema do Turismo (SISTUR), define como principais desafios do turismo moderno alguns desdobramentos de mudanças sociais e econômicas dos destinos, como: influência sobre o nível e custo de vida local; forte pressão inflacionária; desequilíbrio

na hierarquia social; nova cultura de caráter crítico; oscilação de fluxo local de modo irreversível; sociedade pluralista; processo mímico local; relação de parte da sociedade a dependência dos fluxos turísticos; integração social e consciência nacional; a difusão sobre os valores sociais e culturais locais.

Como vetor de mudanças e repercussões nos destinos receptores, está a figura do visitante. O termo “visitante” é um conceito básico para delimitar o turismo, já que a atividade turística só existe por conta dessas pessoas. Este termo faz menção aos turistas (visitantes que pernoitam, passam mais de 24 horas) e também aos excursionistas (visitantes que pas-

² Beni, Mario Carlos – Análise estrutural do turismo. Editora Senac, SP, 2000. Pesquisado em: http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/Seriesm_83rev1s.pdf, 02 de dezembro de 2016.

sam poucas horas no destino). Estes últimos realizam suas viagens por período de tempo inferior a um ano, com qualquer finalidade (lazer, negócios, educação, visita familiar, saúde

ou outros motivos pessoais), desde que não haja vínculo empregatício firmado com algum estabelecimento situado no destino.

A IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO MUNDO:



Figura 2.1: Comportamento Mundial do Turismo – 2013

Fonte: UNWTO • *Tourism in the Americas - 2013 Edition*

Estudos da Organização Mundial do Turismo - OMT de 2014 mostram que, em 2013, o turismo era responsável pela geração de 1 a cada 11 empregos no mundo, o que representou 6% do total das exportações e movimentou cerca de US\$1,3 trilhões, além de ser uma das atividades econômicas com menor demanda de investimentos diretos para a geração de postos de trabalho.

Ao longo das últimas décadas, a atividade do turismo tem mostrado expansão e diversificação de produtos, tornando-se, celeremente, um dos maiores setores econômico-globais. Apesar de vários incidentes e catástrofes internacionais, o fluxo de turistas a lazer em viagens pelo mundo tem crescido ininterruptamente. Em 1980, 277 milhões de pessoas viajaram; em 1995, o número passou para 528 milhões; em 2012, ultrapassou a marca de 1 bilhão e, no ano de 2013, aconteceram 1, 087 bilhão de deslocamentos.³

Por sua capilaridade, a atividade do turismo tem a capacidade de pulverizar a renda entre diversos tipos e tamanhos de empreendimen-

tos e de movimentar a economia de núcleos receptores. Outra função de extrema importância, principalmente para estados como o Espírito Santo, refere-se ao combate do desemprego em situações adversas, como a retração de outras atividades econômicas voltadas para o mercado internacional.

Dentre os principais gastos dos turistas em visitas às cidades, além dos serviços típicos de hospedagem, alimentação e transporte, estão as compras em souvenirs e outros artigos, além do consumo em eventos e espaços históricos e culturais. Dentre as compras executadas durante as viagens mundiais estão os artigos relacionados às marcas conhecidas internacionalmente e aquelas que possuem apelo local e genuíno.

O turismo nas Américas também manteve um ritmo de crescimento. Em 2012, desembarcaram 163 milhões de turistas internacionais, que geraram US\$ 213 bilhões em divisas para a América do Sul. Neste bolo, as maiores representações são: Brasil com participação de 28%; Argentina com 20,6%, seguido pelo Peru

³ OMT – Relatório Mundial sobre Turismo de Consumo, 2014

com 11,2%; Colômbia com 9,9% e Chile com 9,2%. Tais números representaram um crescimento na atividade do turismo de ordem de 5,0% na América do Sul.⁴

No Brasil, o desempenho do turismo, que vinha em uma crescente, teve um retrocesso na receita cambial em função da diminuição de turistas domésticos no ano de 2015. Os desembarques internacionais passaram de 10.464.720 em 2014 para 10.538.012 em 2015, e os desembarques domésticos passaram de 94.741.258 em 2014 para 94.453.798 em 2015.

Além da diminuição da quantidade de turistas, o brasileiro enxugou os gastos buscando viagens mais econômicas, o que gerou uma diminuição em gastos com turismo de US\$6.843 milhões, em 2014, para US\$5.844 milhões em 2015. Mesmo com a diminuição na arrecadação, o setor gerou, em 2015, mais de 2,6 milhões de empregos diretos. Em recente pesquisa da WTTC⁵, que comparou a relevância do turismo no PIB dos países, o Brasil foi colocado em décimo lugar no ranking mundial, sendo que 94% desta participação vem do turismo doméstico, o que evidencia a importância da atividade no país.

O fraco desempenho do Brasil quanto à atração de turistas estrangeiros está diretamente ligado ao seu desempenho na divulgação, lançamento de informações na internet e participação em feiras e eventos. Aliada ao fraco desempenho do país, a imagem negativa do Brasil no exterior, divulgada nos noticiários, desestimula a escolha da nação como destino turístico. No Foreign Travel Advice⁶, o país é classificado com “alto nível de criminalidade” e é apontada a insegurança econômica e social, a deficiência na saúde e os

desastres, a exemplo do de Mariana⁷, como pontos negativos.

Um recente estudo, realizado pelo Ministério do Turismo (MTur), mostrou a retomada no faturamento das empresas turísticas nacionais em 66% e, dentre os empresários do setor do turismo entrevistados, 61% afirmam que irão investir em seus negócios esperando um aquecimento nas vendas do setor de viagens no Brasil.

Assim como no Brasil e no mundo, em que o turismo está crescendo cada vez mais e se tornando importante atividade econômica, no Espírito Santo esta atividade vem assumindo um lugar de destaque na geração de novos empreendimentos, empregos e renda para a população local. Conforme pesquisa da SETUR⁸, o fluxo turístico na alta temporada de 2013 aumentou 38,3% em relação ao mesmo período de 2012, tanto no que concerne ao turismo de negócios e eventos, quanto aos segmentos voltados para o lazer e entretenimento, este fenômeno cresce ano a ano.

No estudo econômico da atividade do turismo, e sua repercussão no estado, podemos destacar a quantidade de vínculos empregatícios como um importante indicador para avaliar os impactos que a atividade representa na economia do Espírito Santo. No ano de 2012, a atividade gerou um total de 39.114 postos de trabalho formais; em 2013 apresentou o número de 39.927 empregos e, em 2014, foram 41.325 no total. Apesar de apresentarem variações na geração de empregos, em função da implantação de tecnologia em alguns equipamentos, o serviço do turismo ainda é realizado com a participação de um grande número de trabalhadores.

⁴ UNWTO • Tourism in the Americas - 2013 Edition

⁵ World Travel & Tourism Council - www.wttc.org

⁶ Foreign Travel Advice – Ferramenta on line do governo britânico que analisa a segurança dos países

⁷ Super Interessante - <http://super.abril.com.br/sociedade/por-que-ninguem-viaja-para-o-brasil/> visitado em 27 de dezembro de 2016

⁸ SETUR – Secretaria do Estado de Turismo, ES

ACTs	2012	%	2013	%	2014	%
Alojamento	5.478	14,01%	5.779	14,47%	5.465	13,22%
Alimentação	23.115	59,10%	24.045	60,22%	25.859	62,57%
Transporte Terrestre	6.595	16,86%	5.996	15,02%	5.956	14,41%
Transporte Aquaviário	12	0,03%	10	0,03%	6	0,01%
Transporte Aéreo	460	1,18%	484	1,21%	486	1,18%
Aluguel de Transportes	1.187	3,03%	1.345	3,37%	1.063	2,57%
Agência de Viagem	973	2,49%	994	2,49%	1.078	2,61%
Cultura e Lazer	1.294	3,31%	1.274	3,19%	1.412	3,42%

Tabela 2.1: A geração de empregos formais na área do turismo do Espírito Santo

Fonte: IPEA⁹

No setor turístico, observa-se um número expressivo de trabalhadores informais, que são, geralmente, ambulantes nas ruas e nas praias, artistas de rua, artesãos e vendedores que ocupam feiras, além de pequenas unidades produtivas sem registros.

O Sistema de Informações Integrado do Mercado de Trabalho do Turismo estimou que 62% das ocupações do turismo no Brasil são provenientes do setor informal. Com base

nesta estatística, é de se esperar que para cada emprego formal do turismo se obtenha uma ocupação adicional na informalidade. Para a Região Sudeste, onde o Espírito Santo está inserido, o IPEA estima que em 2012 existiam 403.031 empregos informais, sendo que este número caiu para 387.766 em 2014. Ao analisar a esta queda, chegou-se à conclusão que a mesma pode ser associada ao número crescente de Empreendedores Individuais (MEI) na Região.

ACTs	2012	2013	2014
Alojamento	24.235	22.194	27.534
Alimentação	253.702	226.536	241.749
Transporte Terrestre	96.930	93.230	92.666
Transporte Aquaviário	72	67	73
Transporte Aéreo	1.491	1.841	2.570
Aluguel de Transportes	2.655	1.582	1.821
Agência de Viagem	16.359	16.408	14.591
Cultura e Lazer	7.586	6.203	6.761



Tabela 2.2: A geração de empregos informais na área do turismo na Região Sudeste

Fonte: IPEA

⁹ <http://www.ipea.gov.br>

Em 2014, o Espírito Santo detinha o número de 76.565 estabelecimentos cadastrados como MEI, sendo que 99% dessas inscrições correspondiam a empreendedores informais que migraram, e 1% de Empresários Individuais Microempresas (ME), que mudaram para a condição de MEI.

Os empregos formais no turismo são, na maioria, ocupados por mulheres, na proporção de 23.065 empregos femininos para 18.260 masculinos, sendo o setor de alimentação o que mais emprega mulheres (16.811) e o setor de transporte o que mais emprega

homens (1.278). O valor dos salários é baixo, o que significa que a maioria dos empregos paga o montante de até 2 salários mínimos. Somente o setor de transporte aéreo tem salários melhores. Considerando as demais atividades econômicas capixabas, o rendimento médio do trabalhador capixaba evoluiu em 2,92%¹⁰ entre os anos de 2013 e 2014, tendo em 2013 o valor médio de R\$2.155,95 e, em 2014, R\$2.218,97. Neste mesmo lapso temporal, a atividade do turismo remunerou em média R\$1.486,70 e R\$1.492,58 respectivamente, com uma variação de 1,30%, menor que as outras atividades.

ACTs	Ate 2 SMs	2,01 a 3,0 SMs	3,01 a 5,0 SMs	5,01 SMs ou mais
Alojamento	4.867	432	113	53
Alimentação	22.938	2.100	677	144
Transporte Terrestre	3.332	1.571	859	194
Transporte Aquaviário	3	2		1
Transporte Aéreo	112	218	66	90
Aluguel de Transportes	614	273	143	33
Agência de Viagem	599	277	160	42
Cultura e Lazer	1.043	261	84	24

Tabela 2.3: Numero de trabalhadores e valor dos salários formais na área do turismo no Espírito Santo por atividade característica do turismo em 2014

Fonte: IPEA



¹⁰ Rais 2014

Na tabela 2.4 é possível extrair que o grau de instrução predominante nos empregos formais no Espírito Santo é de Ensino Médio e Superior In-

completo, com idade média entre 25 a 49 anos, fato que influencia na competitividade dos empregados e nos valores médios do mercado.

ACTs	Até 5º ano	6º a 9º ano	Ensino médio e superior incompleto	Superior completo
Alojamento	348	1.477	3.367	273
Alimentação	1.119	5.979	18.372	389
Transporte Terrestre	471	1.693	3.570	222
Transporte Aquaviário		4	1	1
Transporte Aéreo	1	1	225	259

Tabela 2.4: Grau de Instrução dos trabalhadores na área do turismo no Espírito Santo EM 2014

Fonte: IPEA

Em relação ao número de ocupações na atividade do turismo, o Espírito Santo apresentou, no ano de 2014, índice de 2,69% na participação relativa à economia do Estado, o que representa percentual alto em relação ao mes-

mo índice nos demais estados brasileiros e da Região Sudeste, perdendo apenas para o Estado do Rio de Janeiro. Esta informação pode ser mais bem compreendida na tabela 2.5 e no gráfico 2.1.

Região	Participação relativa na economia
Centro-Oeste	2,06%
Nordeste	2,10%
Norte	1,84%
Sudeste	2,65%
Sul	1,77%
Aluguel de Transportes	2.655
Agência de Viagem	16.359
Cultura e Lazer	7.586

Tabela 2.5: Índice de participação das ocupações em turismo relativa nas economias das Regiões brasileira EM 2014

Fonte: IPEA



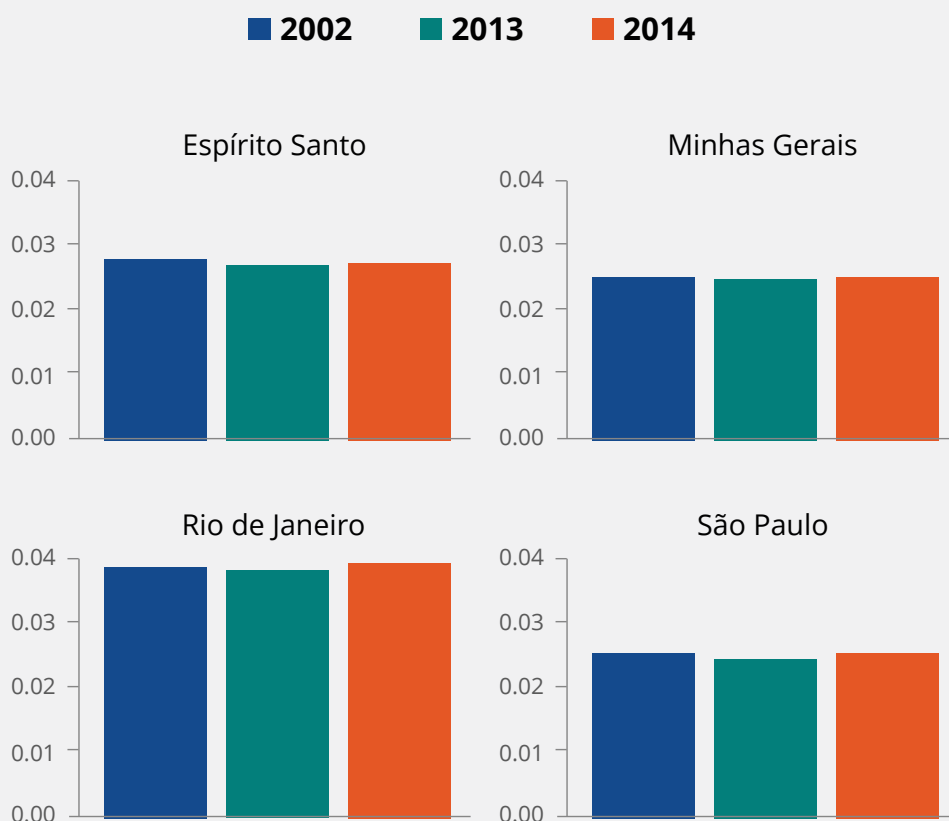


Gráfico 2.1: Participação relativa do turismo na economia dos estados da Região Sudeste

Fonte: IPEA

Ao proferir análise acerca da atividade do turismo, no ano de 2014, a SETUR realizou estudo¹¹, oportunidade em que apresentou informações sobre oferta turística e a infraestrutura turística existente do Estado. Na oportunidade, avaliou-se uma pequena redução no número de meios de hospedagens e serviços de transporte no comparativo entre 2013 e 2014. No mesmo período os demais equipamentos tiveram um pequeno aumento. As agências de viagem foram excetuadas, já que não representaram alteração.

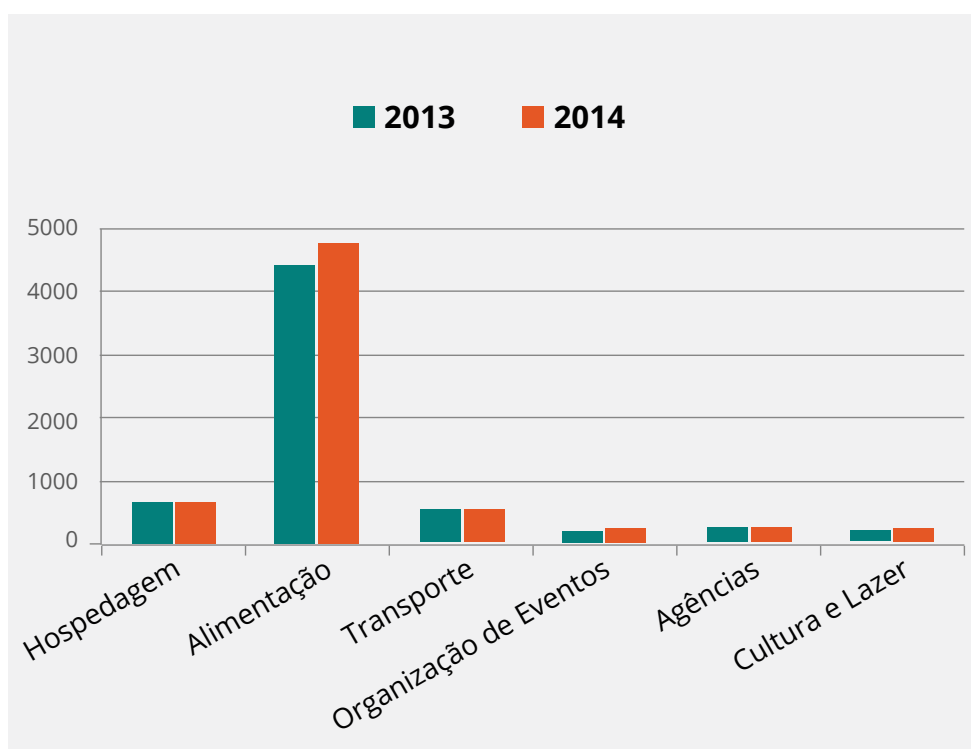
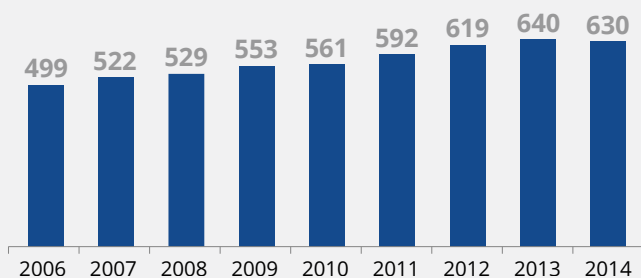


Gráfico 2.2: Número de equipamentos turísticos no Espírito Santo nos anos de 2013 e 2014 característica do turismo em 2014

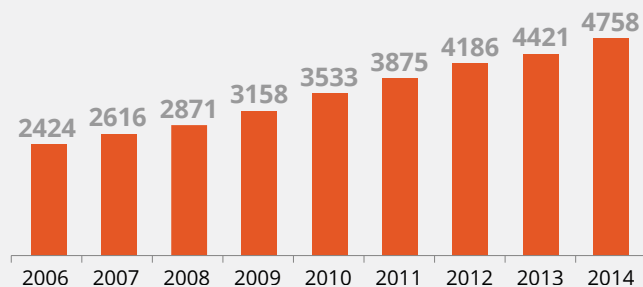
Fonte: observatório do turismo SETUR.

¹¹ Disponível em <https://observatoriodoturismo.es.gov.br> Acessado em dezembro 2016

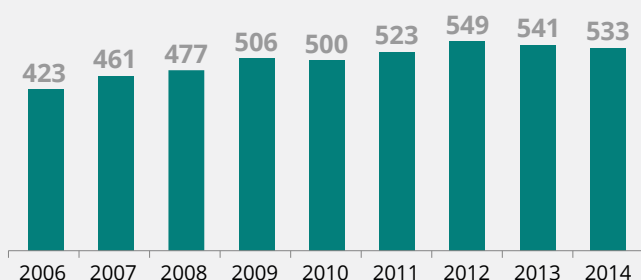
Número de Meios de Hospedagem no ES



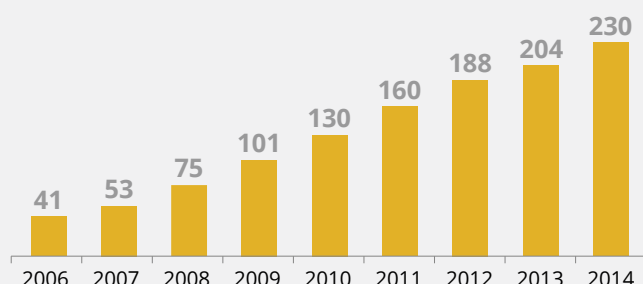
Número de Estabelecimentos de Alimentação no ES



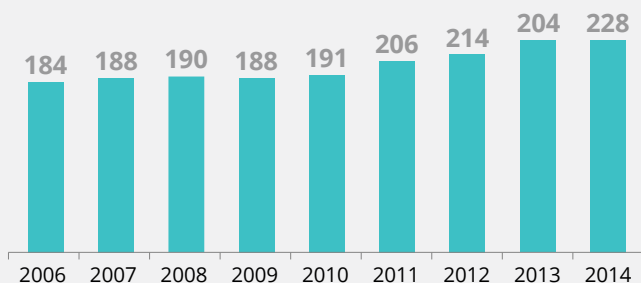
Número de Estabelecimentos de Transporte no ES



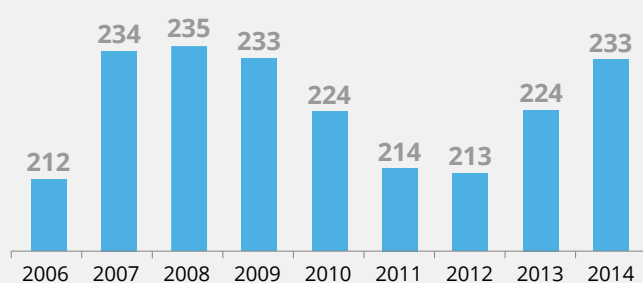
Número de Estabelecimentos de Eventos no ES



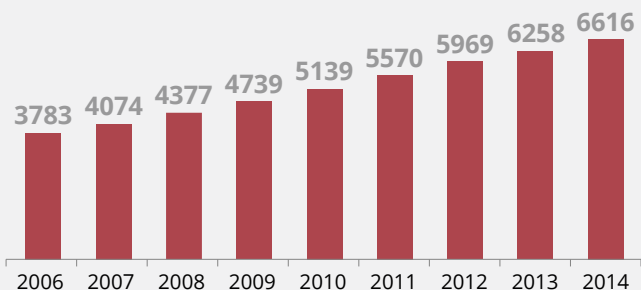
Número de Estabelecimentos de Agências de Viagens no ES



Número de Estabelecimentos de Cultura e Lazer no ES



Número de Estabelecimentos das ACTs no ES



Variação do Número de Estabelecimentos

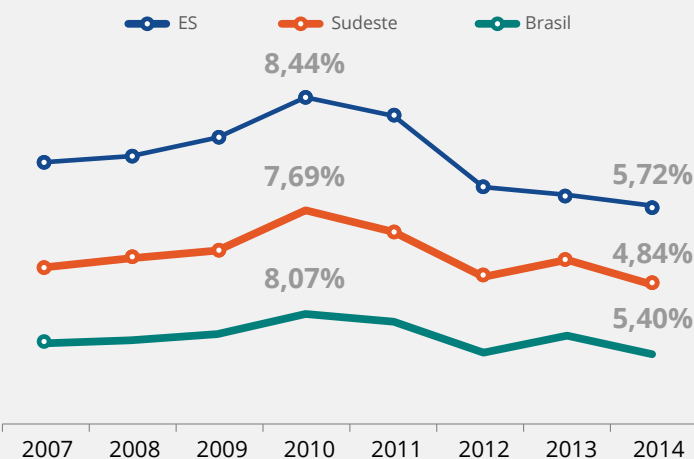


Gráfico 2.3: Evolução das Atividades Características do Turismo (ACTs) no Espírito Santo | 2006/2014

Fonte: Observatório do Turismo, ES – 2016

As pesquisas realizadas no Espírito Santo para composição da demanda do turismo estão divididas entre Alta Estação, Média Estação e Baixa Estação. Esta demanda é composta pelo conjunto de visitantes nacionais ou estrangeiros que desembarcam no Espírito Santo, por motivos variados, e consomem os bens e serviços turísticos capixabas. O histórico das pesquisas de demanda no Espírito Santo apresenta lacuna no ano de 2014, já que não foi realizada a pesquisa. Além disso, a mudan-

ça metodológica ocorrida nos anos de 2015 e 2016 também dificultou as comparações de resultado.

Com a análise das pesquisas de Temporada de Verão (Alta Temporada) dos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, foi possível destacar o GMDI (Gasto Médio Diário Individual) do turista em visita ao estado, já que, para se chegar ao resultado deste, é utilizada uma metodologia padrão definida para a sua composição.

ANO	2012	2013	2015	2016
GMDI	R\$109,97	R\$86,04	R\$82,83	R\$75,24

Tabela 2.6: Gasto Médio Diário Individual - GMDI durante a Temporada de Verão
Fonte: Pesquisa de Temporada de Verão dos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016.

Para apresentação do perfil do turista e do levantamento de gastos realizados, apresentamos o extrato da demanda para o turismo capixaba, analisado pela SETUR, a partir da pesquisa de Fluxo Turístico de Alta Estação de 2016. Seu resultado apontou que 51% dos consumidores são mulheres, de idade média de 40 anos, sendo que 21% possuem renda familiar de 3 a 5 salários mínimos e 41% tem

apenas o ensino médio de escolaridade. A maior parte dos que circulam pelo estado são turistas domésticos (os próprios capixabas), que representaram 48% do total, seguidos dos mineiros com 32%, dos cariocas com 8% e dos paulistas com 5%. Por serem turistas na região sudeste, deslocam-se de automóvel com facilidade (meio de transporte escolhido por 69% das pessoas).

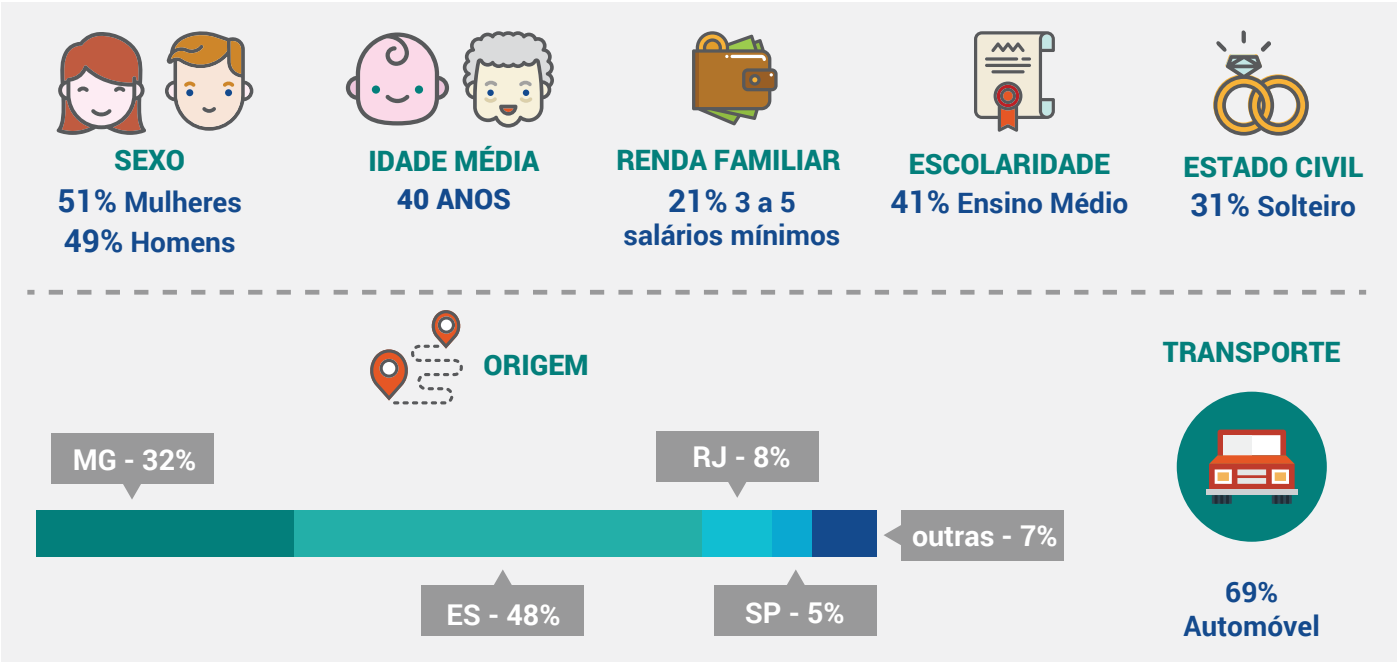


Figura 2.2: Perfil do Turista para o Espírito Santo na Alta Estação de 2016
Fonte: SETUR – Pesquisa de Demanda Turística no Estado do Espírito Santo verão de 2016.



Neste mesmo ano, o estado recebeu, na Alta estação, 1.590.000 turistas que utilizaram como meio de hospedagem a casa de amigos e parentes (36%) e hotéis e pousadas (22%), entre outros. O gasto médio diário individual (GMDI) foi de R\$75,24.

Do total de turistas que entraram no Espírito Santo, 7,7% visitaram Aracruz; 7,5% visitaram Linhares e 0,1% visitaram Colatina. Os turis-

tas viajam, na maioria, em grupos familiares (73,1%) e os gastos representam uma média de 4,7 pessoas. A quantidade média de pernoites no Espírito Santo foi de 12,85 e o gasto médio em hospedagem no período de permanência foi de R\$ 789,28. O gasto médio com alimentação foi de R\$ 714,74 e os gastos com passeios e uso de serviços de lazer foi, em média, R\$ 285,24.

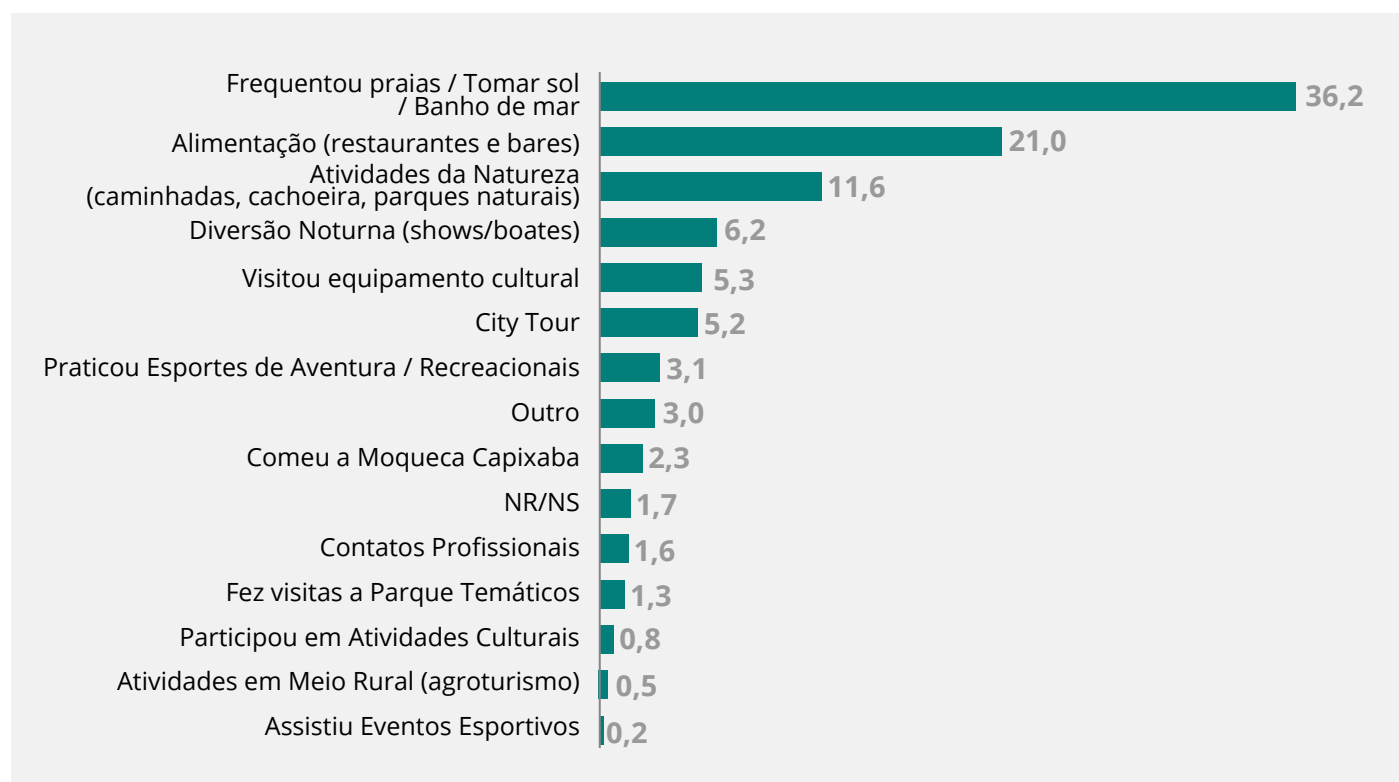


Gráfico 2.4: Principais atividades desenvolvidas durante a viagem

Fonte: SETUR – Pesquisa de Demanda Turística no Estado do Espírito Santo verão de 2016.

A avaliação dos equipamentos e serviços culturais e de lazer visitados foi considerada ótima ou boa (91,3%), sendo que, quanto à avaliação da viagem no geral, 58,4% responderam que correspondeu plenamente às expectativas e

21,2% informaram que correspondeu parcialmente. Já a avaliação total dos bens e serviços turísticos, da infraestrutura local e dos recursos humanos empregados na área do turismo, teve uma média de 3,9 (de 0 a 5).

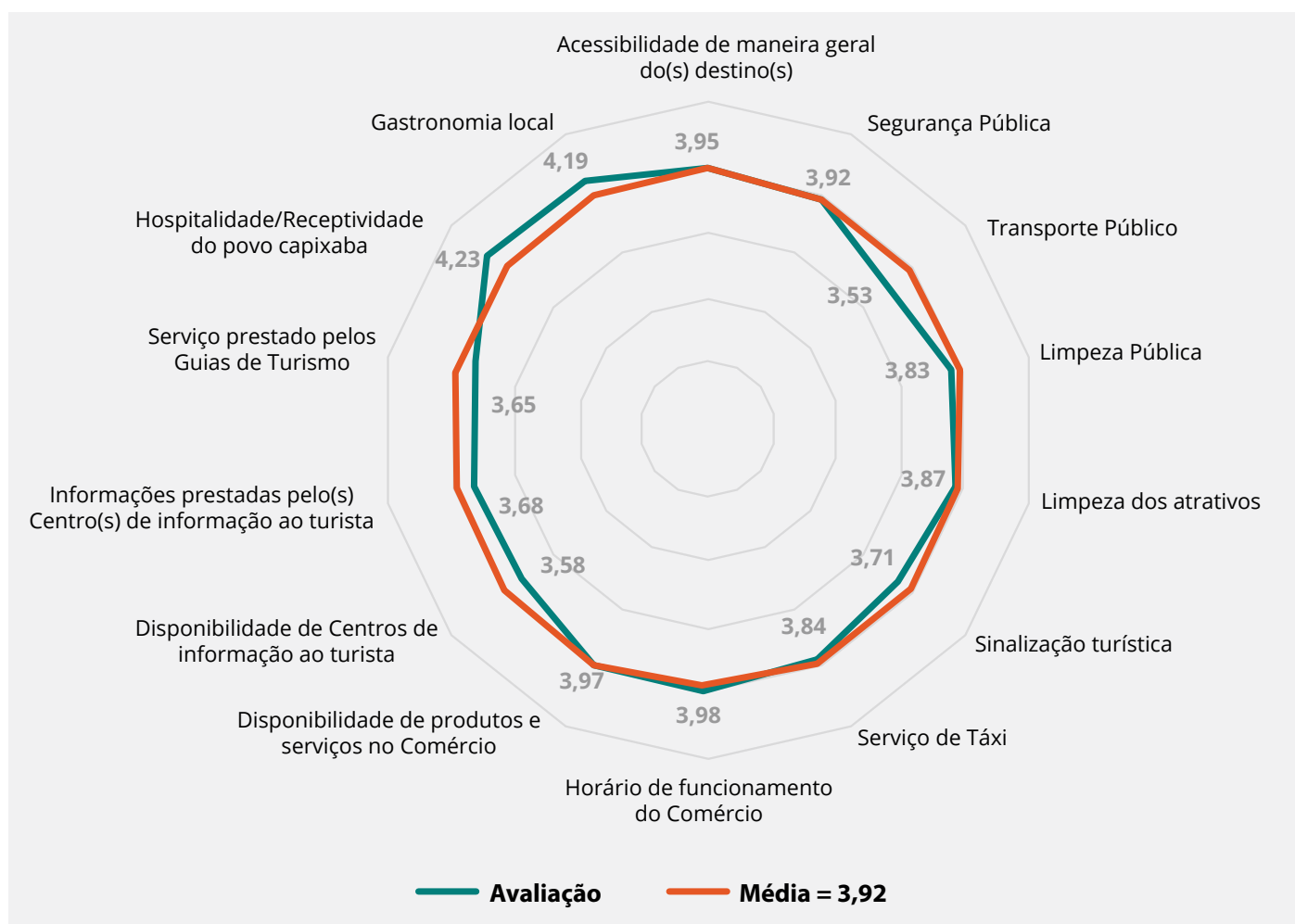


Gráfico 2.5: Avaliação da viagem e do destino

Fonte: SETUR – Pesquisa de Demanda Turística no Estado do Espírito Santo verão de 2016.

Todo o deslocamento turístico ocorrido para o Espírito Santo é motivado por algum fator de atração, que pode ser de ordem local, regional, estadual, nacional ou internacional e determina o principal segmento turístico trabalhado no destino capixaba, priorizando os investimentos realizados com o fito de potencializar seu grau de atração de demanda.

São muitos os atrativos encontrados no Espírito Santo. Sua composição étnica com mistura de europeus, africanos e índios gerou uma mescla cultural representada em manifestações folclóricas, na gastronomia, nas artes, na arquitetura, na religião e nos costumes dos capixabas.

Entre os atrativos culturais, no litoral a gastronomia tem forte influência indígena, sendo que a proximidade com o mar elege a moqueca como sua maior representante. No interior,

a comida do fogão à lenha, com ingredientes da roça e de tradição europeia, é encontrada nos restaurantes dos principais destinos das montanhas. A gastronomia no estado é tão forte que dá nome à rota turística – Rota da Moqueca- e ao principal evento das montanhas capixaba – Festa da Polenta.

No artesanato a tradição da fabricação da panela de barro foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional como bem imaterial brasileiro. Os trabalhos artesanais com conchas e escamas de peixe, cestarias e bonecas de palha, trançadas em corda, vime e sisal, cerâmica, trabalhos em couro, madeiras talhadas, artefatos indígenas, redes de pesca, confecção de instrumentos musicais, bordados, crochês, tricô entre outros são encontrados em todo o estado.

A arquitetura eclética representada no ciclo da colonização, fortificações, igrejas e casa-

rios administrativos. Da época das companhias religiosas, igrejas, escolas, aldeamentos e fazendas que cresciam no Espírito Santo. Do período do café, casas, sedes de fazendas, casarios, casas comerciais, portos e estradas de ferro, têm como representantes o município de Muqui. Com o assentamento dos imigrantes, novas edificações foram surgindo, como as casas rurais que apresentam uma composição que mistura técnicas indígenas, material local e estilo europeu.

Na geografia do seu litoral está a maior atração turística capixaba – as praias –, além dos mangues, restinga, mata atlântica, falésias, ilhas e as lagoas. Com um clima tropical quente e úmido no litoral e temperado na região serrana, o território capixaba é constituído por duas paisagens distintas, sendo que em 40% da área total do Estado está a baixada litorânea e 60% com a região serrana.

O relevo apresenta-se ondulado ao sul, com várias aflorações rochosas. As serras ocupam o interior do Estado, com destaque para a Serra da Mantiqueira, na Região do Caparaó, que abriga o Pico da Bandeira. A Pedra Azul, situada no parque estadual da Pedra Azul que fica na rota turística mais charmosa do estado – a Rota do Lagarto. O Forno Grande e o Pico dos três Pontões que também despontam como pontos turísticos importantes. Além das serras, as montanhas entrecortadas por planaltos e vales fazem parte dos corredores ecológicos.

Os atrativos indicados, aliados às principais atividades econômicas, acabam por determinar os segmentos turísticos trabalhados no Espírito Santo. Em ordem de dimensão e importância, o mercado turístico capixaba está orientado para os seguintes segmentos indutores:

- **Turismo de Sol e Praia**
- **Turismo de Negócios e Eventos**
- **Turismo Rural / Agroturismo**

■ **Turismo Ecoturismo**

■ **Turismo de Esporte**

■ **Turismo Cultural**

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os principais atributos de cada esfera servem de orientação. Já as dimensões de cada segmento apresentadas a seguir fundamentam-se no conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial de Turismo – OMT.

O **Turismo de Sol e Praia** é constituído pelas atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

A recreação, o entretenimento e o descanso estão relacionados ao divertimento, à distração ou ao usufruto e contemplação da paisagem. Para este segmento turístico, considera-se praia a área situada ao longo de um corpo de água, constituída comumente de areia, lama ou diferentes tipos de pedras. Deste modo, estão contempladas:

- Praias marítimas - Praias fluviais e lacustres (margens de rios, lagoas e outros corpos de água doce);
- Praias artificiais (construções similares às praias naturais à beira de lagos, represas e outros corpos de água).

A combinação dos elementos água, sol e calor constitui-se o principal fator de atratividade, ocasionada especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias à balneabilidade.

O **Turismo de Negócios e Eventos** compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

Geralmente constituem encontros de interesse profissional, associativo e institucional, referentes a contatos e relacionamentos de trabalho, corporativos, sob diferentes formas tais como reuniões, visitas, missões e eventos de distintas naturezas. Possui caráter comercial, promocional, técnico, científico e social e está relacionado à natureza das relações: comerciais quando associadas a transações de compra e venda de produtos e serviços; promocionais quando apenas para divulgar um assunto, técnica ou outro; técnicas e científicas ao abarcar especialidades, processos, habilidades, domínio de uma prática, arte ou ciência; e sociais por envolver assuntos próprios da sociedade, comunidade ou agremiação, com vistas ao bem comum. Ou ainda outro tipo de relação de negócio ou encontros comerciais ou sociais.

Este segmento turístico oportuniza, se bem organizado e trabalhado, o equilíbrio dos períodos de sazonalidade e aumenta o GMID local pela alta rentabilidade que traz, além de ser ótima ferramenta de marketing para o destino.

O **Turismo Rural / Agroturismo** é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

A concepção de meio rural baseia-se na noção de território, com ênfase à valorização da ruralidade local. Assim, consideram-se os elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Nos territórios rurais tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e no valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural. Este valor contempla as características mais gerais do meio

rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e o modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária e a aproximação com os ciclos da natureza.

O **Ecoturismo** é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

A prática do Ecoturismo pressupõe o uso sustentável dos atrativos turísticos. O conceito de sustentabilidade, embora de difícil delimitação, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”¹². Numa abordagem mais ampla, visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Nesse contexto, utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”.

O **Turismo de Esportes** compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.

Esta seção possui algumas características interessantes como o estímulo a outros segmentos e produtos turísticos, uma vez que a estada do turista em um destino em função de determinado evento esportivo permite a visita a outros atrativos e o consumo de produtos diversos, caracterizando diferentes tipos de turismo. Nessa linha, revela-se inte-

¹² Conceito de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo - OMT, 1995

ressante o incentivo a elaboração de um calendário esportivo, já que a organização do segmento assenta-se primordialmente na realização de eventos esportivos de qualidade e com potencial de atratividade. Com efeito, quanto maior a movimentação turística em função de determinado esporte, maior é a necessidade de organização do setor.

O **Turismo Cultural** compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

O deslocamento turístico para usufruir o turismo cultural está relacionado à motivação do turista em vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens.

Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de atração turística: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações, como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e outras¹³.

Dentro do Turismo Cultural existem vários elementos da cultura que podem prevalecer em determinados núcleos. No caso do Espírito Santo o Turismo Religioso configura-se como um elemento de grande importância, seja pelos eventos religiosos, pela existência do Mosteiro Zen Budista ou pelo mais recente Santo da Igreja Católica – São José de Anchieta.

O **Turismo Religioso** está relacionado às atividades decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos ligados às religiões institucionalizadas. O Turismo Religioso está conectado a várias religiões, tais como: as afro-brasileiras, espírita, protestantes, católica, as de origem oriental, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.

Com a intenção de conhecer e melhorar as vantagens competitivas do produto turístico capixaba, o Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Estadual de Turismo, está, desde 2004, realizando ações de fomento à atividade segundo os planos de desenvolvimento do turismo. Os planos atuais são elaborados de forma participativa com o trade e apresentam diretrizes e projetos sempre convergentes com o Plano Nacional de Turismo, Plano de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo 2025 e as diretrizes do PPA – Plano Plurianual ES, de forma a manter um modelo de gestão alinhado com os programas nacionais, as políticas locais e necessidades do trade capixaba.

Também em 2014 foi que o Ministério do Turismo, embasado em recomendação da Organização Mundial do Turismo, estabeleceu o Programa de Regionalização do Turismo¹⁴. Este programa tem como objetivo apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país com foco no desenvolvimento regional.

Para a implementação deste Programa de Regionalização foram realizadas as seguintes estratégias: Mapeamento dos destinos turísticos, categorização e institucionalização das Instâncias de governança regional.

No Espírito Santo, o Estado foi dividido em 10 regiões turísticas. Para atender o estudo

¹³ Ministério do Turismo http://www.turismo.gov.br/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf

¹⁴ A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. O Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo M^{Tur} com estados, regiões e municípios brasileiros.

Elaboração de Diagnóstico do impacto do turismo, cultura, esporte e lazer, e proposição de medidas reparatórias e compensatórias nas Regiões 07 e 08, constantes no Termo de Referência PG013 - RFP 4100313367 serão apresentadas as 3 Regiões Turísticas¹⁵ que possuem municípios lindeiros ao Rio Doce: As Regiões Doce Pontões Capixaba e Verde das Águas no Espírito Santo e o Circuito Trilhas do Rio Doce em Minas Gerais.

A Região Doce Pontões é formada pelos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Mantenópolis, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte. Foi fundada em 2005, composta inicialmente por 09 municípios (incluindo Águia Branca e Alto Rio Novo). Em 2015, com a reestruturação das regiões turísticas no Programa de Regionalização do Turismo do Ministério de Turismo, passou a ser constituída por 07 municípios. Tal mudança auxiliou e incentivou o desenvolvimento do turismo na região, repactuando o compromisso dos municípios que aderiram ao Programa de Regionalização.

O foco deste compromisso consiste na discussão, de forma integrada, das políticas voltadas para o setor e a participação dos atores envolvidos com o turismo em programas de formação e capacitação de mão de obra, bem como de diversificação e qualificação da oferta. Para o setor público, o programa oferece a participação em reuniões itinerantes, propiciando um maior contato e troca entre as prefeituras da região, e a possibilidade de parceria com o SEBRAE e a SETUR em outros programas e projetos de turismo no estado.

Tem como fortes atrativos geográficos o Parque dos Pontões, as formações rochosas, a hidrografia, além do patrimônio histórico e cultural da região: as manifestações culturais, os eventos e algumas personalidades, que fazem desses municípios locais interessantes para se visitar.

A população da região é formada por descendentes de europeus, africanos, índios, dentre outros, configurando uma grande diversidade cultural e de hábitos distintos, e compondo uma interessante diversidade de etnias, línguas, dialetos, saberes e sabores.

Com uma economia crescente, em função das diversas atividades econômicas desenvolvidas na região, o turismo também vem assumindo um importante lugar, com um significativo movimento de visitantes entre os municípios da região na busca por turismo de aventura e turismo no segmento de negócios.

No que tange ao acesso terrestre para a Região, são mais utilizadas as vias BR259, ES248, ES360, ES356, as quais circulam entre os diferentes municípios da Região e se encontram relativamente bem conservadas.

A atividade do turismo é uma atividade econômica importante na Região, apesar da queda no número de empregos diretos e formais no ano de 2015 – em comparação aos anos anteriores –, e da redução da sua participação na economia regional, passando de 4,03%, em 2012, para 3,90% em 2015.

Região Turística	12/2012	12/2013	12/2014	12/2015
Doce Pontões Capixaba	1.506	1.602	1.658	1.467

Tabela 2.7: Número de empregos formais em turismo na Região Doce Pontões Capixaba

Fonte: IPEA 2017

¹⁵ 2 do Espírito Santo e 1 de Minas Gerais



Apesar dos empregados da área de turismo nos municípios de Colatina, Marilândia e Baixo Guandu possuírem um nível de escolaridade relativamente alto (tendo a maioria ensino médio e ensino superior incompleto) são desvalorizados, com salários que va-

riam, conforme o grau de escolaridade, entre R\$840,22 e R\$2.270,52. Os salários que ultrapassam este patamar são percebidos por um número muito reduzido de empregados, que trabalham geralmente na área de transporte.

Escolaridade	BAIXO GUANDU (ES)	COLATINA (ES)	MARILÂNDIA (ES)
Até 5º ano	29	342	6
6º a 9º ano	83	1.098	13
Ensino médio e superior incompleto	274	2.292	63
Superior completo	7	174	1

Tabela 2.8: Número de empregos formais em turismo nos municípios de Colatina, Marilândia e Baixo Guandu - Região Doce Pontões Capixaba

Fonte: IPEA

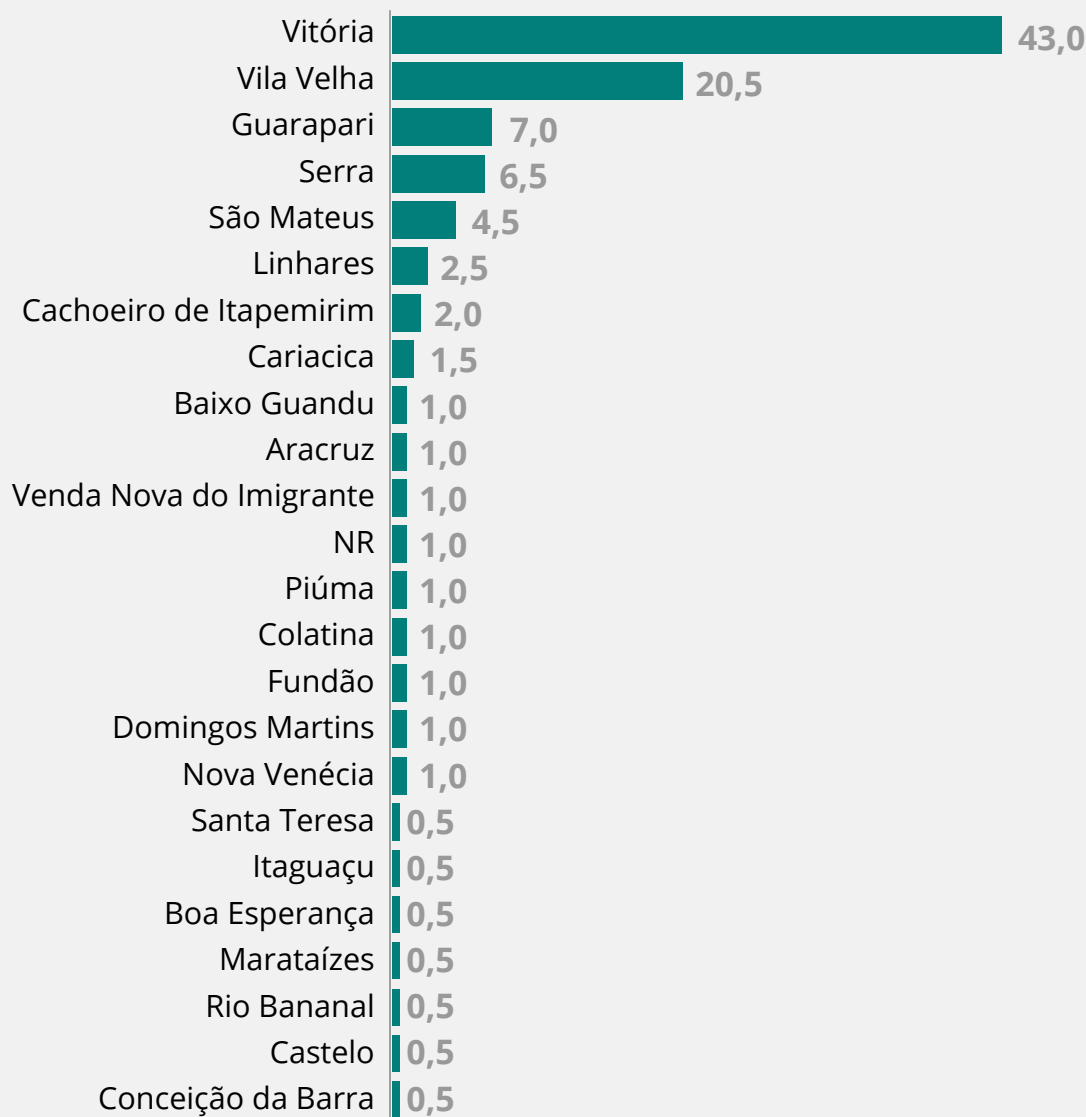
A Pesquisa de Demanda Turística de Temporada de Verão 2016¹⁶ e a Pesquisa de Demanda Turística de Temporada de Inverno 2016, realizadas pela SETUR, não apresentaram informações segmentadas por Regiões, assim como não tiveram pontos de coleta de dados em municípios que compõem a Região de Doce Pontões Capixaba. Nestas pesquisas, somente os municípios que recebem expressiva demanda nacional foram contemplados. Na Pesquisa da Temporada

de Verão 2016, apenas o município de Colatina foi citado como destino de pernoite por 1,0% dos entrevistados.

Na pesquisa Perfil do Fluxo Turístico, realizada no aeroporto de Vitória em 2016, os municípios de Colatina e Baixo Guandu foram citados por 1,0% dos entrevistados como cidades da primeira pernoite. Por sua vez, o município de Marilândia não foi citado como destino em nenhuma das pesquisas.

¹⁶ SETUR 2016

QUAL FOI O 1º MUNICÍPIO QUE O(A) SENHOR(A) PERNOITOU?



Base: 200

%

Gráfico 2.6: Características da viagem – Perfil do Fluxo turístico

Fonte: SETUR

Os segmentos turísticos prioritários da Região Doce Pontões Capixaba são o turismo de aventuras e o turismo de negócios, com um grau de atratividade regional principalmente nos municípios do entorno. Este comportamento difere em alguns municípios, conforme demonstra o estudo realizado em 2010 para a elaboração do PDTs 2025- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo 2025.

Nesse estudo foi realizada uma dinâmica de percepção dos principais segmentos turísticos de cada região e o grau de organização em que cada uma delas se encontrava. Participaram na referida dinâmica representantes do trade e do setor público ligado ao turismo, tendo como base os segmentos trabalhados no Espírito Santo.

Dos segmentos turísticos que apresentam maior identidade com as regiões capixabas e com seu posicionamento diante do mercado, estabeleceu-se um critério não sequencial para definir o momento atual de cada segmento/atrativo apresentado em cada Região Turística do estado. Dentre os critérios estabelecidos estavam: 1) a possibilidade de expansão do segmento; 2) o grau de atratividade e organização; e 3) a possibilidade de competitividade diante do mercado nacional. Considerou-se a seguinte divisão representada em escala de cores:

AZUL – Potencialidade ainda por trabalhar

– Segmento que possui atrativo singular ou condição especial, que ainda não foi transformado em produto de comercialização, e que recebe (ou não) pequeno contingente de visitantes espontâneos, motivados, geralmente, por amigos e parentes, pela proximidade geográfica ou por informações especializadas. Deve-se criar o produto efetivamente.

VERDE – Produto de comercialização localizada

– Segmento com produto de pouca atratividade ou sem singularidade, que atrai demanda localizada e regionalizada, com temporalidade limitada. Necessita ser melhor avaliado antes de receber investimentos. Pode atuar como segmento secundário ou prioritário de interesse regional.

LARANJA – Produto com oportunidade de expansão

– Segmento que apresenta um atrativo interessante, singular ou não, com condições do contexto interno e externo de expansão. Necessita melhorar sua competitividade com relação à concorrência, estruturação e captação de demanda. Pode tornar-se produto principal com investimentos imediatos.

VIOLETA – Produto para qualificação

– Segmento já existente ou incipiente, que necessita melhorar sua competitividade, com respeito à concorrência, em especial, na qualificação de sua estrutura física e humana; melhorar a captação de demanda e oxigenar seus atrativos. Pode tornar-se produto principal.

VERMELHO – Produto indutor de crescimento

– Principal segmento trabalhado na



região. Tem produto estruturado; possui atrativo significativo; já recebe um bom volume de visitantes; pode expandir-se e necessita de organização e investimentos estruturantes imediatos para aumentar a competitividade, melhorar a arrecadação e/ou diminuir a sazonalidade.

Diante disso, chega-se à seguinte conclusão: para a Região Doce Pontões Capixaba, os segmentos de Turismo de Aventura, Ecoturismo e o Turismo de Negócios e Eventos são igualmente importantes.

REGIÃO	Doce Pontões Capixaba
Turismo de sol e praia	☆
Turismo de negócios e eventos	★
Turismo rural / Agroturismo	★
Turismo cultural	☆
Turismo náutico	☆
Turismo de pesca	☆
Turismo de Aventura	★
Ecoturismo	★
Turismo Esportivo	★
Turismo de Estudos e Intercâmbio	☆

Quadro 2.2: Segmentos do turismo: Doce Pontões Capixaba
Fonte: PDST

O foco da atração é o Polo Comercial, devido às potencialidades econômicas da região em razão da concentração de mármore e granito, mas também o polo de confecções e vestuário, de turismo de aventura, de esporte, de agroturismo e de produção rural (diversificada por café, manga, apicultura, camarão e pecuária mista).



2.2 ANÁLISE DA GESTÃO DA CULTURA NO ESPÍRITO SANTO

2.2.1 A aplicação da cultura segundo a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo – Secult

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, denominada Secult-ES, entende, no seu Planejamento Estratégico, que o Espírito Santo Plural deve valorizar as expressões e as particularidades identitárias presentes em todo o território capixaba.

Traduzindo o conceito em diretrizes de ação, a Secult entende que é necessário:

- Promover a cidadania e a diversidade cultural;
- Integrar as áreas de educação e cultura;
- Difundir os bens simbólicos;
- Formar agentes culturais e aperfeiçoamento artístico;
- Preservar o patrimônio cultural, imaterial, natural, acervos e documentos;
- Modernizar a gestão cultural;
- Fomentar o acesso à informação e ao conhecimento cultural;
- Estimular a Economia Criativa.

2.2.2 O Sistema Nacional de Cultura e seus rebatimentos no Espírito Santo..

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), previsto na Emenda Constitucional nº 71 de 2012, que acrescenta o artigo 216-A à Constituição Federal, representa um instrumento de gestão compartilhada entre entes federativos - União, Estados e Municípios - com a finalidade de promover amplo acesso ao desenvolvimento humano e social. Na composição do SNC são relevantes, dentre outros aspectos: Órgão Gestor, Conselho de Política Cultural, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento da Cultura e Conferência Estadual de Cultura. O Espírito Santo participa da adesão ao SNC, na medida em que dá cumprimento às suas diretrizes.

O órgão gestor, que é a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, Secult-ES, no seu modelo atual, é regido pela Lei complementar 391 de 2007, tendo como principal competência formular, gerir e implantar políticas públicas culturais no Estado do Espírito Santo. Este órgão também administra seis equipamentos culturais, quais sejam: Biblioteca Pública Estadual, Galeria Homero Massena, Museu de Arte do Espírito Santo, Theatro Carlos Gomes, Palácio Cultural Sônia Cabral, Museu do Colono; uma autarquia: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e uma Orquestra Sinfônica: OSES.

Grupo de Despesas				
Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
2009	6.280.347,71	7.161.509,03	2.907.813,58	16.349.670,32
2010	7.423.295,05	8.949.400,85	44.347.648,26	60.720.344,16
2011	7.107.628,90	8.957.840,74	23.142.970,42	39.208.440,06
2012	8.283.790,04	12.522.455,14	1.244.610,15	22.050.855,33
2013	10.408.395,16	14.523.921,18	19.888.519,73	44.820.836,07
2014	13.626.059,17	13.906.037,58	51.325.888,57	78.857.985,32
2015	13.707.661,00	9.569.164,00	2.695.200,00	25.972.025,00
2016	12.224.000,00	11.287.726,00	2.544.000,00	26.055.726,00

Tabela 2.9: Grupo de despesas do orçamento previsto

Fonte: Prestação de contas do CEC, SECULT/CEC.

Os valores de investimentos são, basicamente, relativos à construção do CAIS DAS ARTES (complexo cultural constituído por museu e teatro, próximo à Praça do Papa, na Enseada do Suá, Vitória).

O Conselho de Política Cultural, criado em 1967, se reorganiza pela Lei Complementar nº 421 de 2007, com a criação de câmaras temáticas e a incorporação das regiões do Estado na participação da discussão cultural. Tem a finalidade de ser um órgão consultivo e normatizar as políticas culturais do Estado. O conselho tem um papel importante nas discussões das políticas culturais, ora por questionar as ações desenvolvidas, ora por defender questões orçamentárias que impactem no acesso universal da cultura.

O FunCultura (Sistema de Financiamento da Cultura), do Ministério da Cultura, criado pela Lei Complementar 458 de 2008, tem o objetivo de fomentar a criação, difusão artística e o desenvolvimento econômico do Estado, sendo a criatividade seu principal ativo. O FunCultura fomenta a produção cultural e a constituição de um mercado das artes, e promove a inserção de novos agentes no campo cultural.

Ano	Valores (R\$)	Projetos contemplados
2009	1.685.275,07	120
2010	3.814.903,30	193
2011	4.151.403,30	240
2012	4.873.188,20	292
2013	6.316.524,03	392
2014	6.338.750,47	349
2015	8.000.000,00	275
2016	8.000.000,00	351

Tabela 2.10: FunCultura: valores e números de projetos contemplados

Fonte: Prestação de contas do CEC, SECULT/CEC.

Com projetos contemplados que variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 1.000.000,00, o FunCultura se consolidou como o maior instrumento de fomento do Estado no campo da cultura, com projetos nas mais diversas linguagens artísticas (artes cênicas, circo, ópera, música, audiovisual, entre outros) e de patrimônio (material e imaterial) e vem ganhando abrangência estadual. Em 2015, os contemplados estavam presentes em 41 municípios e, em 2016, a meta é contemplar 50 municípios do Estado.



A principal questão da não totalidade está associada à qualificação em termos de projetos dos proponentes. A Secult possui um curso de qualificação dos editais, mas que não atende ainda a necessidade de qualificação de projetos. Em 2017, a parceria com o IFES e o MinC tentará suprir esta lacuna de formação, com a oferta de 200 vagas em cursos de gestão cultural e desenvolvimento de projetos para todo o Estado.

Mesmo tendo crescido 400% em sete anos de implementação, o valor total dos editais ainda é insuficiente para cobrir a lacuna de formação artística e a quantidade de projetos recebidos pela Secult.

O Plano Estadual de Cultura foi instituído pelo Estado do Espírito Santo na Lei 10.296 de 2014, em consonância com o artigo 215 da Constituição Federal, sendo cinco os eixos temáticos relevantes:

- 1.** Estruturação, regionalização e interiorização da gestão cultural: Trata da estruturação do Sistema Estadual da Cultura e da criação de modelos regionais para a promoção da difusão cultural;
- 2.** Diversidade artística e cultural: Busca valorizar a diversidade artística e cultural, no sentido de preservar grupos e tradições que se encontrem, de alguma forma, ameaçados por mudanças de qualquer natureza, seja política, econômica, social ou ambiental, fortalecendo a preservação de patrimônios material e imaterial e da memória;

- 3.** Democratização do acesso à cultura: Reivindica a cultura no sentido constitucional, como direito universal básico;
- 4.** Cultura e desenvolvimento socioeconômico sustentável: Entendida como valor simbólico e de desenvolvimento econômico e social;
- 5.** Participação da sociedade na gestão cultural vista a partir o exercício da cidadania, do direito ao cidadão capixaba de participar da formulação das políticas públicas;

A Conferência Estadual de Cultura no Espírito Santo teve a sua terceira edição realizada no dia 24 de setembro de 2013, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o tema “Implementação do Sistema Nacional de Cultura”. Participaram 50 (cinquenta) conferencistas, sendo eleitos 5 (cinco) delegados, 3 (três) pessoas da sociedade civil e 2 (dois) membros do poder público para a representação do Estado em âmbito nacional.

Geralmente, as conferências ou fóruns são espaços de discussão em torno de um tema específico e fazem parte da lógica da participação social como os conselhos, servindo de base para o aprofundamento e planejamento de políticas públicas para o campo.

Um dos principais problemas do conceito de sistema pensado para o campo da cultura é que o mesmo foi estruturado sem que houvesse uma devida previsão orçamentária e financeira na legislação, como acontece com a saúde

e a educação. Além disso, o Ministério da Cultura (MinC), apesar de ser órgão da administração federal, não atua em todas as regiões do país e mostra-se falho no sentido de prover recursos e até mesmo diretrizes. Faltam servidores e recursos e muitas mudanças na direção geram descontinuidade nas atividades/ações culturais, além da falta de planejamento.

Esse quadro se reflete nas unidades da Federação, já que a criação do sistema foi uma política implementada pelo MinC com a finalidade de organizar o setor cultural. Trata-se de uma iniciativa necessária, porém muitos Estados e Municípios brasileiros aderiram ao sistema com a promessa de receber recursos do Fundo Nacional, o que não ocorreu. Outro ponto de discussão é que os mecanismos legais não estão previstos para tal repasse, impossibilitando a implementação que preconiza a Emenda Constitucional nº 71.

O Espírito Santo possui em sua estrutura organizacional uma Gerência do Sistema Estadual de Cultura (GESEC) que não conseguiu até o momento implantar, como prevê o art. 3º, inciso I, do Plano Estadual de Cultura, o Sistema Estadual em lei específica, tendo o mesmo o papel de articulador desse processo de gestão compartilhada entre Estado, municípios e a sociedade civil. Como o Espírito Santo não possui lei específica para o Sistema Estadual, também não possui os mecanismos de repasses fundo a fundo.

A Secult, por meio da GESEC, realizou uma pesquisa, em setembro de 2015, entre os

municípios capixabas com a finalidade de conhecer a realidade do Sistema Estadual. Dos 78 (setenta e oito) municípios do Estado, apenas 45 (quarenta e cinco) responderam ao questionário, sendo que destes, 18 (dezoito) informaram que já aderiram ao Sistema Nacional e 27 (vinte e sete) esclareceram que não aderiram. No site do MinC, no mesmo período, consta a informação de que 23 (vinte e três) municípios capixabas aderiram ao SNC. Apesar da divergência dos dados, devido às amostras diferentes, a adesão ainda é muita baixa, não chegando a 1/3 (um terço) dos municípios capixabas, o que denota baixa estruturação do setor.

De uma maneira geral, a pesquisa realizada pela Secult aponta para 3 (três) importantes indicadores que auxiliam a retratar a realidade cultural no campo da atuação do poder público:

- Alta integração entre o setor da cultura e as demais secretarias municipais;
- Baixa quantidade de profissionais que atuam no setor de cultura nos municípios;
- Baixo investimento em atividades voltadas para a qualificação dos artistas locais.

O Quadro 2.3, resume a situação do sistema em cada um dos municípios impactados pelo evento presente nas regiões 7 (sete) e 8 (oito). Nenhum deles possui sistema municipal completo para que possa se tornar Lei e por consequência não podem aderir ao sistema nacional, o SNC.



MARILÂNDIA	Órgão gestor	Secretaria de cultura, esporte e lazer
	Conferência de cultura	Não realizaram
	Plano de cultura	Não tem plano
	Sistema de financiamento da cultura	Não tem financiamento
	Conselho municipal de política cultural	Não tem conselho
BAIXO GUANDU	Órgão gestor	Secretaria municipal de cultura
	Conferência de cultura	Realizou em 2013
	Plano de cultura	Tem o plano, mas não é uma Lei específica.
	Sistema de financiamento da cultura	Nem fundo, nem Lei de incentivo fiscal
	Conselho municipal de política cultural	Não possui conselho
ARACRUZ	Órgão gestor	Secretaria de turismo e cultura
	Conferência de cultura	Realizou em 2014
	Plano de cultura	Não possui plano
	Sistema de financiamento da cultura	Não possui fundo, nem Lei de incentivo fiscal
	Conselho municipal de política cultural	Não possui conselho
COLATINA	Órgão gestor	Secretaria cultura, esporte e lazer
	Conferência de cultura	Não realizou conferência
	Plano de cultura	Não possui plano
	Sistema de financiamento da cultura	Não tem fundo, mas tem Lei de incentivo fiscal
	Conselho municipal de política cultural	Possuem a lei, mas o conselho está inativo

Quadro 2.3: Situação do Sistema Municipal de Cultura dos municípios impactados pelo evento

2.2.3 Planos e Ações da Secult

A Secult tem o seu próprio planejamento baseado no Plano Estadual de Cultura e nas diretrizes do atual governo (2015-2018), que definiu o desenvolvimento com base na criatividade, capitalismo cultural ou, ainda, Economia Criativa como o carro-chefe a ser promovido pelos 4 (quatro) anos. Este item é parte constituinte do Plano Estadual. É tratado como um planejamento intersecretarias e interinstituições e dialoga com as diretrizes

do Plano Estadual, dado o seu caráter multidisciplinar e transversal.

O planejamento Estratégico 2015-2018 considera dois pontos centrais para o desenvolvimento das ações: a gestão cultural e a cultura como direito à cidadania (produção, distribuição, fruição de bens e produtos simbólicos).

No quadro 2.4 é apresentada a correlação entre o plano e as ações do planejamento estratégico:

Eixos Temáticos do Plano estadual	Ações do Planejamento Estratégico
Estruturação, regionalização e interiorização da gestão cultural (13 ações)	Fortalecimento e ampliação da rede de pontos de cultura
	Criação de calendário cultural
	Implementação de sistemas de gestão dos sítios históricos
	Formação continuada dos servidores
	Aquisição da sede própria da Secult
	Criação da Gerência do Sistema Estadual de Cultura
	Criação do instituto do patrimônio cultural
	Criação da coordenação de cidadania e de diversidade cultural
	Criação do sistema estadual de informação e de indicadores culturais
	Fortalecimento do sistema estadual de bibliotecas públicas
	Criação do sistema estadual de teatros
	Criação do sistema estadual de museus
	Criação do sistema estadual de arquivos
Diversidade artística e cultural (6 ações)	Criação do pontão de cultura
	Criação da rede de pontos de leitura
	Criação da rede de pontinho de cultura
	Realização da Mostra Capixaba de Audiovisual
	Promoção da educação cultural nos espaços culturais
	Realização das séries da OSES
Democratização do acesso à cultura (13 ações)	Criação do pontão de cultura
	Criação da rede de pontos de leitura
	Criação da rede de pontinho de cultura
	Realização da Mostra Capixaba de Audiovisual
	Promoção da educação cultural nos espaços culturais
	Realização das séries da OSES
	Ampliação da Circulação Cultural
	Implementação da circulação nacional de espetáculos capixabas
	Disponibilização de acesso da biblioteca pública do ES e Fundação Nacional às bibliotecas municipais
	Reedição de obras capixabas de valor histórico, artístico e cultural
	Adequação dos espaços culturais à acessibilidade
	Criação, integração e adequação de espaços culturais
	Conclusão das obras do Cais das Artes
Cultura e desenvolvimento socioeconômico sustentável (1 ação)	Criação do pontão de cultura
Participação da sociedade na gestão cultural (2 ações)	Formação de gestores municipais, agentes culturais e aperfeiçoamento de artistas e técnicos
	Criação do Conselho de Patrimônio Cultural

Quadro 2.4: Correlação entre Plano e Ações da Secult:

O Espírito Santo Criativo, previsto no planejamento do governo do estado, desenvolve 14 (quatorze) ações, sendo uma carteira de projetos que totalizará mais de R\$ 23 milhões, com resultados e objetivos voltados para a geração de emprego e renda nos setores criativos, tendo como público-alvo empreendedores de micro e pequeno porte em quatro

áreas-chave: artesanato, audiovisual, TICs e gastronomia. Dentre os resultados esperados estão: aumentar a massa salarial das ocupações criativas, elevar a participação da economia criativa no mercado de trabalho, expandir o crescimento de profissionais formais criativos e ampliar o número de pessoas ocupadas no setor criativo.



Ao todo são 12 (doze) os setores capixabas da economia criativa: festas e celebrações, design, artes cênicas, artesanato, música, audiovisual, TIC, gastronomia, publicidade, editorial, patrimônio e artes e P&D. Esta economia representa 6% (seis por cento) da produção capixaba, o que significa quase duas vezes a participação do setor agropecuário (da porteira para dentro de tudo o que é produzido). Como características dessa economia destacam-se:

- Representa 8,3% das pessoas ocupadas, o equivalente a 143.831 pessoas;
- 32,7% são jovens (15 a 29 anos);
- 49% trabalham no setor privado;
- 38,3% são conta própria;

- 34,5% possuem o ensino médio completo;
- 14,1% possuem o ensino superior completo;
- Responde por 7,1% da massa salarial, totalizando R\$ 222,5 milhões/mês;
- Rendimento médio mensal do trabalho principal: R\$ 1.608,99;
- 62% dos ocupados estão na informalidade, o que corresponde a 89 mil pessoas;
- Para cada 1 criativo gera 3 empregos não criativos;
- 6º lugar no ranking brasileiro na participação de pessoas ocupadas no segundo trimestre de 2016, com 8%, abaixo da média nacional, que é de 8,2%.

Ação / Subação	
Programa Economia Criativa	Elaboração do Plano ES Criativo
	Elaboração do Painel de indicadores e cadeia produtiva
Linhas de fomento e financiamento	Operacionalização do Nosso Crédito Criativo
	Operacionalização do Bandes Criativo
	Operacionalização do Criatec 3
	Parceria com BNDES para viabilizar recursos junto ao PROCULT
	Parceria com a Ancine junto a linha de arranjos regionais e Prodav
Potencialização dos investimentos na economia criativa	Implantação do comitê de investimentos culturais do governo do estado
	Fortalecimento dos investimentos privados em economia criativa
	Implantação do Circuito Cultural do Centro de Vitória
Educação para Competências Criativas	Implantação do hub de economia criativa
	Implantação do Centro de Referência do Artesanato
	Formação de músicos empreendedores
	Formação de roteiristas e técnicos para TV e cinema
	Qualificação para os setores de audiovisual, artes visuais, gastronomia
Aceleração de empreendimentos criativos	Sinapse

Quadro 2.5: Ações Previstas no Plano Espírito Santo Criativos

2.3 ESPORTE E LAZER NO ES

Não existe um plano estratégico específico para o esporte no Espírito Santo. Até 2014 existia a Lei Estadual nº 9.365/2009 que instituiu o programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte, o qual direcionava recursos para a compra de passagens aéreas nacionais e internacionais a atletas de alto rendimento para participarem de competições importantes. Atualmente, esta lei não está em vigor e há um movimento no sentido de elaborar uma nova legislação com conteúdo semelhante, entretanto a atual crise econômica e o corte de orçamento da máquina pública têm inviabilizado essa iniciativa.

A Secretaria Estadual de Esporte e Lazer - SESPORT sofreu uma redução em seu orçamento de mais de 80% (oitenta por cento) entre os anos de 2014 e 2016. A despeito disto, programas e projetos importantes ligados a formação, desenvolvimento e alto rendimento,

respectivamente, Campeões do Futuro, Jogos Escolares e Bolsa Atleta, ainda são mantidos.

Projeto Campeões do Futuro é considerado o carro-chefe da SESPORT por abranger os 78 (setenta e oito) municípios capixabas e atender a aproximadamente 41 mil alunos que possuem entre 7 e 17 anos de idade, ofertando 26 (vinte e seis) modalidades esportivas. O projeto possui uma finalidade que transcende a prática esportiva, na medida em que também objetiva reduzir o risco social para crianças e adolescentes, afastando-os da criminalidade, alcoolismo, prostituição infantil e uso de drogas.

O projeto ocorre em parceria com os municípios, que são responsáveis por viabilizar o espaço para a prática esportiva e designar profissionais de educação física com o fito de supervisionar as atividades. Além disso,



também compete aos municípios definirem as modalidades a serem desenvolvidas. Já a SESPORT é responsável por prover o material para as atividades, um estagiário e qualificação profissional para os profissionais envolvidos no trabalho.

Nas cidades capixabas impactadas pelo Projeto Campeões do Futuro, estes são alguns dos resultados:

- Marilândia: Atende 268 participantes nas modalidades de futebol de sete, futebol de campo e futsal;
- Colatina: Atende 849 participantes nas modalidades de natação, ginástica rítmica, futsal, handball, futebol de campo, futebol de sete e futebol de areia;
- Linhares: Atende aproximadamente 570 participantes nas modalidades de futebol de campo, futsal, ginástica rítmica, handball e jiu-jitsu;
- Baixo Guandu: Atende 780 participantes nas modalidades de futebol de sete, futebol de campo, futsal, ginástica rítmica, handebol e jiu-jistu;

A diferença entre os números de alunos participantes não tem pertinência somente com a população, mas, também, com a demanda do envolvimento da Secretaria local responsável pelo esporte e com a carência do município.

O Projeto Campeões do Futuro foi implementado entre os anos de 2009 e 2010 e atendeu 44 mil alunos em 2014, 37 mil em 2015 e 41 mil em 2016. Mesmo com a crise econômica e a redução drástica do orçamento, a manutenção do projeto é uma prioridade e teve uma estabilidade.

Quanto aos Jogos Escolares, a Secretaria organiza as finais regionais e estaduais. São investidos 5 milhões em material, passagens, alimentação e hospedagem dos esportistas e de profissionais, envolvendo o ensino público e privado. O projeto abarca modalidades coletivas e individuais, tais como vôlei, atletismo, natação, judô, futebol e muitos outros.

Em relação à bolsa atleta, anualmente é lançado edital destinado a atletas de alto rendimento que concorrem a financiamento nas mais diversas modalidades. Em 2016 foram atendidos 48 atletas e a secretaria pretende ampliar este quadro com a criação de mais 12 vagas no ano de 2017. Há quatro tipos de bolsa: estudantil, nacional, internacional e olímpica, com valores variados. O projeto é feito em parceria com as Federações Esportivas, que acompanham os atletas.

Os investimentos da Secretaria também são voltados para a criação e manutenção de espaços públicos com foco em atividades esportivas para ampliar a convivência social, tais como: campos de futebol, academia a céu aberto, quadra poliesportiva e praças. Nesse enfoque foram investidos 21 milhões de reais em 2016.

A SESPORT mantém o Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho e o Estádio Kleber Andrade. O Centro de Treinamento Jayme Navarro atende aos atletas de alto rendimento e comporta a sede da Secretaria. Já o Estádio Kleber Andrade, que foi comprado em 2008 pelo Governo Estadual, em 2014, recebeu a seleção de Camarões, que ali treinou durante a Copa do Mundo, e, em 2015, sediou um amistoso entre a Seleção Brasileira e a Seleção do Paraguai. O local também é utilizado para treinamento de times locais e de expressão nacional e internacional.

Capítulo 3

CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente tópico tem como objetivo analisar, de forma contextualizada, se a ruptura da barragem da Samarco em Mariana/MG impactou diretamente as áreas do turismo, cultura, esporte e lazer. Trata-se de uma contextualização histórica, socioeconômica e demográfica, baseada em informações e dados secundários disponíveis em fontes oficiais.

A princípio, será realizada uma análise mais ampla acerca da realidade do município, contextualizando, sobretudo, com as dimensões e características das atividades de turismo, cultura, esporte e lazer. Tal contextualização precede uma investigação mais profunda, esta sim valendo-se de informações e dados primários que possibilitam a execução de leituras mais assertivas acerca de supostos impactos ocorridos no território de abrangência do município.

3.2 FORMAÇÃO ECONÔMICA E HISTÓRICA

No século XIX, o governo Imperial estimulou a vinda de imigrantes italianos ao Brasil para suprir a mão-de-obra escrava nas lavouras. A chegada destes imigrantes no Espírito Santo se deu principalmente pela região sul.

Por sua vez, o município de Marilândia permaneceu coberto de mata nativa até o início do século XX, tendo como primeiros exploradores aventureiros em busca de terras devolutas – muitos de imigração italiana – que abriram



Foto: marilandia.es.gov.br

clareiras, construíram as primeiras moradias e plantaram os cafezais, constituindo o povoado de Liberdade.

O café é, até hoje, o carro-chefe da economia de Marilândia, destacando-se, inclusive, como um grande centro de desenvolvimento da variedade “conilon”.

A grande maioria das famílias que chegavam era de tradição católica e receberam, tempos depois, a visita de padres salesianos que batizaram a localidade de Marilândia – nome que significa “Terra de Maria” – estabelecendo

Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira.

Em 1949, Marilândia passou a ser distrito da cidade de Colatina, vindo a se emancipar com as primeiras eleições municipais em 1983. Atualmente, a localidade está dividida em 02 distritos, Sapucaia e Sede, e 32 povoados.

Ainda na década de 80, um fato importante marcou a história do município: a vitória do marilandense Gérson Camata para o Governo do Estado, proporcionando investimentos vultosos no município, como a pavimentação da Rodovia Colatina-Marilândia.



Figura 3.1: Divisão territorial do município de Marilândia

Fonte: IJ/SN, 2013

3.3 DINÂMICA POPULACIONAL E DEMOGRÁFICA

O município de Marilândia está localizado na região denominada Centro-Oeste, conforme a divisão regional do estado, Lei nº 9.768 de 28 de dezembro de 2011, juntamente à Colatina, São Roque do Canaã, Baixo Guandu, Pancas, Alto Rio Novo, Governador Lindenberg, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério.

Marilândia é um município pequeno, contando com uma população de 12.500 (doze mil e quinhentos) habitantes, segundo última estimativa do IBGE. Desmembrado do município de Colatina na década de 80, tem sua economia baseada na agropecuária, especificamente no café.

Nos últimos quinze anos, a população do município cresceu abaixo da média estadual, conforme pode ser observado na Tabela 3.1, porém não se evidencia perda de população como tem acontecido principalmente em municípios situados mais a oeste do território capixaba, como os próprios municípios de Colatina e Baixo Guandu.

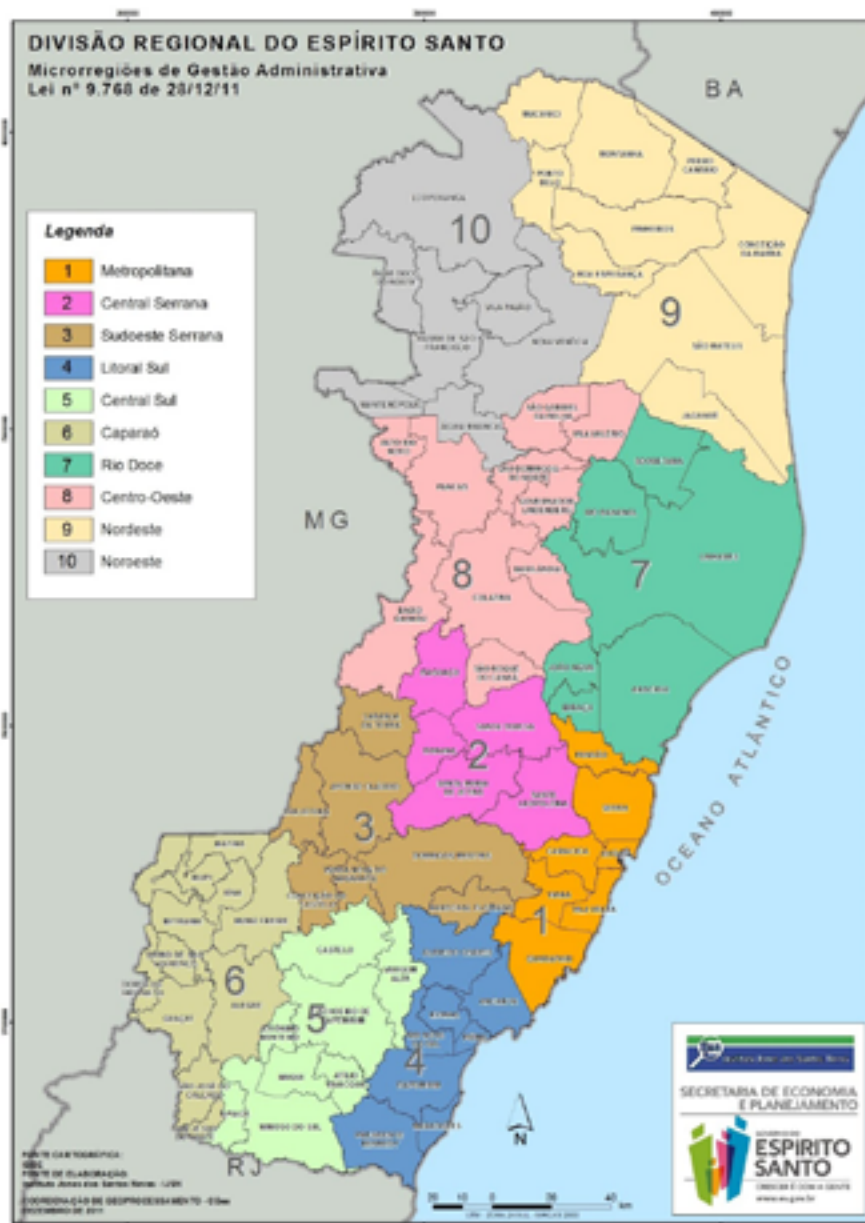


Figura 3.2: Microrregionalização do Espírito Santo

Fonte: IJSN, 2011

Município	1991	2000	2010	2016 ¹	TGCA 1991-2016
Marilândia	9.004	9.924	11.107	12.479	1,31%
Espírito Santo	2.600.618	3.097.232	3.514.952	3.973.967	1,71%
% de Marilândia no ES	0,35%	0,32%	0,32%	0,31%	-

Tabela 3.1: Evolução da População

Fonte: IBGE, 1991-2010

Nota: ¹ Projeção da população para 2016, IBGE- cidades

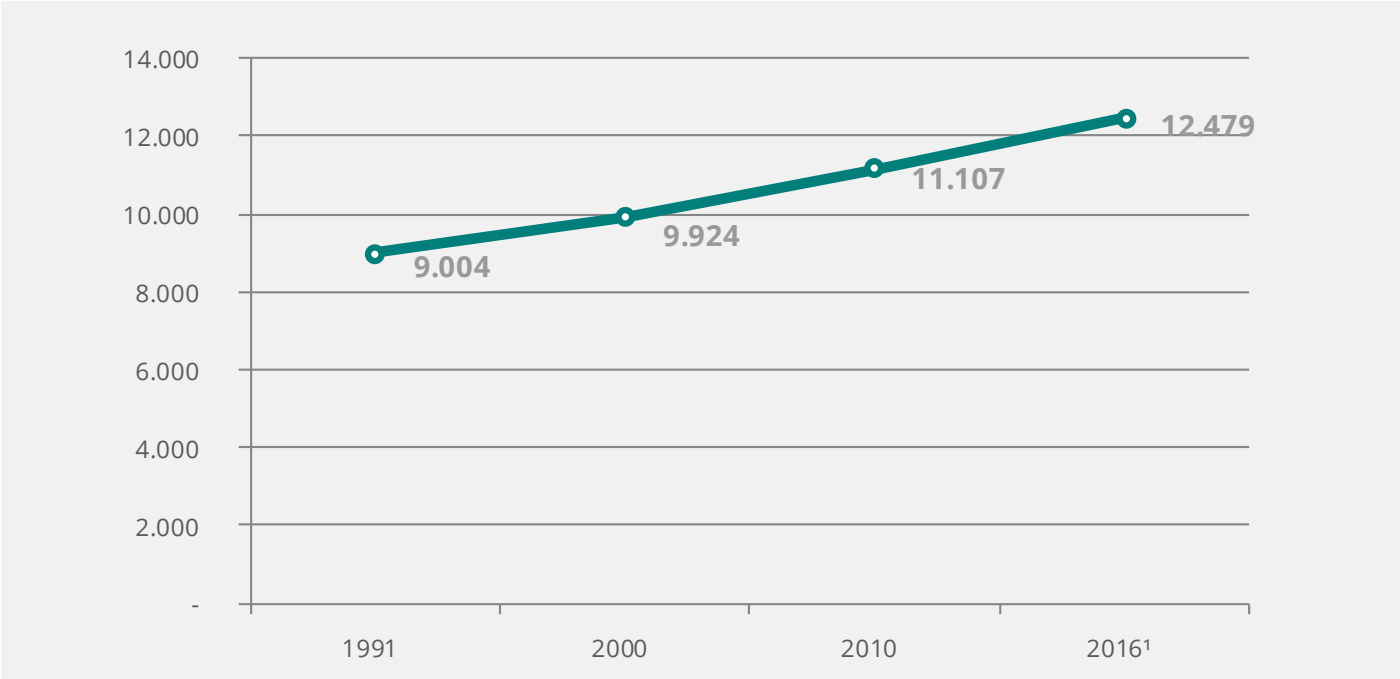


Gráfico 3.1: Evolução Populacional
Fonte: IBGE

A Figura 3.3 possibilita uma leitura mais abrangente e contextualizada da dinâmica populacional no território capixaba, onde Marilândia aparece com a taxa de crescimento anual da população entre 0,5% e 0,9% entre os anos censitários de 2000 e 2010.

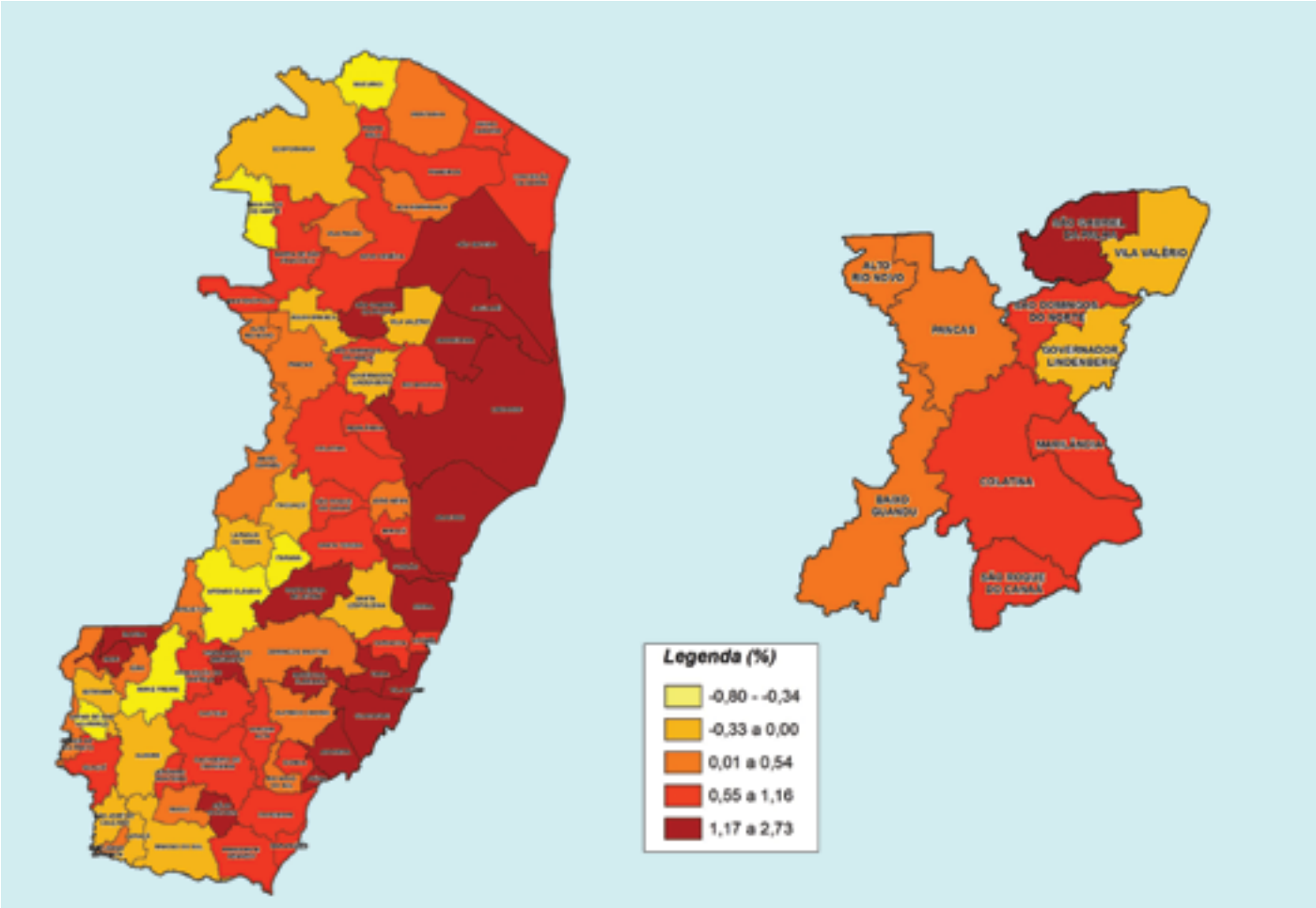


Figura 3.3: Taxa geométrica de crescimento anual da população 2000/2010
Fonte: IJSN, 2013

O Gráfico 3.2 mostra a dinâmica populacional desdobrada por faixa etária e demonstram a tendência de envelhecimento dos marilandenses, assim como da população brasileira e capixaba como um todo.

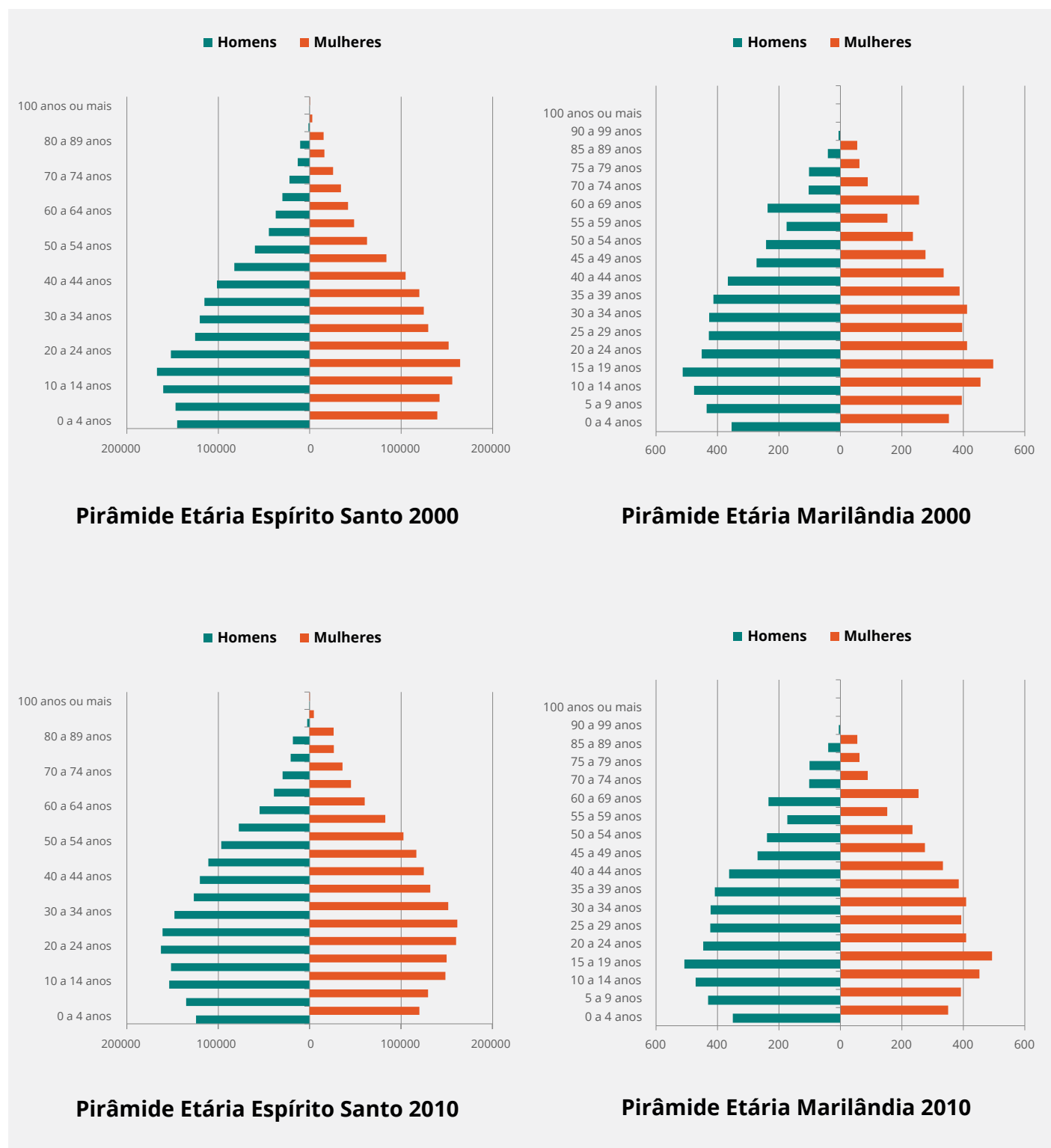


Gráfico 3.2: Pirâmide etária da população 2000/2010

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Segundo dados do Censo do IBGE de 2010, quase 60% (sessenta por cento) da população é branca e 40% (quarenta por cento) parda. A Tabela 3.2 mostra a distribuição por cor e raça.

Quanto à escolaridade, importante mencionar que 12,7% (doze vírgula sete por cento) da população, com idade de 15 anos ou mais, é analfabeta.

Amarelos	0,1%	16,6
Branco	58,4%	58,6
Pretos	3,4%	16,7
Pardos	38,0%	8,2
Índios	0,1%	100,0

Tabela 3.2 - Pessoas residentes em terras indígenas, por condição de indígena, segundo as Terras Indígenas
Fonte: IBGE, 2010



3.4 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista da sua economia, Marilândia pode ser considerado um município que se sustenta nas atividades agropecuárias, que compõem cerca de 20% (vinte por cento) do PIB local, mesmo com a participação de 41%

(quarenta e um por cento) do setor de comércio e serviços. Na verdade, este último setor tem na própria agropecuária local a sua fonte de dinamismo.

3.4.1 Desempenho Econômico a Partir do Produto Interno Bruto

A Tabela 3.3 apresenta indicadores comparativos do PIB de Marilândia e do Espírito Santo no período de 2002 a 2014. Com uma diminuta participação no PIB estadual, cerca

de 0,16%, a economia local cresceu acima da média observada para o estado no período – 5,9% contra 4,3%.

Ano	PIB Marilândia	PIB ES	População Marilândia	PIB per capita Marilândia	População ES	PIB per capita ES
2002	101,34	77.779,41	10.118	10.016,22	3.201.722	24.292,99
2003	109,26	80.035,02	10.207	10.704,57	3.250.219	24.624,50
2004	104,29	83.449,84	10.396	10.031,30	3.352.024	24.895,36
2005	102,59	86.405,20	10.500	9.770,80	3.408.365	25.350,92
2006	129,02	93.773,45	10.604	12.167,39	3.464.285	27.068,63
2007	133,88	100.448,79	10.226	13.091,69	3.351.669	29.969,78
2008	126,07	109.110,79	10.615	11.876,68	3.453.648	31.592,91
2009	142,88	101.555,02	10.676	13.383,07	3.487.199	29.122,23
2010	204,31	117.021,69	11.107	18.394,64	3.514.952	33.292,54
2011	288,97	125.689,45	11.198	25.805,21	3.547.013	35.435,29
2012	274,93	124.772,54	11.286	24.360,14	3.578.067	34.871,49
2013	198,14	124.652,41	12.092	16.385,93	3.839.366	32.466,93
2014	201,25	128.783,78	12.224	16.463,76	3.885.049	33.148,56
TGCA	5,9%	4,3%	1,6%	4,2%	1,6%	2,6%

Tabela 3.3: Marilândia - PIB a Preços de 2014 em milhões de Reais

Fonte: IBGE /Cálculo Futura

É importante ressaltar que, historicamente, o desempenho do PIB de Marilândia sempre esteve atrelado ao desempenho da produção do café “conilon”, sobretudo no que se refere aos

preços internacionais daquela cultura.

O Gráfico 3.3 mostra a evolução da participação do PIB municipal no PIB estadual. Vejamos:



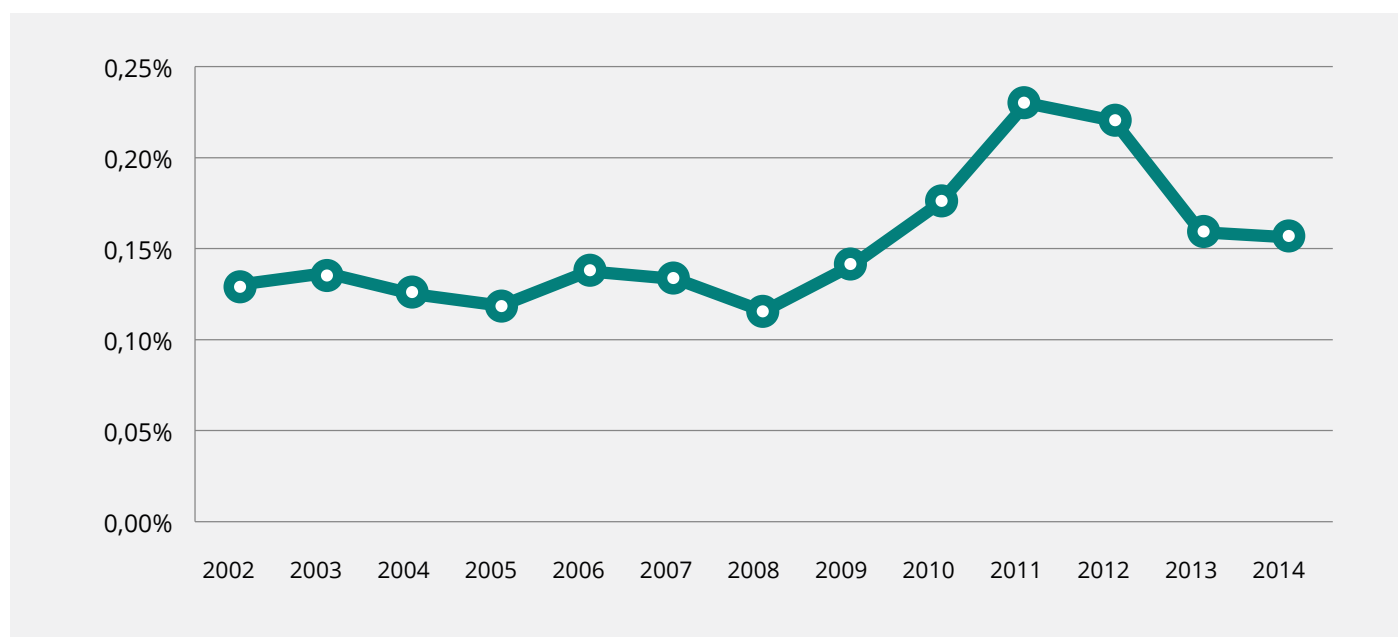


Gráfico 3.3: Participação no PIB do Espírito Santo

Fonte: IBGE

Esse desempenho também pode ser demonstrado pela evolução do PIB no mesmo período, conforme o Gráfico 3.4:

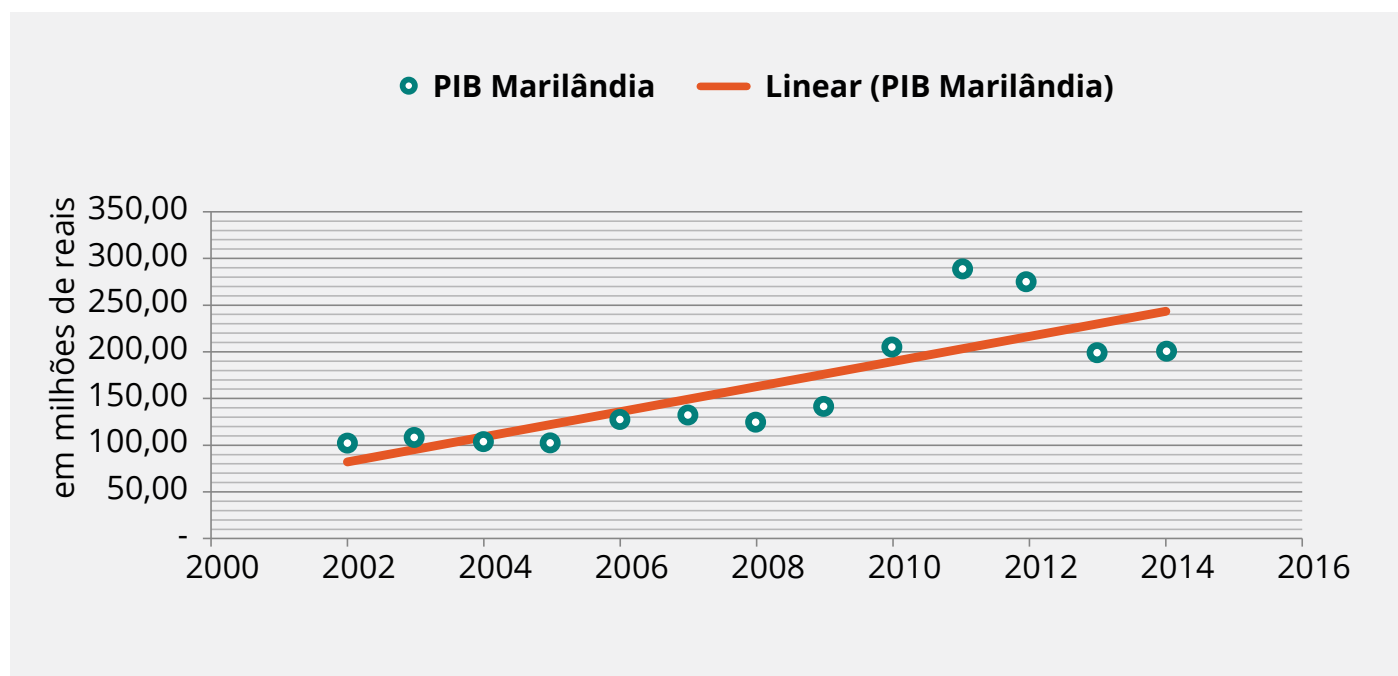


Gráfico 3.4: Marilândia – Evolução do PIB a Preços Constantes

Fonte: IBGE, Elaboração Futura

Outra maneira de avaliar o desenvolvimento, embora com algumas limitações, é recorrer-se a comparações do PIB per capita, mostrada no Gráfico 3.5.

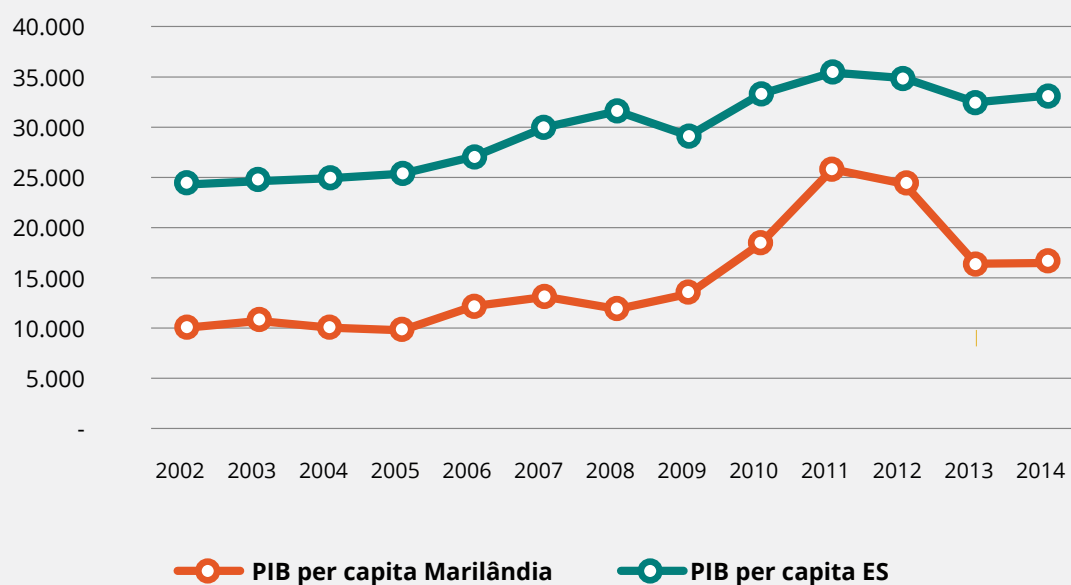


Gráfico 3.5: Marilândia – Comparativo do PIB perCapita

Fonte: IBGE

A Gráfico 3.6 apresenta a composição do PIB, onde se observa em destaque o setor de comércio e serviços, com a participação de 41%. Esse percentual destoa do observado para o PIB estadual, que chega a 59%, revelando a fragilidade da economia local em termos de absorção do excedente econômico.

Além disso, observa-se uma dependência significativa da economia local em relação ao setor público, que aparece com uma participação de 25%, enquanto que a média para o Espírito Santo se posiciona no entorno de 15%.

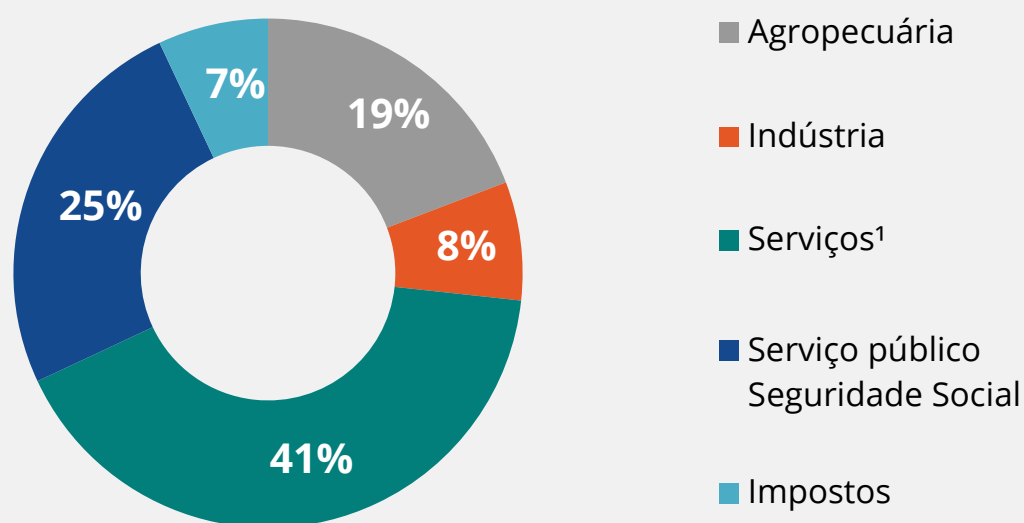


Gráfico 3.6: Marilândia – Participação dos Setores da Economia no PIB

Fonte: IBGE

Por sua vez, o Gráfico 3.7 possibilita uma visão do comportamento das principais variáveis representativas da evolução da economia do município em comparação com a economia estadual. Vejamos:

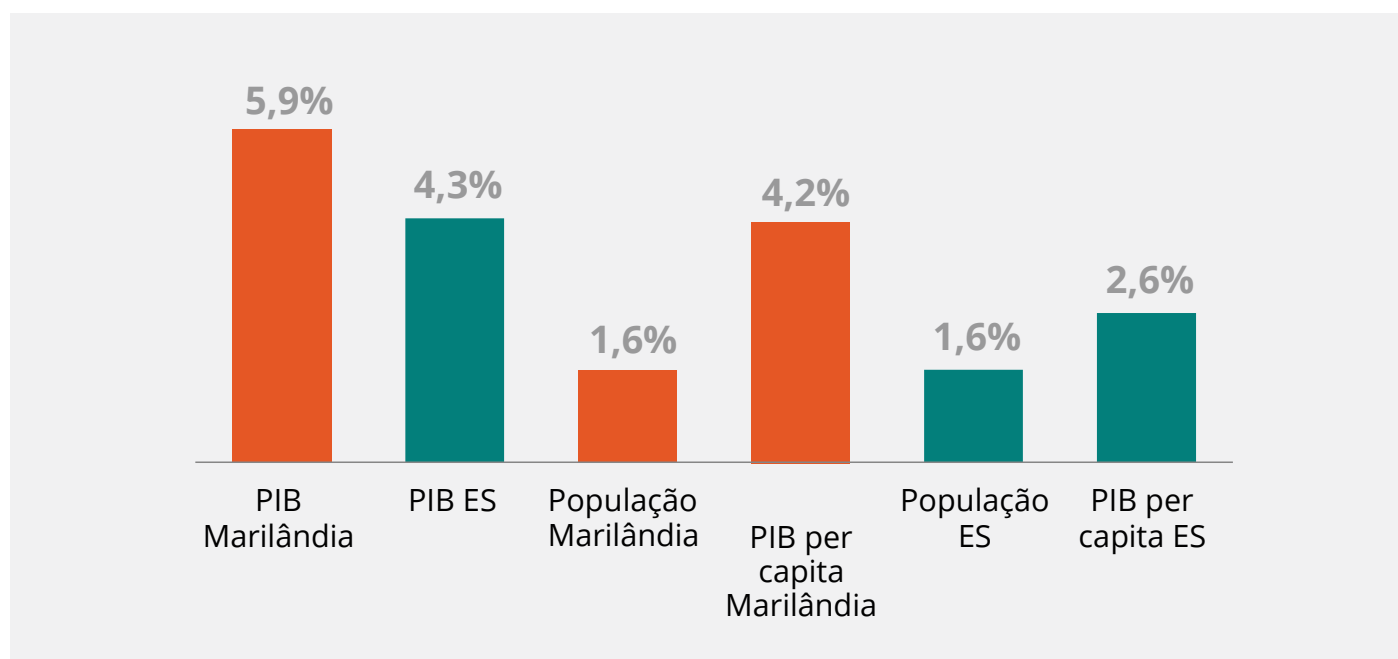


Gráfico 3.7: Comparativo Marilândia e Espírito Santo - Taxa Geométrica Anual de Variação do PIB

Fonte: IBGE

3.4.2 Estrutura de Ocupação e Emprego

Como pode ser observado na sequência de tabelas e gráficos a seguir, o município de Marilândia se destaca em relação ao Espírito Santo

quando comparados números relativos à ocupação produtiva da população. Vejamos:

Discriminação	Marilândia			Espírito Santo		
	2000	2010	%	2000	2010	%
População total	9.924	11.107	11,9%	3.097.232	3.514.952	13,5%
PIA-População em Idade ativa	8.387	9.799	16,8%	2.524.480	3.005.850	19,1%
PEA- População econ.Ativa	5.456	6.247	14,5%	1.511.830	1.715.180	13,5%
População Ocupada	5.255	6.032	14,8%	1.309.290	1.576.690	20,4%
População Desocupada	201	215	7,0%	202.540	138.490	-31,6%

Tabela 3.4: Marilândia - População ocupada, Pop. Idade Ativa e Pop. Econ. Ativa

Fonte: IBGE - censo - e IJSN

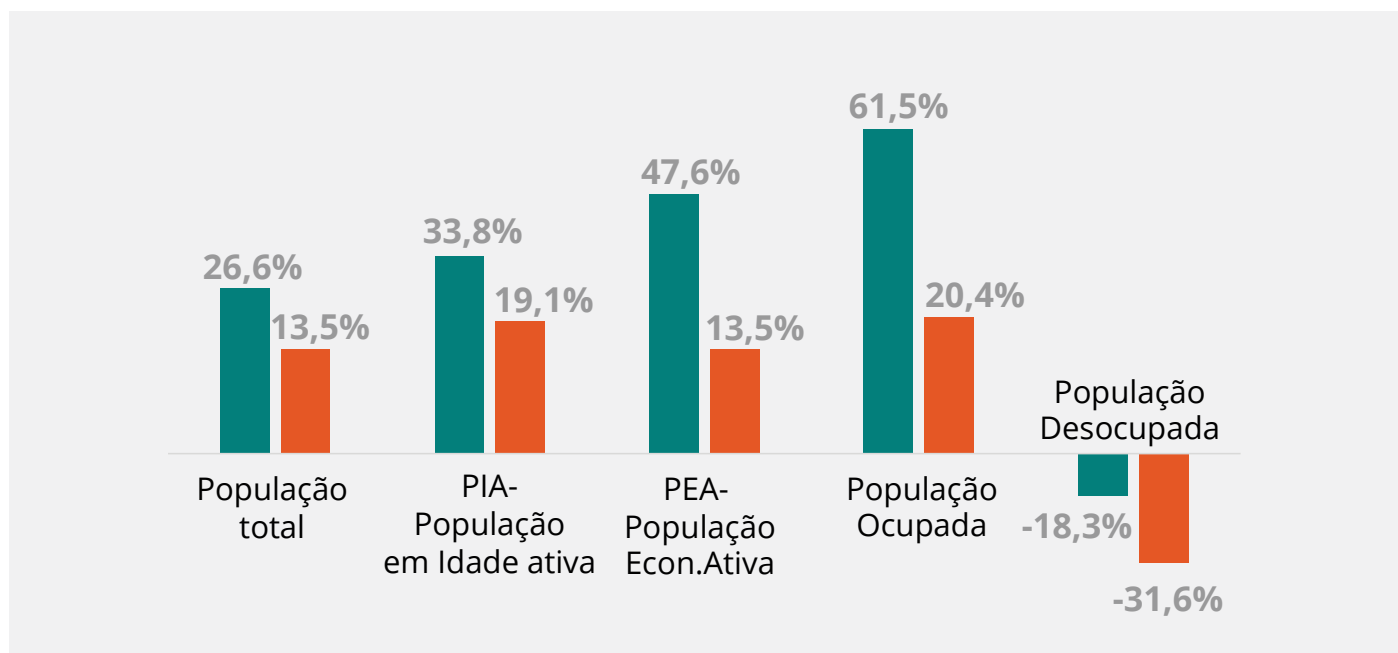


Gráfico 3.8: Comparativo Marilândia e Espírito Santo – Variação entre 2000 e 2010 – População Total, Idade Ativa, Economicamente Ativa e Desocupada.

Fonte: IBGE

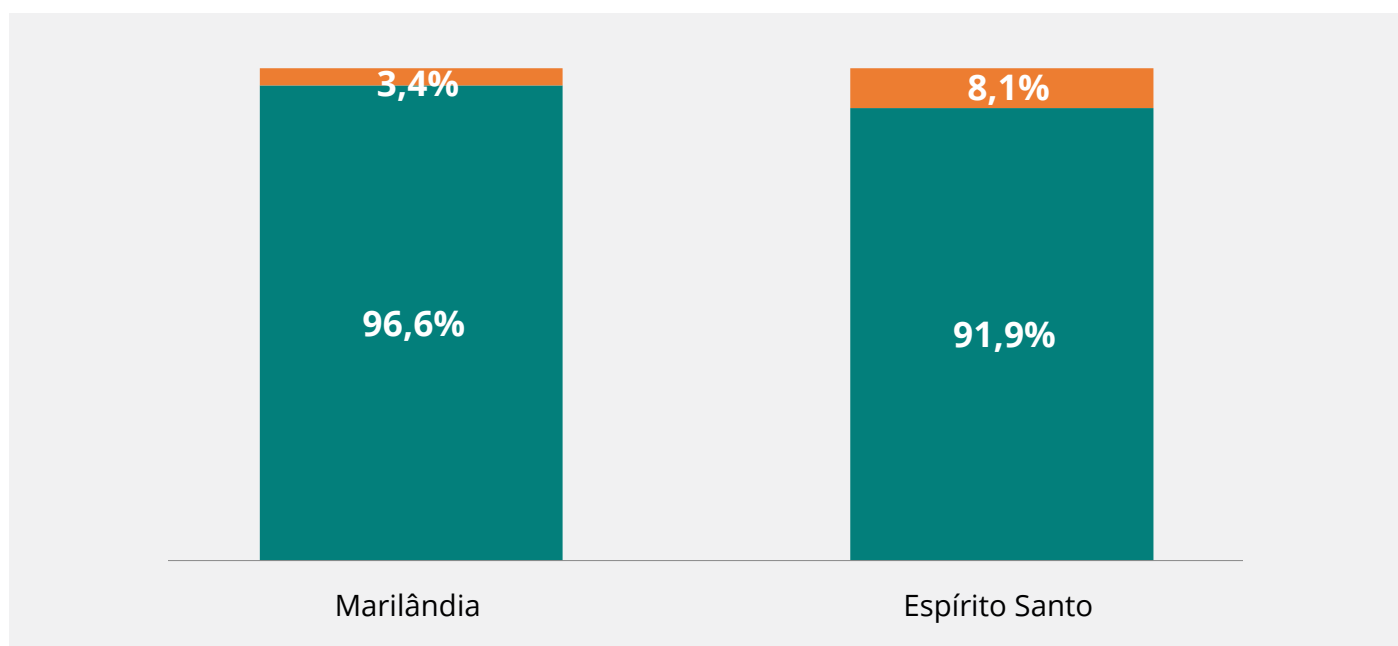


Gráfico 3.9: Comparativo Marilândia e Espírito Santo – Situação de Ocupação da População Economicamente Ativa

Fonte: IBGE



Segundo dados do Ministério do Trabalho, cerca de 1/3 (um terço) do total de vínculos empregatícios registrados no município de Marilândia, em 2015, foi de responsabilidade do setor industrial. No entanto, esse dado deve ser relativizado, haja vista que o município dispõe de uma agropecuária fortemente fundada na pequena propriedade, sendo que a maioria não dispõe de trabalhadores com carteira assinada. Sendo assim, grande

parte da população não dispõe de vínculo formal de emprego.

Já nos setores de alojamento e de alimentação, que guardam relação direta com as atividades de turismo, observa-se um percentual de participação de tão somente 0,81% da população. Com ainda menor percentual se apresentam as atividades ligadas ao esporte, lazer e à cultura, com um percentual de apenas 0,2%.

Setor	Qtde de Vínculos	%
Indústrias de transformação	616	31,25%
Administração pública, defesa e seguridade social	425	21,56%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	423	21,46%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	233	11,82%
Outras atividades de serviços	54	2,74%
Atividades administrativas e serviços complementares	49	2,49%
Construção	43	2,18%
Transporte, armazenagem e correio	42	2,13%
Educação	17	0,86%
Alojamento e alimentação	16	0,81%
Saúde humana e serviços sociais	15	0,76%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13	0,66%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	11	0,56%
Atividades imobiliárias	5	0,25%
Artes, cultura, esporte e recreação	4	0,20%
Informação e comunicação	3	0,15%
Indústrias extrativas	2	0,10%
Eletricidade e gás	0	0,00%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0,00%
Serviços domésticos	0	0,00%
Total	1.971	100%

Tabela 3.5: Marilândia - Estrutura do Emprego - 2015

Fonte: RAIS

3.4.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) consiste em um indicador que utiliza resultados que variam entre 0 e 01, sendo que o número zero corresponde ao desenvolvimento nulo ou nenhum, e o número um ao nível de desenvolvimento humano máximo alcançável.

Conforme convenção da ONU (Organização das Nações Unidas), a classificação do grau de desenvolvimento segue a escala abaixo

Até 0,499 - Desenvolvimento humano considerado muito baixo;

Entre 0,500 e 0,599 - desenvolvimento humano considerado baixo;

Entre 0,600 e 0,699 - desenvolvimento humano considerado médio;

Entre 0,700 e 0,799 - desenvolvimento humano considerado alto;

Acima de 0,800 - desenvolvimento humano considerado muito alto.

Com base nos resultados do IDH entre os anos de 1991 e 2010, observa-se uma melhoria na qualidade de vida no município de Marilândia. O IDH passou de 0,482, em 1991, para 0,696 em 2010, sendo que no último ano seu resultado é caracterizado como de “médio desenvolvimento humano”, conforme escala acima transcrita.

Em 2010, segundo dados publicados pela PNUD (2013), o valor do IDH municipal foi inferior ao do Espírito Santo (0,740) e do Brasil (0,727). Vejamos:

Lugar	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Marilândia	0,696	0,668	0,823	0,612
Espírito Santo	0,74	0,743	0,835	0,653
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637

Tabela 3.6: Marilândia – Índice de Desenvolvimento Humano, 2010

Fonte: PNUD, 2013

Embora se apresentando abaixo das médias estadual e nacional, o IDH do município de Marilândia cresceu de forma significativa no passar dos anos, como pode ser observado no Gráfico 3.10.

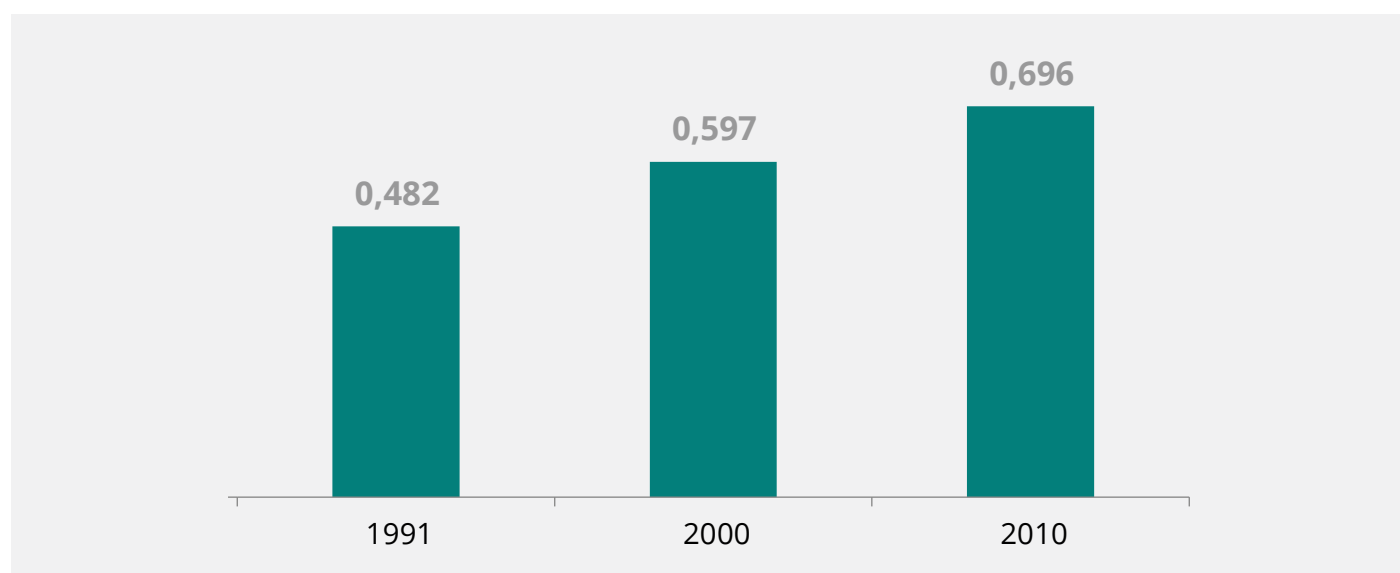


Gráfico 3.10: Comparativo Marilândia e Espírito Santo – Situação de Ocupação da População Economicamente Ativa

Fonte: IBGE

3.4.4 Gestão Pública: Finanças

Segundo dados da Aequus (2016), divulgados por meio de seu sistema de banco de dados, que utiliza dados do STN (Sistema do Tesouro

Nacional), o município de Marilândia apresentou no ano de 2015 uma receita total de 37 milhões de reais.

Item	2013	2014	2015
Receita Total	34.550.001	35.801.656	37.718.299
Receitas Correntes	35.826.302	37.066.412	34.681.130
Receitas de Capital	2.755.541	2.805.639	3.037.168
Deduções da Receita Corrente	4.031.843	4.070.395	3.837.770
Despesa Total	31.245.709	35.585.036	Nd
Despesas Correntes	27.866.440	31.313.706	Nd
Despesas de Capital	3.379.269	4.271.330	Nd

Tabela 3.7: Marilândia Dados Agregados de Receitas e Despesas a preços de 2015

Fonte: *Compara Brasil*

* nd - não disponível

Insta constar que apenas 3,5% do total de receitas provém de tributos de competência do município, também denominadas de “receitas

tributárias próprias”, o que indica a baixa capacidade na geração de tributos locais.

Tipos de Receita	2015
Receita Tributária	1.316.131
Impostos	1.187.216
Impostos Patrimônio e Renda	667.845
IPTU	206.687
IRRF	304.980
ITBI	156.178
Imposto Produção e Circulação	519.371
ISS	519.371
Taxas	128.915
Taxas - Poder de Polícia	56.851
Taxas - Prestação de Serviços	72.064
Contribuição de Melhoria	0

Tabela 3.8: Marilândia - Receita Tributária Própria

Fonte: *Compara Brasil*

3.5 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

3.5.1 Educação: Básica, Técnica e Superior

Em 2015, Marilândia contava com 33 (trinta e três) escolas distribuídas entre as redes pública municipal, pública estadual, pública federal e privada. O Gráfico 3.11 apresenta a participação dos três níveis de ensino no município.

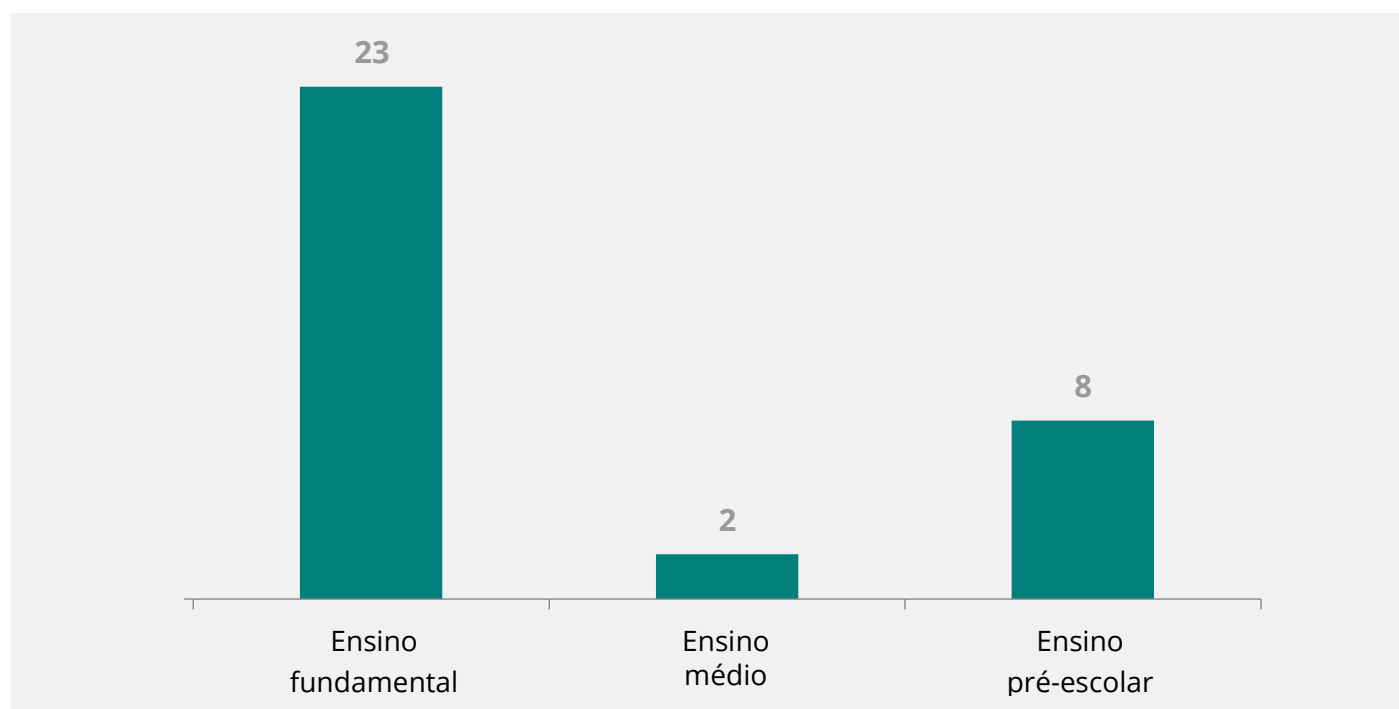


Gráfico 3.11: Marilândia - Participação dos Níveis de Ensino no município

Fonte: IBGE cidades, 2015

As matrículas do ensino infantil e fundamental são, em sua maioria, de responsabilidade do governo municipal, conforme a Tabela 3.9:

Rede Escolar	Número de Escolas	Matrículas			
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Municipal	29	325	1005	0	1.359
Estadual	2	0	452	407	861
Federal	0	0	0	0	0
Privada	2	0	88	48	138
Total	33	325	1.545	455	2.358

Tabela 3.9: Marilândia - Rede escolar em 2015

Fonte: IBGE – Cidades, 2016

Por sua vez, a Tabela 3.10 apresenta o panorama da educação, a quantidade de alunos por professor e de matrículas por escola. Observa-se que a quantidade de professores no ensino médio é maior do que na educação in-

fantil, entretanto, o ensino médio possui menos escolas. Já a quantidade de alunos matriculados por professor e por estabelecimento é maior no ensino fundamental e menor no ensino infantil.

Informação	Ensino Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Escolas	8	23	2
Matrículas	325	1.545	455
Docentes	36	107	41
Matrículas/escola	40,63	67,17	227,50
Matrículas/docente	9,03	14,44	11,10

Tabela 3.10: Marilândia - Indicadores da Estrutura da Educação – 2015

Fonte: IBGE – Cidades, 2016

A formação técnica em Marilândia é realizada pelo MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, que adota a “pedagogia da alternância”, em que os alunos (no geral, filhos de agricultores) ficam alguns dias na escola e outros em casa, em respeito à sazonalidade dos cultivos.

Por fim, é importante ressaltar que Marilândia não possui nenhuma Unidade do Instituto Federal do Espírito Santo, nem Instituições de Ensino Superior.



3.5.2. Gestão Pública da Cultura, do Esporte e do Lazer

A Tabela 3.11 e o Gráfico 3.12 abaixo as despesas do município referentes a cultura, desporto e lazer no ano de 2015:

Despesas por Função	Marilândia
Cultura	79,96
Desporto e Lazer	366,77
Total das Despesas	37.713,90
% Cultura/Total Despesas	0,21%
% Desporto e L./Total Despesas	0,97%

Tabela 3.11: Marilândia – Despesas por Função

Fonte: Transparência

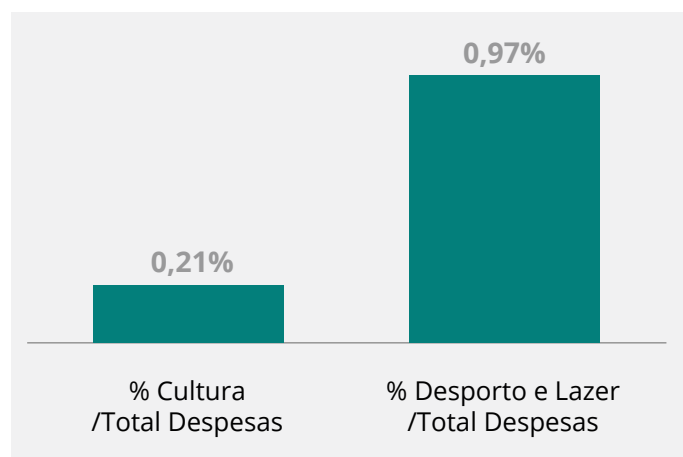


Gráfico 3.12: Marilândia - Despesas por Função Cultura, Desporto e Lazer

Fonte: IBGE



Em 2017, foi criada a Secretaria de Cultura, Turismo, Indústria, Esportes e Lazer que está temporariamente vinculada à Secretaria de Educação.

Segundo informações do órgão gestor municipal da cultura, até o momento, não foram executadas nenhuma das ações propostas pelo Sistema Municipal de Cultura:

Ação	Situação
Sistema Nacional de Cultura	Não aderiu
Conferência ou Fórum de Cultura	Não realizou
Conselho Municipal	Não possui
Plano Municipal de Cultura	Não possui
Lei de Incentivo à Cultura	Não possui
Projeto de lei	Não possui
Fundo de incentivo à cultura	Não possui

Quadro 3.1: Situação das ações previstas pelo Sistema Nacional de Cultura

Elaboração: Futura

Em 2016, no município não há registros de realização de grande eventos para a comunidade. Para 2017, está previsto o resgate de duas festas municipais: a festa italiana e a festa de emancipação política.

O orçamento do ano de 2017 previsto para a Secretaria de Cultura, Turismo, Indústria, Es-

portes e Lazer será de R\$621.800,00 (seiscientos e vinte e um mil e oitocentos reais).

Segue abaixo um quadro com a caracterização dos principais eventos e atores que colaboram no desenvolvimento da cena cultural no município.

Associação/ Grupo/ Núcleo ou Artista	Setores da economia criativa	Caracterização
Tapete de corpus Christi	Festas e Celebrações/ Patrimônio e Artes	A tradição da confecção dos tapetes data dos anos 50 e ganhou notoriedade ao longo dos anos. São utilizados os mais variados materiais, como areia, calcário, flores, materiais reutilizáveis, palha de café e arroz, pó de pneu, flores e muitos outros. Na noite que antecede a festa os moradores confeccionam os tapetes que são visitados por pessoas advindas de outros municípios do Estado.
Feira Arte e Sabor	Artesanato	A feira Arte & Sabor acontece na Praça 15 de Maio em todo segundo sábado do mês. Há comercialização de comidas, artesanato e a realização de shows com artistas locais.
Wando Moura	Artes Plásticas	Morador de Marilândia que utiliza peças de jeans que seriam descartadas pela indústria para fabricação de quadros.
Missa no Cruzeiro	Festas e Celebrações	Anualmente, no dia 13 de maio é realizada uma missa na Pedra do Cruzeiro em comemoração ao dia da Santa Cruz.

Quadro 3.2: Principais Manifestações, Eventos e Patrimônio

Elaboração: Futura

Em Marilândia, o esporte e o lazer são geridos pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, que tem como principais atribuições valorizar e incentivar as manifestações culturais e desportivas; propor políticas institucionais que viabilizem o acesso da comunidade aos bens artísticos e culturais; promover e fiscalizar as atividades esportivas do município; e coordenar e proteger os espaços públicos destinados ao lazer.

Na área de Esporte e Lazer, as diretrizes específicas do desenvolvimento urbano foram definidas pela Lei Orgânica Municipal (LOM), que

prevê na Sub Seção III, que trata do Desporto e Lazer, o seguinte:

Artigo 109: O município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a formação desportiva dos clubes locais;

Artigo 110: O município incentivará o lazer como forma de promoção social.

Parágrafo 1º- O município assegurará a utilização criativa do tempo de descanso, mediante oferta de espaço público para fins de recreação e execução de programas culturais e de projetos turísticos municipais.

Parágrafo 2º- Promover e estimular a prática de esportes, sem distinção de clubes.

Em conformidade com os dispositivos legais supracitados, Marilândia conta com o Ginásio Poliesportivo Alberto Milanezi e com campos de futebol distribuídos pela sede e pelos povoados.

A SESPORT, em parceria com a prefeitura municipal, desenvolve o Projeto Campeões do

futuro, trabalhando com as modalidades de futebol de sete, futebol de campo e futsal. Em função do projeto, são atendidas aproximadamente 270 (duzentas e setenta) crianças e adolescentes na cidade.

Além disso, importante ressaltar que o incentivo à prática do futebol tem promovido o time sub 18 da cidade, que no ano de 2016 foi campeão da Copa Noroeste de Futebol.

3.6 TURISMO

3.6.1 Contexto Geral

O município de Marilândia se estende por 309,5 km², está situado a 17 km da maior cidade dos arredores, Colatina, e a 188 m de altitude, tendo como coordenadas geográficas: Latitude: 19° 24' 53" Sul, Longitude: 40° 32' 9" Oeste.

A cidade apresenta forte potencial agroturístico, tendo o café até hoje como a sua base econômica. Insta constar que o plantio do café

na cidade ganhou importância em meados do século XIX, quando o Governo Imperial incentivou a migração de trabalhadores de várias origens – sobretudo a italiana – para suprir a falta de mão de obra nos cafezais. Tais colonizadores abriram as primeiras clareiras, construíram as primeiras moradias e iniciaram o plantio de café em Marilândia.

3.6.2 Estrutura Pública e Gestão

Dentro do contexto das Políticas Públicas Nacionais para o Turismo, insta constar que: o município de Marilândia participa do Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil pela Região Doce Pontões Capixaba; está inserido como município turístico no mapa de regionalização do turismo do MTur e da SETUR; participa do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2030; foi categorizado pelo MTur (porém não possui inventário); e criou a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – SEMCEL, por meio da Lei Complementar nº 020, de 06 de maio de 2015.

A Região Doce Pontões Capixaba, apesar de fazer parte do Mapa de Regionalização do Turismo do Espírito Santo, ainda não formalizou

sua Instância de Governança. Por essa razão, deixou de participar do repasse de recurso, via edital, para desenvolver projetos de promoção e fortalecimento da gestão do turismo regional - promovido pela SETUR no ano de 2015/2016 - e de participar do Fórum das Instâncias de Governança do Espírito Santo no ano de 2016.

Marilândia também participa do Programa de Identificação dos Municípios Turísticos, o qual deu suporte à execução do Mapa da Regionalização do Turismo do Espírito Santo em suas quatro edições (2004, 2006, 2009 e 2016), contribuindo significativamente para a identificação das regiões e dos municípios turísticos no Estado e orientando a atuação do Governo no território capixaba. Ademais, serviu como

base para a construção do Mapa de Regionalização do Turismo Brasileiro.

A aplicação deste programa possibilita o debate público para a pactuação de acordos e consensos entre diferentes setores da sociedade, necessários à legitimidade das políticas públicas para o desenvolvimento dos municípios turísticos.

A categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro consiste em um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo, com o fito de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios turísticos, tendo sido instituído pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016.

A categorização dos municípios deu-se a partir de quatro variáveis: a quantidade de equipamentos de meios de hospedagem, a quantidade de empregos gerados por estes equipamentos, e o número de turistas domésticos e internacionais.

Esta categorização permite tomar decisões na implementação de políticas e na realização de ações e investimentos que atendam aos níveis de maturidade da atividade do turismo nos municípios brasileiros. Tais categorias também poderão ser adotadas para medir o grau de desenvolvimento e de importância da atividade do turismo nos municípios afetados pelo evento de Mariana.

Categoria	% de municípios do mapa	Valor Médio (não padronizado)			
		Quantidade de empregos formais de hospedagem	Quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos
A	51	1,52%	2.401	190	1.755.071
B	167	4,99%	458	36	235.855
C	504	15,1%	98	11	58.851
D	1.841	55,04%	11	2	9.041
E	782	23,38%	0	0	0

Tabela 3.12: Classificação dos Municípios Turísticos

Fonte: Cartilha de Categorização do MTur¹⁷



¹⁷ Cartilha de Categorização do Turismo – Mtur, 2013
http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/downloads/pdf/categorizacao/Cartilha_da_Categorizacao.pdf

A gestão do turismo no município de Marilândia é realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – SEMCEL, e tem como finalidade implementar as políticas públicas do turismo – planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas ao turismo.

Ocorre que o município de Marilândia pertence à categoria “D”, de modo que a atividade turística ainda é considerada de baixa importância e pouco expressividade na geração de emprego e renda da região. Nesse contexto,

importante mencionar que o estudo realizado pelo IPEA em 2015 identificou apenas 19 (dezenove) pessoas empregadas formalmente na atividade do turismo. Atividade esta que representa tão somente **1,23%** na participação relativa à economia do município de Marilândia.

O ano de 2015 teve uma diminuição no número de empregados formalizados, o que mostra que a atividade vem decrescendo no município. As Tabelas 3.13 e 3.14 abaixo, apresentam estes dados:

Município	ACTs	12/2015
MARILÂNDIA (ES)	Alojamento	4
	Alimentação	12
	Transporte Terrestre	3

Tabela 3.13: Número de empregos formais gerados pelas atividades características do turismo
Fonte: IPEA

Município	ACTs	12/2013	12/2014	12/2015
MARILÂNDIA (ES)	Alojamento	20	15	4
	Alimentação	13	10	12
	Transporte Terrestre	1	3	3

Tabela 3.14: Variação no número de empregos formais em Turismo nos anos de 2013, 2014 e 2015
Fonte: IPEA

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer tem a seguinte missão: “valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais e desportivas; propor política institucional que viabilize o acesso da comunidade aos bens artísticos e culturais, objetivando o desenvolvimento cultural do município; levantar, divulgar e preservar o patrimônio histórico, natural e cultural do município; elaborar planos, programas e projetos de cultura; promover e fiscalizar as atividades esportivas do município; promover com regularidade programas cultu-

rais, artísticos e de lazer; coordenar e proteger os espaços públicos destinados às manifestações culturais; desempenhar atividades ligadas ao esporte do município; desempenhar outras atividades afins (...).”

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer disponibilizou no site da Prefeitura Municipal de Marilândia um “guia do turismo” com todas as informações básicas sobre a cidade, tais como: seus pontos turísticos, locais para hospedagem, listas de restaurantes, agroindústrias, taxis e

demais telefones úteis para turistas. Ocorre que, restou frustrada a tentativa de acessar as informações, vez que o site ainda encontra-se “em construção”.

Ademais, ressalta-se que o município não possui um Conselho Municipal de Turismo em atuação, tampouco possui o Plano Diretor Municipal – PDM.

No tocante ao Arranjo Produtivo Local de Turismo – APL, para que fosse melhor aproveitado, realizou-se em outubro de 2009 a Oficina de Planejamento e Fortalecimento Municipal de Turismo de Marilândia em parceria com a Secretaria de Estado do Espírito Santo e o SEBRAE.

Este planejamento teve como finalidade identificar as potencialidades turísticas e o arranjo produtivo local para o turismo, buscando uma melhor organização e integração da governança municipal, de modo a integrá-la à governança regional de turismo. Este planejamento apontou as seguintes facilidades e potenciais para o turismo local:

- A oferta de cursos de qualificação profissional;

- A parceria do município com outras regiões turísticas;
- O apoio da Secretaria Estadual de Turismo;
- A disponibilidade de novas tecnologias;
- Os guias de turismo que divulgam o nosso destino;
- Os segmentos do turismo de aventura, de esportes, de Agroturismo, do ecoturismo e cultural (religioso);
- O Estádio Municipal encontrar-se apto a receber decisões dos jogos da Federação Capixaba de Futebol.

Além do órgão público de Marilândia, existem algumas associações que também discutem questões relacionadas ao turismo, entre elas estão o Clube de Dirigentes Lojistas (CDL), a Igreja Católica, a Associação da Colônia Italiana de Marilândia (ACIM), Fratelli d'Itália, INCA-PER e Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Estas duas últimas são de extrema importância para o apoio do Turismo Rural / Agroturismo da região.

3.6.3 Os segmentos do turismo em Marilândia

A segmentação turística em Marilândia tem grande apelo voltado para o histórico cultural e natural da região, com foco sobretudo no artesanato, no agronegócio, na gastronomia local e no turismo religioso.

De uma forma geral, a atividade turística em Marilândia é pouco desenvolvida e considerada informal. Não existem muitas opções de serviços disponíveis para o atendimento ao turista, entretanto, é possível identificar po-

tencialidades turísticas relacionadas ao Turismo Rural / Agroturismo, Turismo Esportivo e Turismo Religioso.

3.6.3.1 Turismo Rural e Agroturismo

As áreas rurais de Marilândia dispõem de bicas e lagoas próprias para banhos, passeios na natureza e uma pequena oferta de equipamentos de hospedagem e de alimentação



/ gastronomia nas propriedades rurais, com venda de produtos da agroindústria, já atraindo demanda turística dos municípios vizinhos e moradores da cidade.

O potencial para o Turismo Rural / Agroturismo está diretamente ligado à presença de três aspectos: atrativos naturais (como a Lagoa do Óleo, Lagoa do Batista, Bicas e a Pedra do Cruzeiro), agroindústria com produção de produtos artesanais (como licores, compotas, embutidos, doces caseiros, defumados, dentre outros), e equipamentos localizados na área rural estruturados para receber visitantes (como, por exemplo, o Sítio Coisa Nossa, a Fazenda Clube Marilândia e a Cabana água Viva). Atualmente tais atrativos recebem apenas um pequeno número de visitantes de municípios vizinhos.

3.6.3.2 Turismo Esportivo

O potencial para desenvolver o Turismo Esportivo está relacionado aos eventos esportivos realizados no município, tais como o futebol, o futsal e o cicloturismo, que conta com um grupo de ciclismo organizado entre os praticantes de Marilândia e os de Colatina. Para expandir esta modalidade esportiva e atrair turistas para a região, é imperativo um investimento em vias exclusivas para os ciclistas, além de maior sinalização e pontos de paradas com infraestrutura de receptivo apropriado nas estradas. Somente assim poderiam ser evitados os diversos acidentes fatais envolvendo os praticantes deste esporte.



Figura 3.4: Propaganda da Maratona Ciclística de Marilândia
Fonte: https://www.facebook.com/EquipeDebikeMarilandiaes/#_=_



3.6.3.3 Turismo Religioso

O potencial para desenvolver o Turismo Religioso decorre da atuação da Igreja Católica nos eventos festivos da comunidade, tais como a Missa da Santa Cruz, realizada anu-

almente na Pedra do Cruzeiro, e a confecção dos tapetes de Corpus Christi, que movimentam o comércio local e atraem visitantes dos municípios vizinhos.

3.6.4 Promoção do Turismo

A divulgação sobre os atrativos turísticos de Marilândia e a promoção do turismo local é realizada pela prefeitura municipal por meio da SEMCEL e por entidades privadas, principalmente empresas ligadas à prática de ciclismo e estabelecimentos de lazer. A Regional Doce Pontões Capixaba participa de feiras e eventos promovidos pela Secretaria Estadual de Turismo em Vitória e em poucas ações de-

envolvidas em parceria com a SETUR.

A SEMCEL mantém, junto ao site da PMM – Prefeitura Municipal de Marilândia, informações sobre a atividade do turismo na cidade, gastronomia, hotelaria, transporte, artesanato, cultura e eventos – informações de suma importância para quem está para o município e para o trade local.

3.6.5 Leitura do Turismo a partir de Dados de Ocupação e Massa de Renda

A precariedade de informações sobre o fluxo turístico, especialmente em nível municipal, dificulta a análise mais acurada sobre as atividades que envolvem o turismo. Daí a necessidade de se recorrer a outras fontes de informações, que, embora mais limitadas, possam indicar dimensões e características destas atividades. Neste aspecto, os dados da RAIS, do Ministério do Trabalho, se apresentam como mais próximos da realidade, principalmente pelo potencial de desagregação na classificação do CNAE – Código Nacional de Atividades Econômicas.

As tabelas a seguir permitem uma análise comparativa do posicionamento de Marilândia em termos de ocupação formal – vínculos ativos – em relação à Região Turística Doce Pontões Capixaba e ao Espírito Santo. Assim, são sequenciadas informações sobre os quantitativos de vínculos por atividade caracteristicamente turística e sua composição, a massa salarial gerada mensalmente, bem como a sua composição comparativa.

Discriminação	Marilândia	Doce Pontões Capixabas	Espírito Santo
Alojamento	4	242	5.468
Alimentação	12	859	24.775
Transporte Terrestre	3	285	5.419
Transporte Aquaviário	0	-	8
Transporte Aéreo	0	-	459
Aluguel de Transportes	0	16	963
Agência de Viagem	0	50	942
Cultura e Lazer	0	15	921
Total	19	1.467	38.955
Participação no total do ES	0,05%	3,77%	100,00%

Tabela 3.15: Tabela: Total de Vínculos Formais nas Atividades de Turismo – 2015

Fonte: RAIS - MT

Discriminação	Marilândia	Doce Pontões Capixabas	Espírito Santo
Alojamento	21,1%	16,5%	14,0%
Alimentação	63,2%	58,6%	63,6%
Transporte Terrestre	15,8%	19,4%	13,9%
Transporte Aquaviário	0,0%	0,0%	0,0%
Transporte Aéreo	0,0%	0,0%	1,2%
Aluguel de Transportes	0,0%	1,1%	2,5%
Agência de Viagem	0,0%	3,4%	2,4%
Cultura e Lazer	0,0%	1,0%	2,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.16: Composição do Total de Vínculos Formais nas Atividades de Turismo – 2015

Fonte: RAIS - MT

Discriminação	Marilândia	Doce Pontões Capixabas	Espírito Santo
Alojamento	825	1.085	1.171
Alimentação	848	993	1.086
Transporte Terrestre	2.105	1.591	1.702
Transporte Aquaviário	-	-	1.996
Transporte Aéreo	-	-	2.493
Aluguel de Transportes	-	1.451	1.557
Agência de Viagem	-	1.216	1.641
Cultura e Lazer	-	928	1.328
Média Total	1.259	1.211	1.622

Tabela 3.17: Salário Médio Por Atividades Características do Turismo – 2015

Fonte: RAIS - MT

Discriminação	Marilândia	Doce Pontões Capixabas	Espírito Santo
Alojamento	3.300	262.678	6.405.073
Alimentação	10.170	853.352	26.911.194
Transporte Terrestre	6.316	453.452	9.222.241
Transporte Aquaviário	-	-	15.968
Transporte Aéreo	-	-	1.144.143
Aluguel de Transportes	-	23.215	1.499.221
Agência de Viagem	-	60.808	1.545.785
Cultura e Lazer	-	13.913	1.222.816
Total	19.786	1.667.418	63.173.359

Tabela 3.18: Massa Salarial Mensal por Atividades Características do Turismo - 2015

Fonte: RAIS - MT

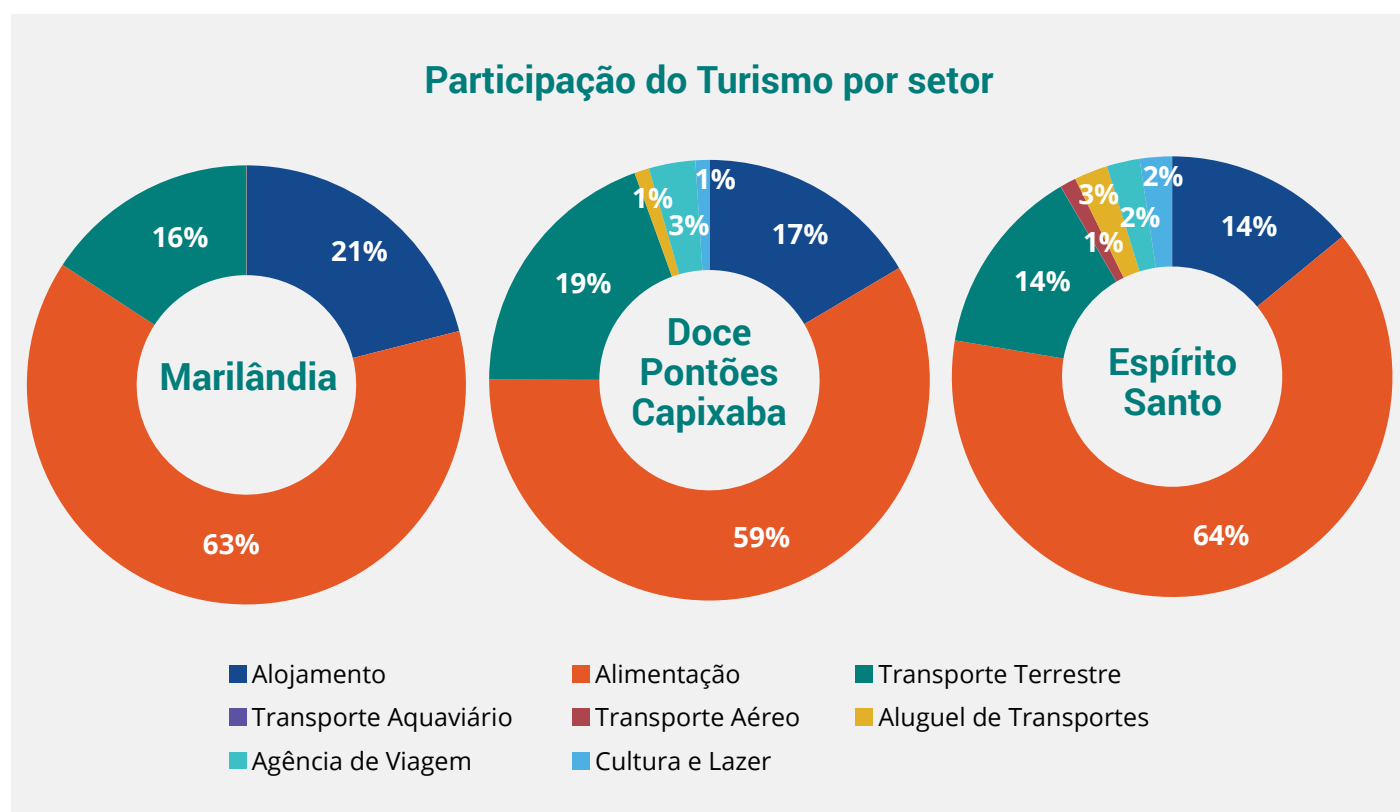


Gráfico 3.13: Participação do Turismo por Setor: Marilândia, Região Doce Pontões Capixabas e Espírito Santo

Fonte: IPEA DATA



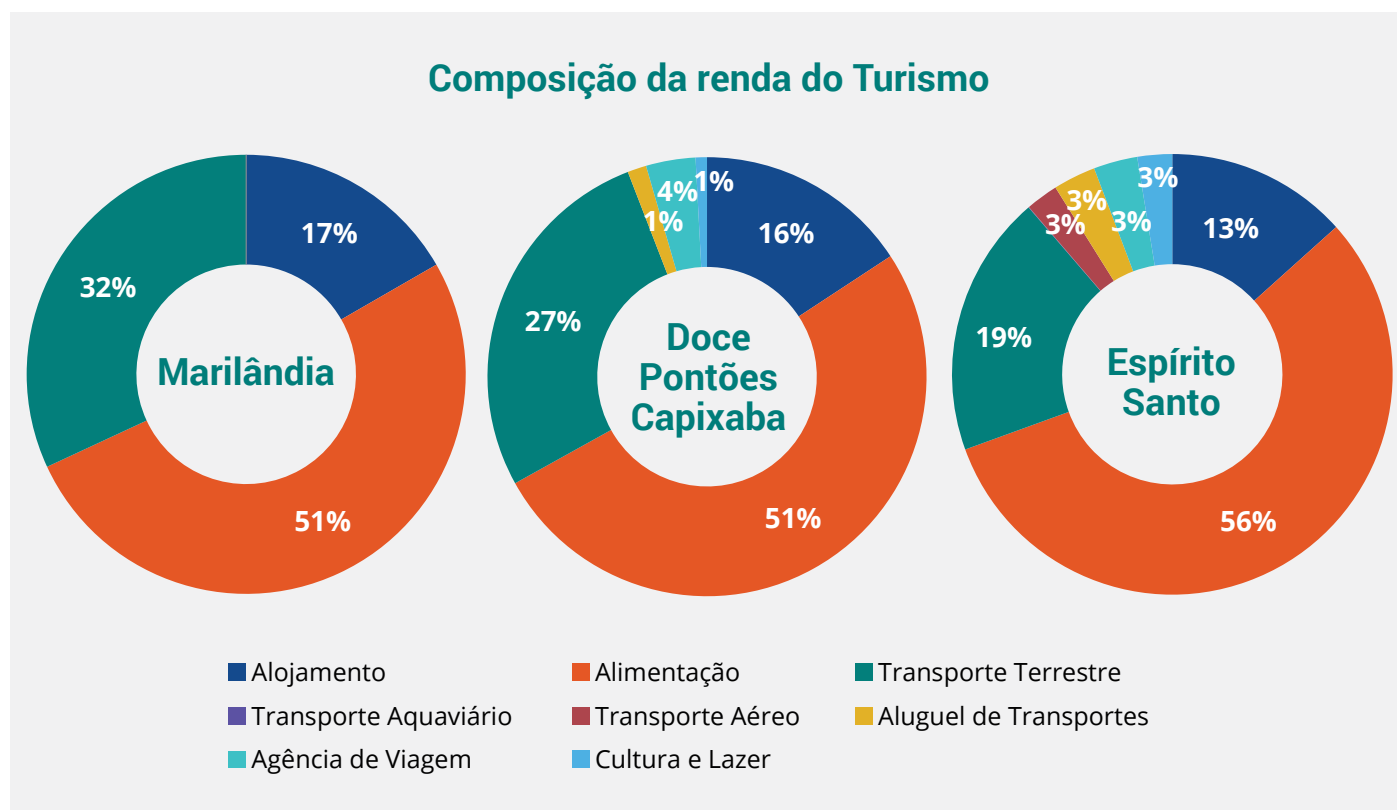


Gráfico 3.14: Composição da Renda do Turismo: Marilândia, Região Doce Pontões Capixabas e Espírito Santo
 Fonte: IPEA DATA

Resumidamente, considerando os dados da RAIS acima apresentados:

a) Os vínculos caracterizados como supostamente relacionados ao turismo em Marilândia representam apenas 0,05% do total de vínculos registrados no Espírito Santo em 2015;

b) Já no total de empregos formais do município, a participação do turismo foi de 0,96%, também considerada uma cifra muito baixa;

c) Isso significa que o município de Marilândia possui uma baixíssima incidência de turismo em seu território.



3.6.6 Uma Análise Comparativa do Coeficiente de Especialização

O Coeficiente de localização (LQ - Location Quocient), também denominado de Coeficiente de Especialização, tem como função medir a importância de determinado setor da economia local em relação a uma área maior de referência, que, no presente caso, é representada pelo Estado do Espírito Santo.

Nesse sentido, valores acima de 01 (um) indicam que o setor da economia local emprega relativamente mais pessoas do que na economia de referência – área maior de abrangência.

Na verdade, é representado pela razão entre as participações relativas de determinada atividade em um dado município, com a participação destas mesmas atividades no estado. Significa dizer que, se o setor de turismo emprega 10% do total de empregos num determinado município, enquanto no território de referência (o Estado) este mesmo setor emprega apenas 5%, o município emprega o dobro da média estadual (LQ = 2,0).

Desta forma, tem-se:

■ LQ = Participação do setor na economia local/participação do mesmo setor na economia de referência;

■ LQ > 1 – Especialização local em relação à área de referência;

■ LQ < 1 – Não especialização em relação à área de referência.

Para facilitar a realização de comparações, houve a inclusão do município de Guarapari e dos demais municípios que integram a área afetada pelo “evento”. A escolha de Guarapari se deu pelo simples fato de este ser o único município do Espírito Santo classificado pelo Ministério do Turismo como categoria “A”.

Observa-se na Tabela 3.19 e no Gráfico 3.15, que Guarapari apresenta um LQ de 2,6, comprovando que, de fato, este município pode ser caracterizado como detentor de especialização econômica nas atividades caracterizadas oficialmente como de turismo.

Por outro lado, Linhares atingiu um LQ de apenas 0,79, e Marilândia de apenas 0,23.

Município	Empregos	% no total ES	Empregos (turismo)	% no turismo ES	% turismo no Mun.	C.E
Aracruz	26.359	2,9%	1.086	2,8%	4,1%	0,98
Baixo Guandu	4.724	0,5%	131	0,3%	2,8%	0,66
Colatina	33.665	3,6%	1.212	3,1%	3,6%	0,85
Linhares	44.408	4,8%	1.485	3,8%	3,3%	0,79
Marilândia	1.971	0,2%	19	0,0%	1,0%	0,23
Guarapari	22.622	2,4%	2.476	6,4%	10,9%	2,60
Espírito Santo	924.742	100,0%	38.955	100,0%	4,2%	1,00

Tabela 3.19: Coeficiente de especialização no Setor do Turismo

Fonte: MTE - RAIS/IPEADATA, Cálculo Futura

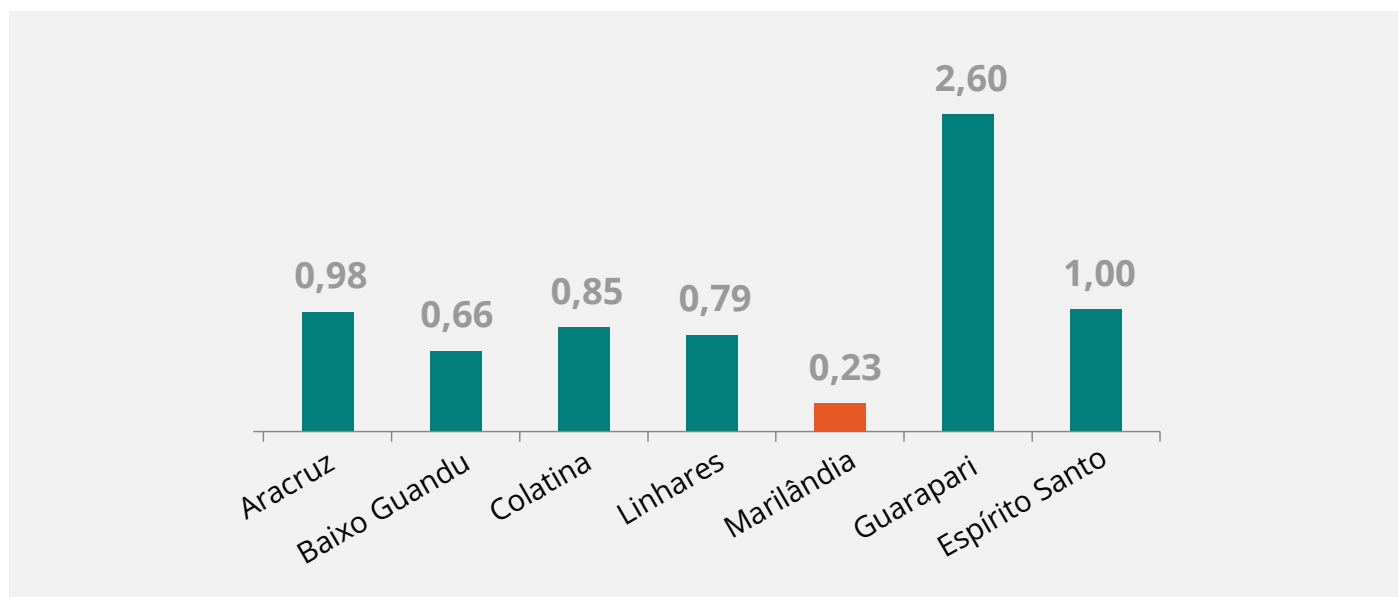


Gráfico 3.15: Coeficiente de Especialização

Fonte: MTE - RAIS/IPEADATA, Cálculo Futura

Infere-se pelos números acima apresentados que o município de Marilândia não tem nas atividades consideradas turísticas uma base importante ou mesmo determinante da sua dinâmica econômica.

Com um razoável grau de certeza, em grande medida, os vínculos ativos registrados no município decorrem predominantemente de atividades relacionadas ao suprimento de demandas exclusivamente locais.



Capítulo 4

DIAGNÓSTICO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dentre as regiões definidas pelo TAC, o município de Marilândia – pertencente à Região nº 08 – foi foco do Diagnóstico do Turismo, da Cultura, do Esporte e do Lazer, realizado pela Futura em atendimento à demanda contratual.

A elaboração do diagnóstico compreendeu a realização de um conjunto de pesquisas, cujos resultados formam a base de conhecimento do Diagnóstico para a localidade. As metodologias e os resultados obtidos serão apresentados no presente capítulo.

4.2 METODOLOGIAS

As metodologias utilizadas para a coleta dos dados, que compõem a base de conhecimento

do Diagnóstico nestas comunidades, foram as seguintes:

4.2.1 Reconhecimento de território

4.2.1.1 Pesquisa de caráter exploratório e etnográfico.

Os pesquisadores percorreram as regiões, mapeando os territórios atores-chave. A partir da identificação destes atores, foram realizadas entrevistas em profundidade com um roteiro semi estruturado, buscando compreender as relações sociais, as manifestações culturais, as atividades de turismo, de esporte e lazer existentes. Além disso, foram levantados eventos que abrigam o calendário da região, mapeando-os e caracterizando-os. Por fim, foram mapeados os equipamentos de cultura, esporte, lazer e turismo, com foco nos significados atribuídos a esta rede.

4.2.1.2 Oficina Participativa

Trata-se da realização de uma oficina participativa, com o fulcro de compartilhar as percepções de campo, construídas durante o processo de entrevistas em profundidade, e validar coletivamente os projetos de interesse levantados.



Esta metodologia foi inspirada em um método qualitativo desenvolvido pelo instituto Box em 1824, que possui selo creativecommons, denominado Grupos “Peers”. O Reconhecimento do Território configura-se, assim, como uma metodologia que pretende garantir o caráter participativo do processo de pesquisa.

4.2.1.3 Pesquisa com o Trade Turístico

A etapa de reconhecimento do território também compreendeu a realização de uma pesquisa com o trade turístico, mantendo o caráter exploratório, num processo de familiarização com os temas e, especialmente, de aproximação com os pequenos e médios empresários que compõem o trade turístico das regiões estudadas, representando uma espécie de “primeiro olhar” para o entendimen-

to do dia e de práticas que foram adotadas durante o ano de 2015, além das mudanças ocorridas nos negócios do turismo e atividades associadas à atividade turística com a chegada da pluma de rejeitos.

Os dados coletados, ainda que seguindo orientações metodológicas que os aproximam de uma pesquisa quantitativa tradicional, não possuem significância estatística e devem ser considerados como um complemento a informações – que ajudam a caracterizar a oferta turística –, estas sim, coletadas a partir das referências e diretrizes do Ministério do Turismo.

Prioritariamente, foram ouvidos gerentes e proprietários de hotéis, pousadas e restaurantes e de equipamentos de lazer e cultura, que tivessem em plena operação durante o ano de 2015, tendo sido o instrumento de coleta de dados elaborado com questões fechadas.

4.2.2 Inventário

Dentre os levantamentos realizados para a Elaboração de Diagnóstico do impacto do turismo, cultura, esporte e lazer, e proposição de medidas reparatórias e compensatórias nas Regiões 07 e 08, consta um trabalho de pesquisa para atualização dos inventários existentes nas áreas impactadas nos municípios de Colatina, Aracruz, Linhares e Baixo Guandu, no estado do Espírito Santo, e de pesquisa para a construção dos inventários nos municípios que não os possuem: Marilândia/ES e Ituaeta/MG, Resplendor/MG e Aimorés/MG.

Inventariar significa conhecer a oferta turística de uma região. Neste caso, trata-se de registrar e caracterizar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura de apoio, além daquilo que contribui para o desenvolvimento da atividade turística de um lugar.

A diretriz que orientou o levantamento das informações e a análise do inventário turísti-

co desenvolvido para o presente diagnóstico foi baseada na condição de adaptabilidade do processo metodológico para a inventariação turística, além da consideração das condições de cada município e do respeito à sua autonomia administrativa, no tocante à condução de suas políticas e do seu desenvolvimento. Tal diretriz trata-se do primeiro princípio que o Ministério do Turismo cita ao apresentar a metodologia do Inventário de 2011.

Neste sentido, o inventário da oferta turística, em todo o seu processo, foi concebido como uma fonte de dados a ser utilizada para análise e qualificação da situação do turismo de cada município ou comunidade, sendo mais um elemento componente da base de conhecimento, necessária à elaboração do diagnóstico.

Ademais, houve todo um esforço no sentido de proceder à atuação mais ágil de toda a

etapa de campo e análise, uma vez que era necessário coletar e analisar informações no prazo máximo de 03 meses, englobando toda a área de abrangência do diagnóstico.

Foram estabelecidos critérios para definição da área de abrangência turística para os municípios, sobretudo para aqueles que já dispunham de inventário. Também foram realizadas adequações aos questionários próprios da metodologia do Ministério do Turismo, com o fito de atender ao diagnóstico, ao levantamento de informações relacionadas à cultura, ao esporte e lazer e ao georreferenciamento de todos os equipamentos mapeados.

Quanto aos critérios para a definição da área de abrangência turística, é preciso salientar que sua elaboração perpassou pela análise de leis e documentos técnicos, tais como: inventários já existentes; Planos Diretores Municipais; Projeto de sinalização de orientação turística para usuários de veículos, dentre outros, o que possibilitou os seguintes direcionamentos aos recortes das áreas:

- Nos municípios pertencentes às porções litorâneas, foi definida uma extensão de área, de até quinhentos metros (500m) situados na zona costeira, e contadas a partir do limite terra-mar em qualquer de suas feições (praias, costões rochosos, manguezais, fragmentos de mata, rios, lagos, lagoas, estuários entre outros), salvo exceções discutidas e definidas com a equipe responsável pelo estudo;
- Nas porções interioranas dos municípios não litorâneos integrantes da pesquisa (hinterlândia), foram definidas áreas que continham agrupamentos de equipamentos de prestação de serviços e atrativos que atendiam às funções turísticas, de esporte, lazer ou de cultura. Estas regiões também foram definidas com o apoio de documentos técnicos, tais como: inventários; PDMS; planos; programas e projetos públicos, em quais-

quer que sejam suas estâncias hierárquicas (municipal, estadual ou federal). Nestas definições devem ser considerados os circuitos, roteiros e rotas turísticas criadas com qualquer tema (agroturismo, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de negócios, entre outros).

A partir destes direcionamentos, foram feitos os recortes para área de abrangência turística dos municípios das Regiões 7 e 8:

Linhares - ES: toda a faixa litorânea que é definida como zona de interesse turístico pelo Plano Diretor Municipal, especialmente a margem da foz do Rio Doce (Regência e Povoação).

Aracruz - ES: Barra do Riacho

Marilândia - ES: toda a extensão do município, com destaque para a comunidade de Bonisegna, localizada às margens do Rio Doce.

Colatina - ES: áreas que contenham agrupamentos de equipamentos de prestação de serviços e atrativos que atendam às funções turísticas, de esporte, lazer ou de cultura. Esta definição de recorte no município para fins de inventário turístico revelou-se necessária para melhor focar os ambientes passíveis de impactos pelo evento de Mariana. Destacam-se o Distrito Histórico Cultural de Itapina e a comunidade de São Pedro Frio, além de Pontos de Interesse Turístico como a Igreja Centenária de Santa Clara, o Mosteiro da Santíssima Trindade, Cais Sol Poente, Shopping Moda Brasil, Catedral do Sagrado Coração de Jesus, Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, Estátua do Cristo Redentor e Praça Municipal.

Baixo Guandu - ES: áreas que contenham agrupamentos de equipamentos de prestação de serviços e atrativos que atendam às funções turísticas, de esporte, lazer ou de cultura. Esta definição de recorte no município para fins de inventário turístico mostrou-se

necessária para melhor focar os ambientes passíveis de impactos pelo evento de Mariana. Destacam-se o Centro do Município e Pontos de Interesse Turístico como a Rampa do Monjolo e Igreja Matriz São Pedro (centro).

Itueta - MG: toda a extensão do município.

Aimorés - MG: toda a extensão do município.

Resplendor - MG: toda a extensão do município.

Quanto às adequações feitas aos instrumentos de coleta de dados próprios do Ministério do Turismo, foram realizadas alterações do campo da estruturação, em função do sistema próprio de coleta dos dados da empresa.

4.3.1.1 Entrevistas em profundidade

4.3 RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS

4.3.1 Reconhecimento do Território.....

4.3.1.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram realizadas 20 entrevistas com representantes de Associação de Comerciantes - CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), da Maçonaria, da Igreja Católica, do SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) e do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Também foram entrevistados pescadores, agricultores e artistas locais.

Dentre os principais grupos da cidade, destacam-se:

a) CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas): Marilândia também conta com uma Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que possui relevância na cidade visto que há expressão do comércio local com lojas e serviços

diversos. Os atuais e antigos presidentes e vice-presidentes são todos proprietários de algum estabelecimento do município e atuam frente à Prefeitura e outras instituições para auxiliar os associados.

b) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social): Por ser uma cidade pequena, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) possui atuação bem ampla, não somente nos âmbitos típicos de proteção social básica que esta unidade pública estatal exerce ao redor do país, com apoio à família em vulnerabilidade social. Em Marilândia, trata-se de um dos maiores apoiadores do esporte local, especialmente das modalidades de arte marcial.



c) Igreja Católica: De forte imigração italiana, a cidade tem como a religião predominante o catolicismo. Dessa forma, o papel da Igreja é importante para muitas dimensões da cidade, sejam elas políticas, sociais, ambientais, agrícolas e culturais. A maioria dos povoados possui sua própria igreja, local em que boa parte das pessoas costuma se reunir. As entrevistas revelaram que muitas das manifestações culturais, cânticos e corais, festividades religiosas, mobilizações populares, educação e outras dinâmicas da cidade passam pelo crivo e organização de membros da igreja. No decorrer deste relatório é possível vislumbrar este papel.

d) Maçonaria: A maçonaria foi constantemente citada em entrevistas como uma sociedade que auxilia Marilândia em diversas questões políticas, culturais e sociais. Muitos dizem que incentivam eventos e esportes, bem como auxiliam nas demandas políticas dos moradores. Não foi possível muitas informações específicas, pois se trata de uma sociedade conhecida pela discrição.

e) MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo): O MEPES é uma Escola Família Agrícola – EFA ligada à Igreja Católica e foi trazida ao país por Jesuítas. Adota a pedagogia da alternância, em que os alunos – no geral, filhos de agricultores – ficam alguns dias na escola e outros em casa, em respeito a sazonalidade dos cultivos e por compreender que os filhos de agricultores se envolvem nas atividades rurais das propriedades de suas famílias. Assim, o trabalho do MEPES é voltado para os jovens do campo em um projeto educativo sócio-profissional, já que articula tempo e espaço com teoria e prática. Os marilandeses consideram o ensino de alta qualidade por formar mão-de-obra qualificada e permitir amplos conhecimentos gerais.

f) SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) e **INCAPER** (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão

Rural): Elencou-se o SICOOB e o INCAPER como atuantes em Marilândia pela característica agrária do município.

O SICOOB é um sistema cooperativo atuante em todo o país que oferece crédito para seus associados. Muitos dos seus funcionários trabalham há muitos anos na agência localizada no Centro da cidade, com vínculos com moradores e com conhecimentos da dinâmica econômica, do desenvolvimento local e das dificuldades enfrentadas pela população.

O INCAPER, além de configurar um importante instituto de fomento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural de agricultores capixabas, possui uma fazenda experimental em Marilândia, chamada pela sigla de FEM (Fazenda Experimental de Marilândia). Lá, segundo entrevistados, são desenvolvidas pesquisas sobre café conilon e fruticultura tropical.

Para caracterizar os entrevistados em Marilândia é imprescindível estabelecer um recorte a partir de três localidades. São elas: **Alto Liberdade, Centro de Marilândia e Boninsegna**. De uma forma geral as características comuns às três localidades estão relacionadas:

- Ao longo tempo de moradia;
- À predominância da religião católica e da cultura italiana;
- Ao temor geral relacionado à questão hídrica, a partir da dependência da economia local do setor primário, como agricultura, principalmente café.

1. BONINSEGNA

Boninsegna é uma das localidades ribeirinhas, junto a outras como Batista e Lagoa do Óleo. A maioria dos seus moradores tem ligação com a pesca e os pescadores estão vinculados à Colônia de Pescadores Caboclo Bernardo, localizada em Linhares, na medida em que

Marilândia não possui nenhuma entidade relacionada à categoria.

É um povoado com predomínio da religião católica, composição dos moradores diversas – com descendentes de italianos, negros, indígenas e mestiços – e com pouca qualidade de serviços básicos de saúde e educação onde todos se sentem esquecidos pelo poder público municipal.

Possui forte vínculo com Rio Doce, pois as casas estão construídas entre a Rodovia ES 248 e o Rio Doce. Um dos maiores problemas com relação à proximidade da rodovia estadual é o risco de acidentes fatais com moradores, especialmente crianças, uma vez que não existem redutores de velocidade e radares para controlar a velocidade de veículos que, muitas vezes, trafegam acima dos limites permitidos.

2. CENTRO DE MARILÂNDIA

É o centro administrativo, financeiro, comercial e industrial de Marilândia. É lá onde há uma maior heterogeneidade dos entrevistados: funcionários públicos dos mais diversos cargos, comerciantes, pessoas ligadas à Igreja, políticos, agricultores, funcionários de fábricas e outros. Há muitos descendentes de italianos, praticantes do catolicismo, apesar de já existirem algumas igrejas evangélicas.

3. ALTO LIBERDADE

Em Alto Liberdade, os moradores estão, no geral, mais ligados à agricultura e, alguns, ao turismo. É lá que está o principal ponto turístico da cidade: a Pedra do Cruzeiro. De tradição católica e imigração italiana, é considerada uma comunidade com grande integração e organização, que chegou a eleger vereador próprio para representá-los na câmara municipal a partir de 2017. Sua organização política e social é percebida por moradores de outras localidades que

se referem ao local como uma comunidade que possui forte capacidade de autogestão.

4.3.1.1.2 - AVALIAÇÃO DA LOCALIDADE

Em Marilândia há uma importância grande da Igreja Católica, ainda que esta venha perdendo espaço com a chegada de novos moradores, novas tecnologias e com crescimento de outras religiões. Nota-se a grande dominância masculina, com a presença tímida de lideranças femininas, mais restritas a funções ligadas à igreja e alguns cargos de cunho social. A maioria dos marilandenses tem fortes raízes com a cidade e uma ligação afetiva com a história do município, muitos dos quais descendentes de imigrantes italianos.

As localidades ribeirinhas têm menor poder político, acesso mais precário aos serviços básicos e menor vínculo histórico e afetivo com a imigração italiana da cidade. Para, além disso, as condições de acesso são ruins na medida em que há pouca disponibilidade do transporte público. Nesse contexto, percebe-se um distanciamento geográfico, econômico, cultural e social, de Boninsegna. É comum entre os moradores da localidade o não reconhecimento imediato dos atrativos turísticos das outras duas regiões destacadas.

Para os moradores do Centro e Alto Liberdade, Marilândia é vista como bom local para viver, por possuir baixo índice de violência, desemprego, miséria e outros.

Os entrevistados frisam que o município tem bons índices de educação e, nas escolas, estudam crianças e adolescentes de todas as classes sociais. Para eles, a cidade conta com boas escolas municipais e uma unidade do MEPES que possui uma centralidade que extrapola a formação de jovens agricultores.

Já na saúde, a cidade conta com 04 (quatro) unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) que atendem aos povoados, distritos e à sede.

O centro de Marilândia possui, além da ESF, o Pronto Atendimento na Policlínica Vereador Elio Bertolo com atendimento de emergência. Casos mais graves são encaminhados para Colatina.

Para os marilandenses, os maiores problemas locais não são de saúde, educação e violência, e sim as poucas opções de lazer e o problema da questão hídrica. A cidade passou por forte período de estiagem que deixou de abastecer os rios da região, somado a isso, observa-se o desmatamento nos topos dos morros e de matas ciliares bem como a falta de preservação das nascentes. Esse contexto acarretou, no último ano, no racionamento de água por até três dias consecutivos.

É recorrente a menção ao enfraquecimento de algumas tradições, como a Festa da Cultura Italiana, as festividades da semana santa e os tapetes feitos no feriado religioso de Corpus Christi.

Os moradores de Boninsegna relatam certo saudosismo da época em que a pesca artesanal era mais forte e não haviam as incertezas ambientais. Mencionam cestas e outros utensílios que eram feitos manualmente.

Na concepção de muitos entrevistados, Alto Liberdade tem conservado tradições de origens italianas e conta, segundo eles, com potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

4.3.1.1.3 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Marilândia possui atividades econômicas nos três setores: primário, secundário e terciário. O maior destaque econômico é a Agricultura, com grande relevância da cultura do café, facilmente percebida pelas paisagens que correm estradas do município. E, mesmo com a queda na produção devido à seca, a cidade

ainda é uma das principais produtoras do estado, com 14.760 toneladas de café produzidas em 2015, segundo Censo Agropecuário feito pelo IBGE em referido ano.

É importante destacar que boa parte da população empregada no campo é de empregos temporários e/ou informais.

A pesca, ainda que mais restrita às populações ribeirinhas, possuía uma importância para o município antes de ter sido proibida após o evento. O pescado era vendido, principalmente, para os moradores de Colatina e para consumo local. Em Boninsegna a renda estava relacionada à atividade pesqueira e, portanto, com o evento, as principais fontes de sustento passaram a ser o cartão PIM, aposentadorias e benefícios sociais.

O setor secundário também é presente, com pequenas e médias indústrias, destaque para olearias e fábricas de roupas. A Laimar Lingerie e a Henry Indústria são geradoras de emprego da região.

No setor terciário, destacam-se o serviço público, especialmente cargos vinculados à Prefeitura que também emprega parte da mão-de-obra local. Não menos importante, há comércio e pequenos serviços para atender a demanda local, como lojas de confecção abastecidas em sua maioria por peças produzidas na cidade como lingoies e jeans.

É importante mencionar que muitos ressaltam como o setor terciário depende direta e indiretamente do progresso econômico das demais atividades econômicas da cidade. Em outras palavras, os entrevistados dizem que sem a indústria e agricultura, os serviços e comércio perdem força.

Apesar dos marilandenses serem, no geral, satisfeitos com sua cidade e otimistas com o futuro, temem pelo inesperado. Por viverem submetidos recorrentemente à crise hídrica, é comum o temor de que essa situação perpe-

tue e inviabilize às principais atividades econômicas da cidade.

A maioria dos entrevistados não soube mencionar a presença de investimentos dos governos municipal, estadual e federal para o fomento econômico. Alguns citaram o “Caminhos do Campo”, programa de asfaltamento realizado durante o mandato do ex-governador Renato Casagrande, como grande ganho para economia local. Outro investimento levantado é o da construção de barragens no âmbito do “Programa Estadual de Construção de Barragens” que tem realizado a reservação de água para a atividade agrícola e industrial.

4.3.1.1.4 AVALIAÇÃO DO EVENTO E DA SAMARCO

Há um consenso de que o Rio já vinha sofrendo há muitos anos com o descaso das empresas, dos cidadãos e dos governos, visto que não há saneamento básico, ocorre desmatamento das matas ciliares e de topo de morros. O que o evento fez foi “assassinar um rio que já estava na UTI”.

Para avaliar os impactos do evento em Marilândia é preciso ter em vista uma questão primordial: quais localidades do município são cortadas pelo Rio Doce. O centro e Alto Liberdade não são cortados pelo rio e, por isso, foram menos afetados que Boninsegna, Batista e demais localidades ribeirinhas. Nas primeiras regiões destacadas, os entrevistados indicam que houve um impacto indireto na medida em que planejava-se a captação de água do Rio Doce como alternativa para a crise hídrica pela qual passa a cidade, na medida em que a captação no Rio São Pedro está comprometida devido aos longos períodos de estiagem.

Em Alto Liberdade relatam que apenas nos primeiros meses após o ocorrido, as visitas e reservas foram canceladas. Isso ocorreu por-

que boa parte dos visitantes não sabia que o povoado não é cortado pelo Rio Doce. Para além desse público, os maiores frequentadores da região são de Colatina que na época estavam vivenciando problemas relacionados à captação e distribuição de água e, por isso, deixaram de ir ao local.

A região de Boninsegna foi a mais impactada pelo evento, a partir da proibição da pesca e a subtração do rio como espaço de convivência. Desde então, essa região tem sido abastecida por caminhão pipa o que tem sido bem avaliado pela comunidade, entretanto receiam que ao longo do tempo esse serviço seja interrompido.

Os entrevistados criticam o processo de cadastramento e distribuição do cartão PIM. É comum ouvir a expressão “pescadores verdadeiros” para demarcar pessoas que, segundo eles, de fato merecem receber o cartão.

Por fim, destaca-se que a avaliação da Samarco é mais crítica entre aqueles que possuem uma relação com Colatina. Isso porque o processo de distribuição de água foi conturbado

4.3.1.1.5 TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Turismo

Para os entrevistados o turismo em Marilândia possui alguma relevância, especialmente em Alto Liberdade. Para as lideranças, o município tem grande potencial para o desenvolvimento dos segmentos do ecoturismo e agroturismo. Têm como referencia cidades como Santa Teresa, Venda Nova do imigrante e Domingos Martins que possuem esses segmentos consolidados.

No segmento do agroturismo, pode-se mencionar algumas agroindústrias, algumas famílias que produzem e comercializam, mesmo informalmente, licores, compotas, embutidos, doces caseiros, defumados e outros produtos.

Muitas lideranças fazem referência a destinos privados com forte apelo para o turismo rural ou agroturismo: é o caso do Sítio Coisa Nossa, localizado em Sapucaia, e da Fazenda Clube Marilândia, em São Marcos. O primeiro possui chalés e propicia a prática de atividades de campo, tais como pesque-e-pague, passeio à cavalo, eventos e restaurante típico de comida da roça. Já o segundo é um clube com piscinas, áreas de lazer infantil, campo de futebol, espaço para festas com churrasqueiras, bar e restaurante.

A Pedra do Cruzeiro é o principal ponto turístico lembrado pelos entrevistados. É uma formação rochosa com um cruzeiro no topo, no local é realizado anualmente a missa de santa cruz. O acesso ao morro foi construído há mais de 80 anos e desde então é freqüentada por diversos públicos que visitam a região.

Também está localizada em Alto Liberdade a Cabana Água Viva, mais conhecida como “bicas”. A Cabana fica próxima à Pedra e possui chalés que servem de hospedagem para turistas. Outra beleza natural é a Lagoa do Óleo, na comunidade de Boa Vista.

Para muitos, a cidade possui um potencial para desenvolver o turismo religioso ligado aos tapetes elaborados durante o feriado de Corpus Christi, e ao dia de Santa Cruz.

Cultura

Quanto aos eventos culturais, os moradores sentem falta de festividades maiores e tradicionais à exemplo do que ocorre em outras cidades (Festa da Polenta, Festa da Banana e do Leite, Festa do Morango, Festival de Inverno, dentre outros). Alguns entrevistados dizem que há poucos anos atrás houve o Festival da Cultura Italiana, mas que deixou de existir desde a última gestão. Muitos desejam o retorno e crescimento dessa festa.

Existe uma Feira de Arte & Sabor que ocorre na praça principal da cidade todo segundo sábado do mês. Destaca-se o artista local Wando Moura que desenvolveu uma técnica própria com jeans. Ele trabalha na empresa de confecção do local e passou a fazer quadros com peças jeans descartadas pelo padrão de qualidade e que não podem ser vendidas.

Esporte e Lazer

Boa parte do lazer em Marilândia está ligado aos pontos turísticos mencionados. A praça, localizada no centro da cidade, também é utilizada para o lazer da comunidade entretanto, segundo os entrevistados, só pode ser freqüentada durante a noite por não possuir arborização.

O esporte mais praticado é o futebol, que ocorre em quadras e campos espalhados na cidade e na região. Em grande parte, a atividade está mais relacionada ao lazer do que à motivação profissional. Alguns torneios citados foram: Copa Noroeste de Futebol de Campo, Copa Cidade Marilândia de Futebol Amador.

Em Boninsegna o principal espaço de lazer é o campo de futebol, utilizado, prioritariamente, por homens adultos. Os entrevistados relatam que as crianças pequenas, as mulheres e os idosos necessitam de uma alternativa.

Vale dizer que os locais mencionados como turísticos são percorridos por um grupo de ciclistas das cidades de Marilândia e Colatina.

Outros três esportes que merecem destaque, além do ciclismo e do futebol, são corrida de rua, judô e karatê. Em dezembro, ocorreu a “A Corrida Rústica e Caminhada Solidária – Marilândia 2016”, apoiada pela SICOOB, com ganhos revertidos para reforma da Pedra Cruzeiro em Alto Liberdade. O judô e o karatê, são realizados pelo CRAS. Recentemente ocorreu o 3º Exame da faixa da Judô e algumas medalhas já foram conquistadas por atletas locais.

4.3.1.1.6 EXPECTATIVAS E PROPOSTAS

A prioridade para os cidadãos da região consiste no enfretamento da questão hídrica, solucionada por meio da distribuição da água, da recuperação dos rios e da implementação de saneamento básico. Ademais, alguns entrevistados alertaram para a impossibilidade de serem desenvolvidas atualmente ativida-

des turísticas como o agroturismo e de lazer, tendo em vista o problema hídrico da cidade.

Nesse sentido, seguem abaixo as propostas que surgiram nas entrevistas, com destaque para as que se encontram em negrito. Ressalta-se que algumas delas poderiam ter sido adaptadas em mais de uma categoria, porém optou-se por deixá-las nas categorias a que mais se adequaram.

TURISMO

- Melhorar a área de acesso e infraestrutura da Pedra do Cruzeiro e das lagoas;
- **Criar projeto para divulgar e potencializar o turismo.**
- Desenvolver projeto de agroturismo;

CULTURA

- Festival da Cultura Italiana;
- **Divulgação do Corpus Christi;**
- **Feira de Produtos artesanais e hortifrutigranjeiros:** Mapear as diversas iniciativas individuais de produção de produtos artesanais para dar maior relevância, incluindo alimentos feitos artesanalmente;
- Trazer mais atividades culturais para cidade – shows, danças, mostras etc;
- Ampliar a Feira Arte & Sabor

LAZER

- **Criar centro comunitário e área de lazer para Boninsegna (e outras comunidades ribeirinhas);**
- Arborização da praça de Marilândia (reclamam do calor e da falta de sombra, só usam à noite);
- **Construir espaços de lazer infantil, especialmente nos povoados afetados.**

ESPORTE

- **Circuito para ciclismo – potencial eco e agroturístico;**
- Apoio e financiamento de competições esportivas – futebol, karatê e judô;
- Ampliação do Judô;
- Diversificação das atividades esportivas, englobando o público feminino que não é atendido;
- Apoio aos corredores com ajudas de custo para vestimentas esportivas e transporte aos lugares de competição;
- **Aquisição de ônibus para atender a demanda dos esportistas da cidade.**

4.3.1.2 Oficina Participativa

4.3.1.2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os participantes da oficina foram entrevistados durante a etapa de coleta de dados, realizada entre os dias 10 e 13 de novembro de 2016. Na ocasião, cada um dos presentes recebeu em sua casa e/ou local de trabalho um entrevistador da Futura, que, a partir de um roteiro semiestruturado, realizou as entrevistas. Ressalta-se que dentre os entrevistados estavam as lideranças do Centro e de dois Povoados – Boninsegna e Alto Liberdade. O relatório do campo traz em detalhes esse processo.

Finalizada a etapa supramencionada, os entrevistados foram convidados a participar de uma oficina com o objetivo de idealizar conjuntamente projetos focados nas áreas de turismo, cultura, esporte e lazer, como medidas compensatórias e reparatórias relacionadas ao evento.

Essa oficina, associada às entrevistas em profundidade, teve como objetivo garantir o caráter participativo no processo de pesquisa, na medida em que os envolvidos foram convidados a indicar, a partir das necessidades e potencialidades do município, os projetos que gostariam que fossem realizados. Nesse sentido, os participantes da oficina propuseram projetos coletivos que envolviam as áreas citadas do programa e que possuíam uma alta abrangência na comunidade.

4.3.1.2.2 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Inicialmente, os participantes foram convidados a se apresentar destacando a associação/instituição a que estão ligados e em qual área de atuação estão engajados. Também esclareceram sobre a relação que possuem com Marilândia a partir do tempo de moradia e a composição familiar a qual pertencem.

Estiveram presentes: dois moradores do centro; um representante dos comerciantes, ligado à CDL e um morador antigo; dois moradores de Boninsegna; um pescador vinculado à Colônia Caboclo Bernardo; uma jovem liderança ligada à Igreja Católica; e um morador de Alto Liberdade, ligado ao setor do turismo.

4.3.1.2.3 PERCEPÇÕES E ANÁLISES

Após as apresentações, foram compartilhadas com o grupo supracitado algumas percepções de campo, construídas durante o processo de entrevistas em profundidade. Essa é uma importante etapa da metodologia participativa que possibilita aos pesquisados validar coletivamente os dados coletados e contribuir para as análises elaboradas.

Outrossim, o momento da oficina pretende, a partir da apresentação das percepções, que os entrevistados apontem as suas opiniões em grupo acerca das referidas percepções.



Desse processo, as principais percepções já validadas por eles foram:

- Marilândia tem a agricultura, especialmente do café, como a maior geradora de renda da cidade. Outras atividades relevantes são o comércio e a indústria de confecção. Outra marca da cidade é a predominância da cultura italiana e da igreja católica.
- No Centro de Marilândia se encontram as principais atividades comerciais, industriais e serviços. Para os moradores do Centro e Alto Liberdade, Marilândia é vista como ótimo local para viver, por ainda não ter problemas comuns aos municípios brasileiros, tais como violência, drogas, desemprego, miséria e outros. Por sua vez, as localidades ribeirinhas sentem maior abandono do poder público, pois tem acesso mais precário aos serviços básicos.
- A falta de água é a principal demanda levantada pelos moradores. A questão hídrica é a maior prioridade de todos da cidade.
- Marilândia não é uma cidade com fortes lideranças fora da política tradicional, ainda que em Boninsegna haja pescadores organizados ligados à Colônia de Pescadores Caboclo Bernado de Linhares e agricultores organizados na Associação de Produtores Rurais de Alto Liberdade. Importante destacar também que há pouca expressão feminina entre as lideranças locais. Quando

existe, está mais ligada à Igreja Católica e às Políticas Públicas do âmbito social.

- Muitos enxergam o forte potencial agro e ecoturístico presente na região decorrentes das belezas naturais, da vocação agrária e da tradição italiana, entretanto não acreditam que tal potencial será desenvolvido como projeto a ser desempenhado pelo programa de turismo, cultura, esporte e lazer, uma vez que a região de maior potencialidade, não foi afetada diretamente pelo evento.

4.3.1.2.4 - CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PROPOSTAS

No processo de construção coletiva de propostas, os presentes acordaram as seguintes ideias:

- A área diretamente afetada pelo Evento foi Boninsegna. Todos concordam que deve ser construído um Centro Comunitário e uma área de lazer na localidade como medida compensatória. A localidade fica entre a estrada e o Rio. Segundo eles, a Igreja é o local de encontros que, quando chove, fica inviável de comportar quaisquer eventos que venham a ser promovidos. Relatam que os locais de lazer são o Bar e o Campo de Futebol, mais frequentados por homens e que não atende às necessidades de idosos, mulheres e crianças. Neste sentido, este Centro Comunitário foi concebido como espaço de amplas utilizações que atenda às necessidades de lazer público;



- Criação de uma rota turística que poderia ser percorrida por bicicleta e que envolveria como pontos de parada na Pedra do Cruzeiro, por exemplo;
- É relevante a criação de uma Feira de Produtos Artesanais e hortifrutigranjeiros para complementar a renda de moradores e gerar um espaço de comercialização organizada para toda a cidade, visto que há pequenas plantações e iniciativas individuais que são vendidas de forma precária. Os moradores acreditam que esta é uma iniciativa sem grandes custos e com altos ganhos, pois ajudaria muitas pessoas a complementar renda em época de crise.

4.3.1.2.5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Marilândia é uma cidade pequena com forte tradição católica e uma história de imigração italiana. Tem atividades relevantes no setor primário, secundário e terciário, ainda que sua maior vocação seja a agrícola, com destaque para a plantação de café. Muitos de seus moradores identificam forte potencial turístico do município,

tanto pelas belezas naturais, como lagoas e Pedra do Cruzeiro, quanto pela tradição advinda da imigração italiana e de cidade de interior, com opções ligadas ao agroturismo que contemplam desde produtos artesanais aos sítios com atividades ao ar livre.

Atualmente, o maior problema da cidade é uma grave crise hídrica que antecede o rompimento da barragem em Mariana. Neste sentido, o problema é visto como algo bem mais amplo e que não passa apenas pelo crivo da Samarco/Fundação Renova. Contudo, quando o recorte passa a ser o Rio Doce, a responsabilização é maior e todos concordam que, ainda que haja forte potencial turístico e atividades esportivas na região, os principais afetados e os que devem ser compensados e reparados são os pescadores e demais moradores ribeirinhos.

Os entrevistados acreditam que pouco ou nada será feito dentro do âmbito do programa de turismo, lazer, cultura e esporte. Contudo, há esperança quanto ao Centro Comunitário e área de lazer em Boninsegna, visto que os ribeirinhos foram os mais impactados e não possuem espaços adequados para levar família e filhos, para confraternizações e organizações.



4.3.1.3 – Pesquisa com o Trade Turístico

A pesquisa realizada com representantes de empreendimentos ligados aos meios de hospedagem e gastronomia ouviu 10 gerentes ou proprietários, durante o mês de novembro de 2016 no município de Marilândia. De caráter exploratório, a pesquisa buscou conhecer as expectativas em relação ao futuro e se ocorreram alterações do perfil dos seus clientes, considerando a chegada da pluma de rejeitos no Rio Doce. Todos os estabelecimentos participantes da pesquisa já estavam estruturados e em funcionamento no ano 2015.

4.3.1.3.1 - SÍNTESE DOS RESULTADOS

Dentre os estabelecimentos pesquisados, prevaleceram os da área gastronômica. Em Marilândia foram entrevistados 7 bares e restaurantes, 2 hotéis e 1 estabelecimento ligado à área de lazer e cultura. Dos 10 estabelecimentos 8 informam contar com colaboradores, 1 se caracteriza por uma administração familiar e 1 por empreendimento individual.

CATEGORIA DO ESTABELECIMENTO	N
Estabelecimento Gastronômico/ Bares	7
Estabelecimento de Hotelaria	2
Estabelecimento Cultural, Esportivo e de Lazer	1
Total Geral	10

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	N
Privada	10
Total Geral	10

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	N
De 1 a 5	7
Empreendimento Familiar	1
Empreendimento individual (não tem funcionários)	1
De 11 a 20	1
Total Geral	10

*o empreendimento familiar é conceituado como atividade desenvolvida somente por membros da família, de modo a não caracterizar nenhum tipo de relação trabalhista, já que “todos são donos do negócio”.

Dos 10 estabelecimentos entrevistados, 8 possui presença nas redes sociais, sendo o Facebook, a mais popular. Apenas 2 estabelecimentos possuem sites próprios, um hotel e um espaço de lazer na área rural.

POSSUI SITE	N
Não Possui	8
www.espacoverde.tur.br	1
www.sitiocoisanossa.com.br	1
Total Geral	10

A EMPRESA POSSUI REDES SOCIAIS	N
Não	3
Facebook	7
WhatsApp	1
Total Geral*	11

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.



Todos os estabelecimentos funcionavam todos os meses do ano até outubro de 15. Em novembro de 2016, a condição de funcionamento era a mesma. O perfil que predomina entre os frequentadores dos empreendimentos, é o de moradores de Marilândia e de moradores de cidades vizinhas (Colatina destaca-se) a lazer. O que se observa é que os empreendimentos entrevistados não sofreram mudanças quanto aos meses de funcionamento, e dias de maior movimento, um ano após a chegada pluma de rejeitos. Entretanto 6 dos 10 estabelecimentos entrevistados, informam que foram impactados e 8 que tiveram o faturamento reduzido. Informam que houve redução das vendas, turistas deixaram de visitar a região e que houve perda de clientes.

Em relação a crise econômica do país, cujos principais efeitos começaram a ser percebidos

em 2015, 8 dos 10 estabelecimentos afirmam que foram afetados e que fizeram mudanças para lidar com a crise, destacando-se a redução de despesas fixas e a redução do quadro de colaboradores.

A comparação entre o consumo médio de energia e água, entre outubro de 2015 e novembro de 2016, caracteriza, de forma direta o esforço da redução das despesas e indiretamente indica uma certa estabilidade destas despesas, considerando os reajustes de tarifas ocorridas no período e também certa estabilidade do nível das atividades destes estabelecimentos. Um exemplo disso é o gasto médio mensal com energia elétrica, em outubro de 2015 era de R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais) e em novembro de 2016 passou para R\$ 1.012,00 (mil e doze reais).

Até 2015 seu estabelecimento ficava aberto em quais meses?	N
O ano todo	10
Total Geral*	10

Até outubro de 2015, quais os dias da semana mais ocupados?	N
Domingo	8
Sábado	8
Quarta Feira	3
Sexta Feira	2
Quinta Feira	1
Terça Feira	1
Total Geral*	23

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.

Quais os meses de maior demanda até outubro de 2015?	N
Dezembro	4
Junho	4
Novembro	4
Janeiro	3
Abril	2
Fevereiro	2
Maio	2
Março	2
Outubro	2
Agosto	1
Julho	1
NS/NR	1
Total Geral*	28

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.

Até outubro de 2015 os frequentadores do estabelecimento eram principalmente:	N
Moradores de Cidades Vizinhas, a Lazer	4
Moradores da Cidade, a Lazer	3
Moradores de Cidades Vizinhas, a Negócios	2
Empregados de Empresas e Instituições da Região	1
Total Geral	10



Despesas – Água e Luz (média mensal)	Até outubro 2015	Novembro 2016
Conta de Água	R\$ 230,00	R\$ 300,00
Conta de Energia	R\$ 920,00	R\$1.012,00

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, que gerou o problema da lama no Rio Doce afetou seu negócio?	N
Sim	6
Não	4
Total Geral	10

A crise econômica e política do país afetou seu negócio?	N
Não	2
Sim	8
Total Geral	10

O Faturamento médio mensal atualmente:	N
Aumentou	1
Diminui	8
NS/NR	1
Total Geral	10

Devido à crise econômica, até outubro de 2015, sua empresa tomou alguma medida para redução de despesas?	N
Reduziu as contas de consumo (Gás, Energia, Água)	5
Demitiu Funcionários	4
Não tomou nenhuma medida	2
Reduziu os estoques	2
Renegociou contrato com Fornecedores	1
Total Geral*	14

Após novembro de 2015, sua empresa tomou alguma medida para redução de despesas? Se sim, quais?	N
Reduziu as contas de consumo (Gás, Energia, Água)	7
Demitiu Funcionários	6
Não tomou nenhuma medida	1
Total Geral*	14

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.



Atualmente, quais os dias mais ocupados?	N
Domingo	4
Sábado	4
Quarta Feira	1
Quinta Feira	1
Sexta Feira	1
Terça Feira	1
Total Geral*	12

*Foi facultado ao entrevistado assinalar mais de uma opção de resposta.

Qual o perfil mais comum dos seus Clientes/Usuários atualmente?	N
Moradores da Cidade, a Lazer	4
Moradores de Cidades Vizinhas, a Lazer	3
Moradores de Cidades Vizinhas, a Negócios	2
Empregados de Empresas e Instituições da Região	1
Total Geral	10

Em relação as expectativas para o futuro no curto prazo os empreendedores de Marilândia, mostram-se pouco otimistas. Dos 10 estabelecimentos ouvidos, 9 não pretendiam realizar nenhuma contratação até o final de 2016 e quando consideraram os próximos doze meses: 6 dos 10 entrevistados estão pouco otimistas ou pessimistas. Este cenário se altera quando consideram um prazo maior, de 5 anos, neste prazo 7 empreendedores afirmam estarem muito otimistas ou otimistas em relação ao futuro.

Sua empresa tem previsão de contratação de funcionários até o fim de 2016? Se sim, quantos?	N
Não	9
NS/NR	1
Total Geral	10

Quanto a situação do seu negócio em um ano, você está:	N
Muito Otimista	1
Otimista	2
Indiferente	1
Pouco Otimista	5
Pessimista	1
Total Geral	10

E em relação a percepção para 5 anos:	N
Muito Otimista	3
Otimista	4
Pouco Otimista	1
Pessimista	1
NS/NR	1
Total Geral	10



4.3.2 Inventário Turístico - Marilândia

4.3.2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Marilândia possui atividades econômicas nos três setores: primário, secundário e terciário. Os destaques econômicos são o comércio e a agricultura, com grande relevância da cultura do café, facilmente percebida pelas paisagens que cortam estradas do município.

No segmento do Turismo o agroturismo tem maior relevância, com o estímulo a introdução da agroindústria como forma de aumento da lucratividade das propriedades rurais, algumas famílias abriram suas propriedades para produzir e comercializam, mesmo informalmente, licores, compotas, embutidos, doces caseiros, defumados e outros produtos.

4.3.2.2 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA EM MARILÂNDIA

Infraestrutura de apoio ao Turismo

A Infraestrutura de apoio ao turismo abrange as instalações e serviços, públicos e privados, que oferecem bem-estar aos residentes e, também, aos visitantes tais como sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia, entre outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios

a) Meios de acesso ao município de Marilândia

O acesso ao município de Marilândia, pelos visitantes, é realizado principalmente em carro particular e, partindo da capital Vitória, pela Rodovia BR101 até Linhares e pela Rodovia ES 248 até a Sede do município. Também pela Rodovia ES 248 é feito o acesso de Marilândia a Colatina e pela Rodovia ES 356 tem-se acesso à cidade de Governador Lindenberg.

b) Sistema de Comunicação

O sistema de comunicação conta com uma agência dos Correios que funciona no Centro da cidade. O local tem boa estrutura e é organizado. Oferece o serviço de envio/recebimento de cartas simples e registrada e funciona com a emissão de malote postal. Funciona de segunda-feira à sexta-feira das 9:00h às 16:30h. Está situada à Rua Cônego João Guilherme, 123, Centro de Marilândia. Existem ainda Telefones Públicos, orelhões que são utilizados para ligações DDD e DDI, estão localizados em frente a Agência do Correio. Conta com a Rádio Cidade e Sintonia FM e a Difusora AM.

Recebe os principais jornais do Brasil e do Estado e conta com alguns blogs e fan pages que apresentam notícias e fotos da cidade. A divulgação do município para o turismo é pequena e não está estruturada.

c) Sistema de Segurança

O sistema de segurança é composto por Posto da Polícia Civil e dois postos de destacamento da Polícia Militar localizados no centro da cidade, que atende à comunidade e aos turistas. Funciona regularmente todos os dias. Para os moradores do Centro e Alto Liberdade, Marilândia é vista como bom local para viver, por possuir baixo índice de violência, desemprego, miséria e outros.

d) Sistema de Saúde

Já na saúde, a cidade conta com 4 (quatro) unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) que atendem aos povoados, distritos e à sede na prevenção e na promoção da saúde, rea-

lizando também trabalho curativo quando necessário. O centro de Marilândia possui, além da ESF, o Pronto Atendimento na Policlínica Vereador Elio Bertolo que possui sala de emergência e espaço para repouso cujo atendimento emergencial encaminha casos mais graves para a referência regional de saúde, o município vizinho de Colatina. Marilândia conta também com três farmácias particulares que atende a comunidade e turistas.

e) Sistema Educacional

O município tem bons índices de educação e, nas escolas, estudam crianças e adolescentes de todas as classes sociais. Conforme o IBGE (2016), 75% da população é alfabetizada. Para eles, a cidade conta com boas escolas municipais e uma unidade do MEPES- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, a EFA Marilândia. O trabalho desenvolvido por esta escola utiliza a Pedagogia da Alternância que contempla alunos e família com extensão rural.

Possui uma biblioteca que funciona para atendimento ao público no período de 08 às 15h com acervo com livros antigos e atuais que são bastante utilizados como fonte de pesquisa, é mantida pela Prefeitura Municipal. Marilândia conta com 21 escolas públicas municipais, 2 escolas de educação infantil, 4 escolas de ensino fundamental e 14 escolas do campo. O município conta com a oferta de EAD -Ensino a Distância no Centro Universitário Internacional UNINTER.



EDUCAÇÃO INFANTIL

Bem-Me-Quer

CEI Dailton Luiz Magnago

PEM Nossa Senhora Auxiliadora

ENSINO FUNDAMENTAL

EMEF Angelo Bravin

EMEIEF Padre Luiz da Grã

EMEF Maria Izabel Falcheto

EMEIEF São Judas Tadeu

ESCOLAS DO CAMPO

EMPEF Alto Liberdade

EMPEF São Pedro de Marilândia

EMUEF Alto Patrão-Mór

EMUEF Alto São Rafael

EMUEF Boa Vista de Alto Patrão-Mór

EMUEF Córrego Sumidouro

EMUEF Santo Isidoro do Limoeiro

EMUEF São Marcos

EMUEF Córrego Pastinho

EMUEF Córrego Seis Horas

EMUEF Córrego Taquarussu

EMUEF Gracilândia

EMUEF Lagoa do Óleo

EMUEF Marcellino Baptista

EMUEF Abraão de Souza

EMUEF Santo Hilário

Fonte: Prefeitura Municipal de Marilândia

f) Outros Serviços e Equipamentos de Apoio

A rede comercial é ativa, oferecendo variedade de produtos e serviços que facilitam o dia a dia dos moradores e visitantes. Conta com assistência técnica e mecânica para os veículos, agências bancárias, lojas de roupas, calçados, produtos de beleza e higiene, farmácias, lotérica, corretoras de imóveis, entre outros. Existem 4 agências bancárias, Brasil, Bradesco, Banestes e SICCOB.

f.1) Serviços e Equipamento Turísticos

Os serviços e equipamentos turísticos constituem o conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que oferecem condições para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc.

Serviços e Equipamentos de Hospedagem

Marilândia conta com poucos serviços e equipamentos turísticos em condição para que os visitantes permaneçam no município. Os serviços e os equipamentos de hospedagem que estão operando somam 04. Destes, dois estão situados no centro e dois encontram-se na zona rural.

O Benedetto Hotel fica na Sede do município oferece 24 unidades habitacionais equipadas com ar condicionado ou ventiladores, internet e espaço para café da manhã. Não possui folheteria e é possível fazer reserva pela internet. No site Tripadvisor foi avaliado como muito bom.

O Hotel Espaço Verde fica área verde na Sede do município, oferece 16 suítes com ar, TV, frigobar, wifi, café da manhã colonial e academia.

O Chalé Cabana Água Viva, também conhecida como Bica de Alto Liberdade, está esta situa-

dos na zona rural de Alto Liberdade e oferece aos turistas: 01 chalé, piscina, campo de futebol e área de lazer e restaurante que é aberta ao público em geral. O sítio também trabalha com venda de souvenir e produtos típicos

Sítio Coisa Nossa oferece 04 chalés com ar condicionado, internet TV e garagem. Além do serviço de hospedagem o sítio tem parque infantil, mini zoológico, pedalinhas, loja de produtos artesanais, pousada, um lindo espaço arborizado com diversos ambientes frente a uma incrível lagoa. Possui site na internet onde é possível realizar reserva.

Os equipamentos de hospedagem totalizam 45 unidades Habitacionais, são organizados e limpos e agradáveis. Todos receberam premiação da Recall local. As diárias variam entre R\$ 50,00 apartamentos individuais com ventilador a R\$ 180,00 o apartamento triplo. Os equipamentos de hospedagem estão preparados para atender uma demanda de turistas nacionais, porém sua ocupação é regional.

Serviços e equipamentos de Alimentos e Bebidas

Os serviços e os equipamentos de alimentos e bebidas em sua maioria, estão instalados na sede de Marilândia. Destes, alguns oferecem serviços A La Carte, Self Service, comida rápida, fast food, e os demais variam entre serviços a la carte, self service e marmitex.

Os equipamentos de alimentos e bebidas funcionam o ano inteiro. A oferta é bastante diversificada e servem desde a tradicional culinária capixaba bem como a mineira. Existem bares, padarias, lanchonetes, sorveterias, trailers, petisqueria, cabanas, docerias entre outros serviços de alimentação e bebidas. Todos são considerados como bons prestadores de serviços, são limpos e organizados. Alguns possuem área para fumantes, recreação e área de lazer para crianças. Em sua totalidade nenhum es-

tabelecimento tem funcionários que fale outro idioma ou estão equipados para receber pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Serviços e Equipamentos de Agências de Turismo

Marilândia não conta com Agência de turismo ou receptivo local. Os usuários buscam por pacotes turísticos nas Agências nos municípios vizinhos e pela internet.

Serviço e Equipamentos de Transporte Turístico

Em Marilândia não existe agências ou locadores de serviço de transporte turístico, porém existem viagens que alugam ônibus para viagens de excursão estaduais e interestaduais. Não existe um transporte turístico regular e não oferece serviços ou possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Viação Marilândia realiza atividade de excursões municipais. Essas excursões mostram pontos turísticos da cidade contando usualmente com guia para explicar o contexto do lugar que está sendo visitado. O custo fixo desse tipo de atividade é relativamente alto, por isso as empresas que prestam esse tipo de serviço tentam colocar o maior número possível de turistas numa excursão.

Serviço e Equipamentos para Eventos

O Cerimonial Espaço Verde Fest Club, oferece espaço específico para realização de eventos sociais. Outros espaços para eventos funcionam em estabelecimentos de hospedagens e alimentação que disponibilizam o serviço de organização de eventos, de alimentação e terceiriza outros serviços. Geralmente nestes espaços acontecem shows, festivais, exposições

e eventos sociais como casamentos, formaturas, aniversários e outros.

Serviço e Equipamentos de Lazer

Boa parte das áreas de lazer em Marilândia está ligado às lagoas, à Bica d'água e à praça, localizada no centro da cidade, que é utilizada para o lazer da comunidade, entretanto, só pode ser frequentada durante a noite por não possuir arborização. O esporte mais praticado é o futebol, que ocorre em quadras e campos espalhados na cidade e na região.

Entre os equipamentos de lazer existentes em Marilândia, existe o Projeto Campeão do Futuro, que é voltado para adolescentes entre 08 a 13 anos de idade. A Quadra Poliesportiva é utilizada para o Projeto de Futsal e também para outras atividades de lazer e cultura. As trilhas e estradas existentes no município são usadas por grupos de ciclistas das cidades de Marilândia e Colatina.

Outros esportes que merecem destaque, além do ciclismo e do futebol, são judô, karatê e corrida de rua. Em dezembro, ocorreu a "A Corrida Rústica e Caminhada Solidária – Marilândia 2016", apoiada pela SICOOB. O judô e o karatê são realizados pelo CRAS. Recentemente ocorreu o 3º Exame da faixa de Judô e algumas medalhas já foram conquistadas por atletas locais.

Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

Marilândia não possui um centro de informações turísticas e nem um posto de informações turísticas. Os estabelecimentos de hospedagem, de alimentação e moradores da cidade, oferecem as informações informalmente. Existem algumas placas de sinalização que seguem as normas do MTur, porém nas vias de acesso do município e de seus atrativos carecem de mais indicação e informações.

g) Atrativos Turísticos

São elementos da natureza, da cultura e da sociedade, que podem se apresentar como lugares, acontecimentos, objetos, pessoas ou ações que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los. É o que motiva a afluência de turistas para um local gerando interação social/cultural e movimentando a economia local

Atrativos Naturais

A Barragem do Rio Liberdade, localizada na Rodovia ES 057, S/N, foi construída com a intenção de conter as águas de enchentes que ocorriam no centro de Marilândia. Devido a sua beleza, o Vale tornou-se um atrativo turístico. Não existe nenhum órgão fiscalizador.

Os poucos turistas que visitam o município buscam nos lagos e bicas o lazer e a diversão, dentre elas a Lagoa do SAAE e a Lagoa do Óleo. A Lagoa do Batista em feriados de verão chega a receber 500 pessoas por dia. A Pedra do Cruzeiro é outro ponto de visitação. A Pedra do Cruzeiro é outro ponto de visitação e está localizada em Alto Liberdade e está a poucos quil metros da sede de Marilândia.

Desde o descobrimento do caminho que lhe garante o acesso em troca de uma caminhada de aproximadamente uma hora e meia, o local ainda pouco conhecido dos turistas,

  abundantemente povoado de encantos da natureza. As populações de Alto Liberdade, Marilândia e arredores realizam uma escalada até o topo da pedra e l  celebram anualmente no dia da Santa Cruz, treze de maio, uma preventiva missa contra qualquer severidade da natureza. Neste dia Marilândia recebe visitantes dos municípios vizinho.

Atrativos Históricos, Culturais e Eventos

Marilândia tem como religião predominante o catolicismo. Dessa forma, o papel da Igreja é importante para muitas dimensões da cidade, entre elas as culturais. A maioria dos povoados possui sua própria igreja, entre elas a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, atrai visitantes pela sua bela arquitetura.

O artesanato, produtos do agronegócio, gastronomia e trabalhos manuais podem ser encontrados em exposições e   comercializado na Feira de Arte e Sabor que ocorre na praça principal da cidade todo segundo sábado do mês. Destaca-se o artista local Wando Moura que desenvolveu uma técnica própria com jeans. Ele trabalha na empresa de confecção do local e passou a fazer quadros com peças jeans descartadas pelo padrão de qualidade. Também são encontrados bordados e pinturas em tecidos.

O agroturismo apresenta em expansão no município e dentre os produtores que já estão recebendo em suas propriedades destacam-se:



Foto: marilandia.es.gov.br

- Produtos Milanesi (Licores, Palmito e Picles). Localizado na zona rural;
- Produtos Perim (Produtos derivados de porco (fresco e defumados). Localizado no Centro;
- Cocadas da Dircélia: Todos os tipos de cocada. Localizado na Zona Rural Comunidade de Alto Liberdade;
- Parada Suela: Produtos derivados de porco fresco e defumados, localizado na Rodovia Colatina X Linhares Trevo.

Dentre os eventos realizados no município estão: O Festival Competitivo de Música de Marilândia onde os talentos musicais da terra se apresentam, acontece na Praça central sempre no mês de dezembro. O Torneio da Amizade acontece no mês de maio desde 1978, em Alto Liberdade e os passeios ciclísticos. Existem no município algumas associações que buscam cultivar e preservar sua cultura e costumes, entre elas a ACIM - Associação da Colônia Italiana de Marilândia Fratelli d'Itália e a ACIMA Associação Cigana de Marilândia. Ambas desenvolvem atividades relacionadas à música, gastronomia e jogos de base cultural e realizam apresentações em datas especiais.

A celebração de Corpus Christi ocorre na quinta-feira seguinte ao domingo em que se celebra a Santíssima Trindade e representa um momento muito especial no calendário católico e turístico do Município de Marilândia.

O pároco Padre José de Souza Brasil, foi o idealizador da festa de Corpus Christi em Marilândia, tendo início na década de 50, nesta época o costume era marcado pela montagem de altares em diferentes pontos da cidade. Outra característica da época eram as toalhas rendadas que enfeitavam as fachadas das casas por onde passaria a procissão dos fiéis.

Utilizando os mais variados materiais, como areia, calcário, flores, materiais reutilizáveis, palha de café e arroz, pó de pneu, flores e

muitos outros, na noite que antecede a festa, moradores confeccionam os tapetes que enchem a cidade de vida e cor e são visitados por pessoas advindas de outros municípios do Estado.

O Caminho do Seminarista possui um trajeto de 25,5 km que vai do município de Colatina a Marilândia, refazendo o trajeto que os seminaristas do Seminário Imaculado Coração de Maria faziam nas décadas de 1950 e 1970. De acordo com as Secretarias de Turismo, são disponibilizados quatro pontos de apoio com distribuição de frutas e água e uma estrutura de apoio como carros, ambulâncias e ônibus das Prefeituras de Colatina e Marilândia, assegurando o transporte dos andarilhos que precisarem.



Figura 4.1: Mapa do Caminho do Seminarista

Fonte: <http://www.colatina.es.gov.br>

Na chegada ao Seminário Imaculado Coração de Maria é oferecido um almoço de confraternização a preço popular e apresentações culturais como culminância do evento. O retorno dos andarilhos para Colatina é realizado por ônibus, oferecidos sem ônus, pelas prefeituras, no período da tarde.

h) Conclusão

O município de Marilândia tem sua economia baseada no comércio, indústria têxtil e agricultura. Em termos de equipamentos sociais conta com serviços razoáveis e atendem a população. No que tange aos equipamentos de educação, a rede pública e privada oferecem escolas de ensino fundamental, médio, tecnológico e universitário (virtual) suficiente para atender a população. Os meios de acesso ao município são poucos e o turista que quer chegar ao município deve escolher entre carro particular ou ônibus de linha. Precisa melhorar a sinalização viária e a divulgação destas facilidades. O município, seus atrativos e eventos são pouco divulgados e carecem de infraestrutura para atrair mais demanda.

O município ainda não possui circuito (roteiro ou rota) turístico formatado, a Lei n. 10.098/2000 que trata da acessibilidade das pessoas com dificuldade locomotora ainda não está sendo seguida pela maioria dos equipamentos turísticos. O trade turístico carece de profissionais qualificados em todas as áreas, hospitalidade, gastronomia, organização de eventos entre outras. Os segmentos turísticos necessitam ser melhor estruturados com equipamentos atuando como produto unificado.

Analisando os dados apresentados neste estudo, pode-se concluir que o turismo tem pouca relevância na geração de emprego e renda, e está voltado para atender os visitantes que buscam descanso no município. E a infraestrutura existente no município está voltada para o bem-estar da população local e não para a atração de turistas. O evento de Mariana impactou pontualmente no lazer das comunidades ribeirinhas e na “condição de cidade com águas contaminada” explorada pela mídia e não na realização do evento de ciclismo que é o principal atrativo do segmento de esporte, somente alterando a paisagem das trilhas que circulam ou avistam o Rio Doce.



4.4 DIAGNÓSTICO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE MARILÂNDIA

4.4.1 Metodologias: Análise SWOT e Matriz de Avaliação e Impacto

4.4.1.1 ANÁLISE SWOT

A partir dos resultados já explanados das pesquisas, foi realizada uma oficina interna, que contou com a participação dos técnicos responsáveis pelo Diagnóstico, a fim de que fosse elaborada análise SWOT ou FOFA. Esta é uma ferramenta amplamente utilizada em planejamentos e quando da análise de cenários.

No processo de construção, foram consideradas duas dimensões das comunidades impactadas: o ambiente interno e o ambiente externo, com o fito de proceder à identificação, respecti-

vamente, dos seus pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças.

Desta forma, na análise do ambiente interno, foram sopesadas as características geográficas, organizacionais e estruturais, bem como outros aspectos relacionados à comunidade, para identificar os seus pontos fortes e fracos. Na análise do ambiente externo, buscou-se identificar as ameaças e oportunidades que estão relacionadas ao desenvolvimento local.

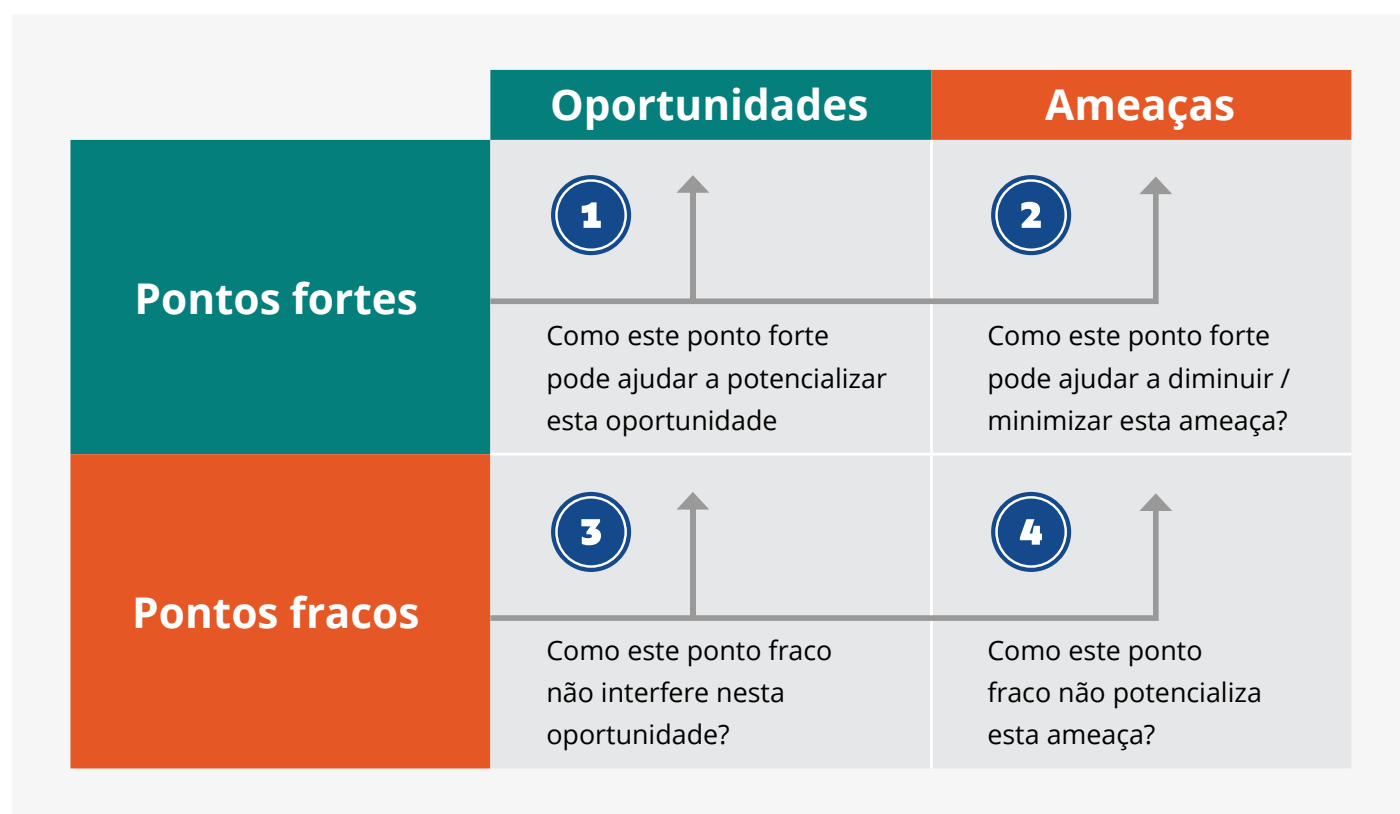


Figura 4.1: Análise swot

4.4.1.2 MATRIZ DE IMPACTO

Com o propósito de avaliar os impactos do evento no turismo, na cultura, no esporte e no lazer, foi utilizada uma metodologia, desenvolvida pela empresa Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos, que foi responsável pelo diagnóstico nas Regiões 1,2, 3,4, 5,6 e 7. A Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, os quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86, considerada referência legal brasileira para avaliações desta natureza.

Para além das definições legais estabelecidas para este tipo de avaliação, compreendeu-se que o contexto demandava a criação de um método particularizado de avaliação ambiental, capaz de precisar os diferentes aspectos impactados a partir do evento. Neste sentido, foi estabelecida uma listagem prévia com impactos identificados (método Listagem de Verificação ou Check-list) para subsidiar a análise e discussão dos impactos ambientais.

LISTA INICIAL DE IMPACTOS ADVINDOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados às Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

A etapa seguinte, de Classificação dos Impactos, é caracterizada pela categorização de atributos individuais de cada impacto, com relação à(ao):

■ **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo.

a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais);

b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

■ **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem) a ele.

a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de primeira ordem;

b) Impactos indiretos (**II**) se apresentam enquanto efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo, ainda, serem descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrada a partir de uma atividade do empreendimento

■ **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer.

a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 02 (dois) anos desde a ocorrência do Evento;

b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;

c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;

d) Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação;

■ **Abrangência:** Está relacionada com área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude. As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – aqui nos referimos especificamente a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência



direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;

b) Impactos sobre comunidades (IC) (2) – Comunidades rurais ou sedes municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactados direta ou indiretamente pelo evento;

c) Impactos sobre municípios (IM) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;

d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (IR) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região, podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

■ **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho. A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para cada impacto identificado, como forma de se mensurar ao máximo as características de tais consequências.

4.4.1.2.1 TURISMO

a) Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o evento

a.1. Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento no âmbito regional, nacional e internacional;

a.2. Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento;

a.3. Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento;

a.4. Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento.

b) Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos

b.1. Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia para qualquer pessoa após o evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

b.2. Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia para qualquer pessoa após o evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

b.3. Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia para qualquer pessoa após o evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

b.4. Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia para qualquer pessoa após o evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

c) Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo

c.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento

de produtos essenciais para o turismo;

c.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

c.3. Médio-alto (3) – O evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

c.4. Alto (4) – O evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

d) Impacto: Impacto econômico no setor do turismo

d.1. Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;

d.2. Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;

d.3. Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;

d.4. Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

e) Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

e.1. Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;

e.2. Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;

e.3. Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;

e.4. Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

f) Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

f.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;

f.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;

f.3. Médio-alto (3) – O evento afetou o ambiente e paisagem;

f.4. Alto (4) – O evento afetou completamente paisagem.

g) Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva

g.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;

g.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;

g.3. Médio-alto (3) – O evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

g.4. Alto (4) – O evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



h) Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização

- h.1. Baixo (1)** – O evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- h.2. Médio (2)** – O evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- h.3. Médio-alto (3)** – O evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- h.4. Alto (4)** – O evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

i) Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo

- i.1. Baixo (1)** – O evento afetou de maneira inexpressiva sobre pessoal ligado ao turismo;
- i.2. Médio (2)** – O evento afetou parcialmente pessoal ligado ao turismo;
- i.3. Médio-alto (3)** – O evento afetou expressivamente sobre pessoal ligado ao turismo;
- i.4. Alto (4)** – O evento afetou completamente sobre pessoal ligado ao turismo.

j) Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo

- j.1. Baixo (1)** – O evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- j.2. Médio (2)** – O evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- j.3. Médio-alto (3)** – O evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- j.4. Alto (4)** – O evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

k) Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local

- k.1. Baixo (1)** – O evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- k.2. Médio (2)** – O evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;

k.3. Médio-alto (3) – O evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;

k.4. Alto (4) – O evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

i) Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos

i.1. Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

i.2. Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

i.3. Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

i.4. Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

4.4.1.2.2 CULTURA

a) Impacto direto ou indireto sobre bens culturais imóveis

- a. 1. Baixo (1)** – Inexpressivo grau de impacto;
- a.2. Médio (2)** – Baixo grau de alteração do bem;
- a.3. Médio-alto (3)** – Impacto com médio grau de alteração do bem;
- a.4. Alto (4)** – Impacto com elevado grau de alteração do bem.

b) Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens sacras, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc)

- b.1. Baixo (1)** – Inexpressivo grau de impacto;
- b.2. Médio (2)** – Baixo grau de alteração do bem;
- b.3. Médio-alto (3)** – Impacto com médio grau de alteração do bem;

b.4. Alto (4) – Impacto com elevado grau de alteração do bem.

c) Impacto direto ou indireto sobre referências culturais de caráter imaterial: agenda e costumes culturais: manifestações e práticas

c.1. Baixo (1) – Inexpressivo grau de impacto;

c.2. Médio (2) – Baixo grau de afetação do bem;

c.3. Médio-alto (3) – Impacto com médio grau de afetação do bem;

c.4. Alto (4) – Impacto com elevado grau de afetação do bem;

d) Impactos sobre espaços e equipamentos culturais

d.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva os serviços, infraestrutura e equipamentos culturais;

d.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos culturais ou a infraestrutura básica para desenvolvimento das atividades;

d.3. Médio-alto (3) – O evento afetou grande parte dos serviços e equipamentos culturais e as atividades ou a infraestrutura básica;

d.4. Alto (4) – O evento afetou completamente os serviços e equipamentos culturais, o desenvolvimento de atividades e a infraestrutura básica.

e) Impacto econômico no setor cultural (empregabilidade, fluxo de visitantes, evasão cultural)

e.1. Baixo (1) – Inexpressivo impacto econômico sobre as atividades do setor cultural;

e.2. Médio (2) – Impacto econômico parcial sobre as atividades do setor cultural;

e.3. Médio-alto (3) – Impactos econômicos expressivos sobre as atividades do setor cultural;

e.4. Alto (4) – Impactos econômicos drásticos sobre as atividades do setor cultural.

f) Impacto em atividades culturais realizadas nos cursos d'água e imediações, exceto pesca esportiva: Lavadeiras/ rituais religiosos e sociais/ piqueniques

f.1. Baixo (1) – Inexpressivo grau de impacto, sem alteração das atividades culturais;

f.2. Médio (2) – Impacto com baixo grau de alteração das atividades culturais;

f.3. Médio-alto (3) – Impacto com médio grau de alteração das atividades culturais;

f.4. Alto (4) – Impacto com elevado grau de alteração das atividades culturais.

g) Impacto: Alteração de investimento privado no incentivo à Cultura

g.1. Baixo (1) – Inexpressivo grau de impacto, sem alteração de investimento privado no incentivo à Cultura;

g.2. Médio (2) – Impacto com baixo grau de alteração de investimento privado no incentivo à Cultura;

g.3. Médio-alto (3) – Impacto com médio grau de alteração de investimento privado no incentivo à Cultura;



g.4. Alto (4) – Impacto com elevado grau de alteração de investimento privado no incentivo à Cultura.

4.4.1.2.3 ESPORTE

a) Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Recursos Naturais voltados a Práticas Esportivas

a.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva os Recursos Naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

a.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente os Recursos Naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

a.3. Médio-alto (3) – O evento afetou expressivamente os Recursos Naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

a.4. Alto (4) – O evento afetou completamente os Recursos Naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

b) Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a Práticas Esportivas

b.1. Baixo (1) – O evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;

b.2. Médio (2) – O evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;

b.3. Médio-alto (3) – O evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;

b.4. Alto (4) – O evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

c) Impacto: Alteração do Calendário Esportivo do Município (sediamiento de eventos e/ou participação em outros municípios)

c.1. Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/sediamiento de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;

c.2. Médio (2) – Redução parcial da realização/sediamiento de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;

c.3. Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/sediamiento de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;

c.4. Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

d) Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas

d.1. Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;

d.2. Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;

d.3. Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;

d.4. Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

e) Impacto: Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer



e.1. Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;

e.2. Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;

e.3. Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;

e.4. Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

f) Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no Incentivo ao Esporte

f.1. Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto às empresas privadas;

f.2. Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto às empresas privadas;

f.3. Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto às empresas privadas;

f.4. Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto às empresas privadas.

g) Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte

g.1. Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;

g.2. Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;

g.3. Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;

g.4. Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

4.4.1.2.4 LAZER

a) Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Espaços e/ou equipamentos de socialização e lazer

a.1. Baixo (1) – O evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de socialização e lazer;

a.2. Médio (2) – O evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de socialização e lazer;

a.3. Médio-alto (3) – O evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos socialização e lazer;

a.4. Alto (4) – O evento alterou completamente os serviços e equipamentos socialização e lazer.

b) Impacto: Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer

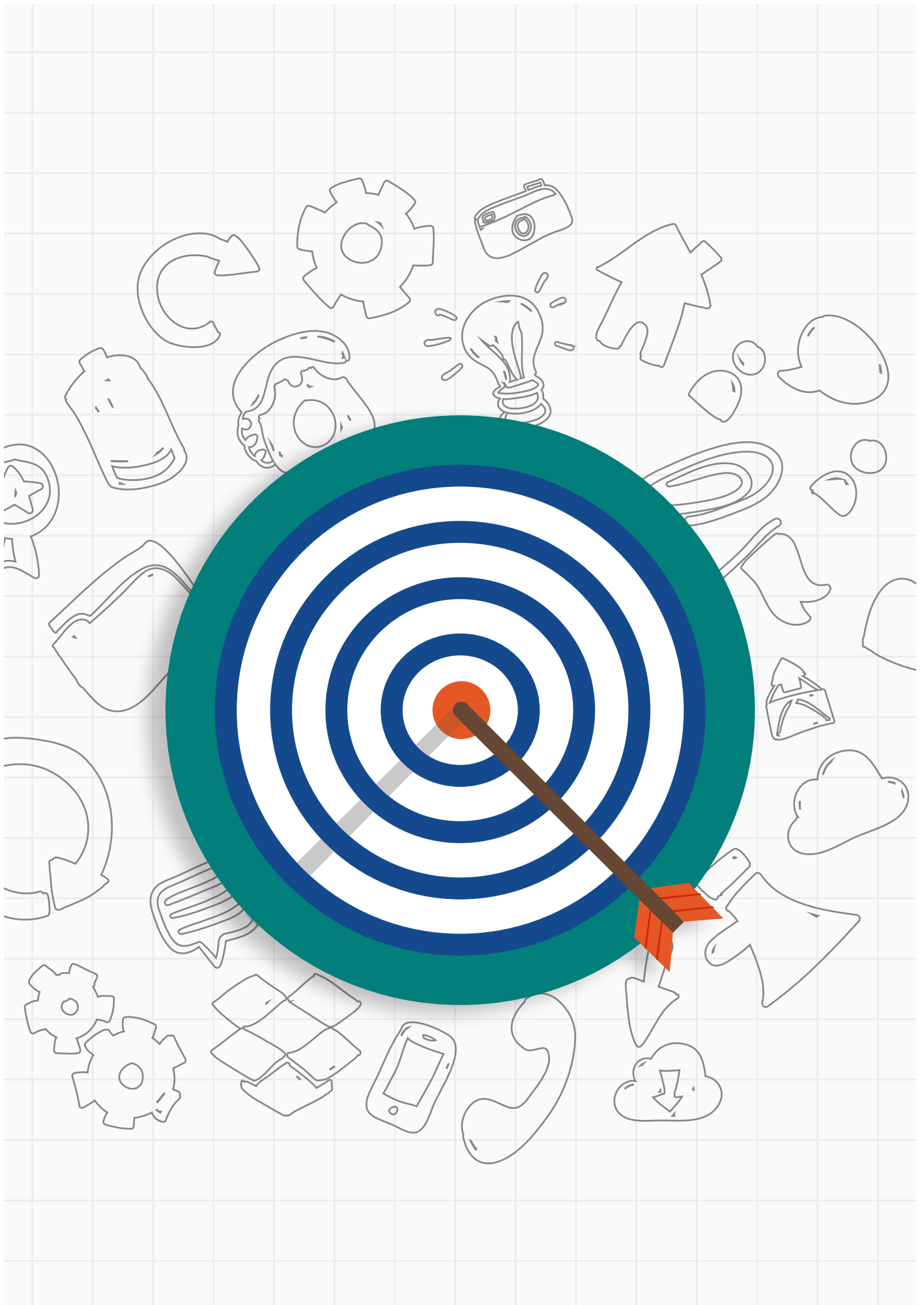
b.2. Baixo (1) – O evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;

b. 2. Médio (2) – O evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;

b.3. Médio-alto (3) – O evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;

b.4. Alto (4) – O evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Esta classificação é realizada por intermédio do preenchimento de uma tabela de avaliação de impactos, apresentada a seguir:



DESCRIÇÃO DO IMPACTO

Setor Impactado	Impactos identificados
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o evento
	Impacto sobre atrativos turísticos
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais
	Impacto sobre Bens Móveis
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural
	Alteração de Costumes Locais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer

**AVALIAÇÃO DA MAGNITUDE E IMPORTÂNCIA DOS IMPACTOS,
COM E SEM MEDIDAS MITIGADORAS / POTENCIALIZADORAS**

[illegible]

A última etapa do processo compreende a classificação dos impactos quanto à sua significância, que é determinada pelo cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas. Os impactos classificam-se em: pouco significativo (1), significativo (4), muito significativo (7) e crítico (10):

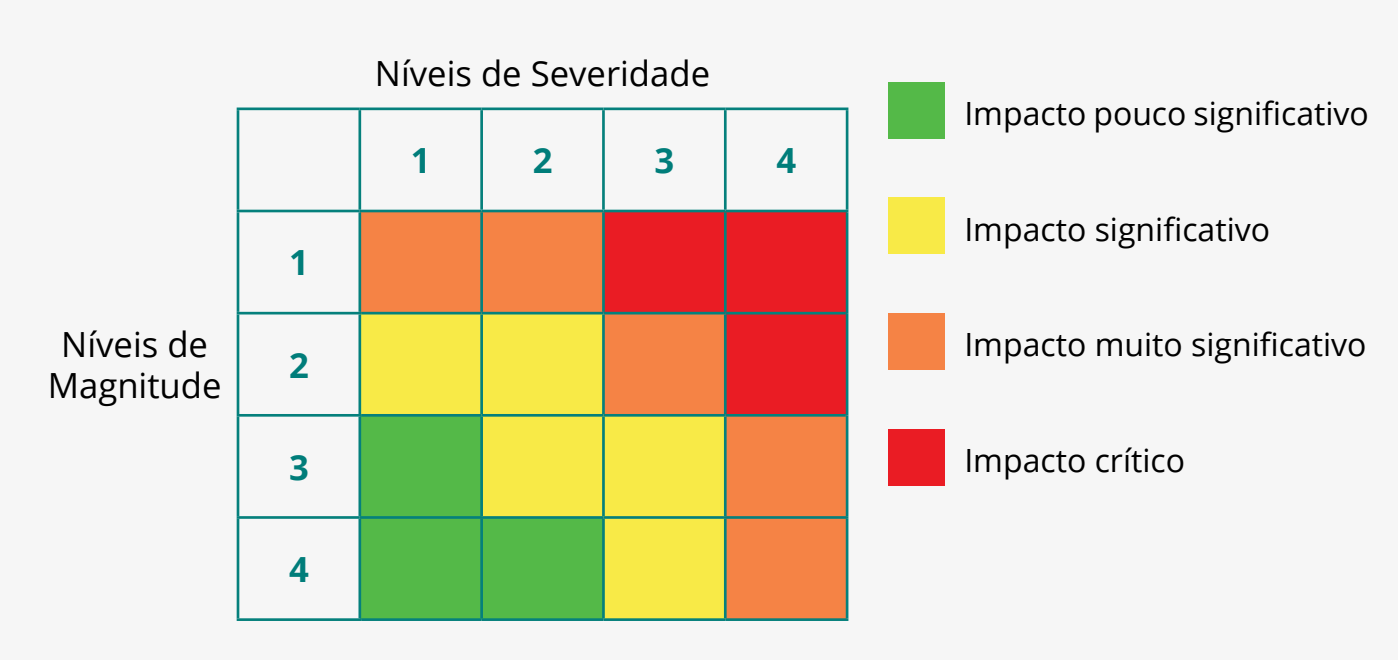
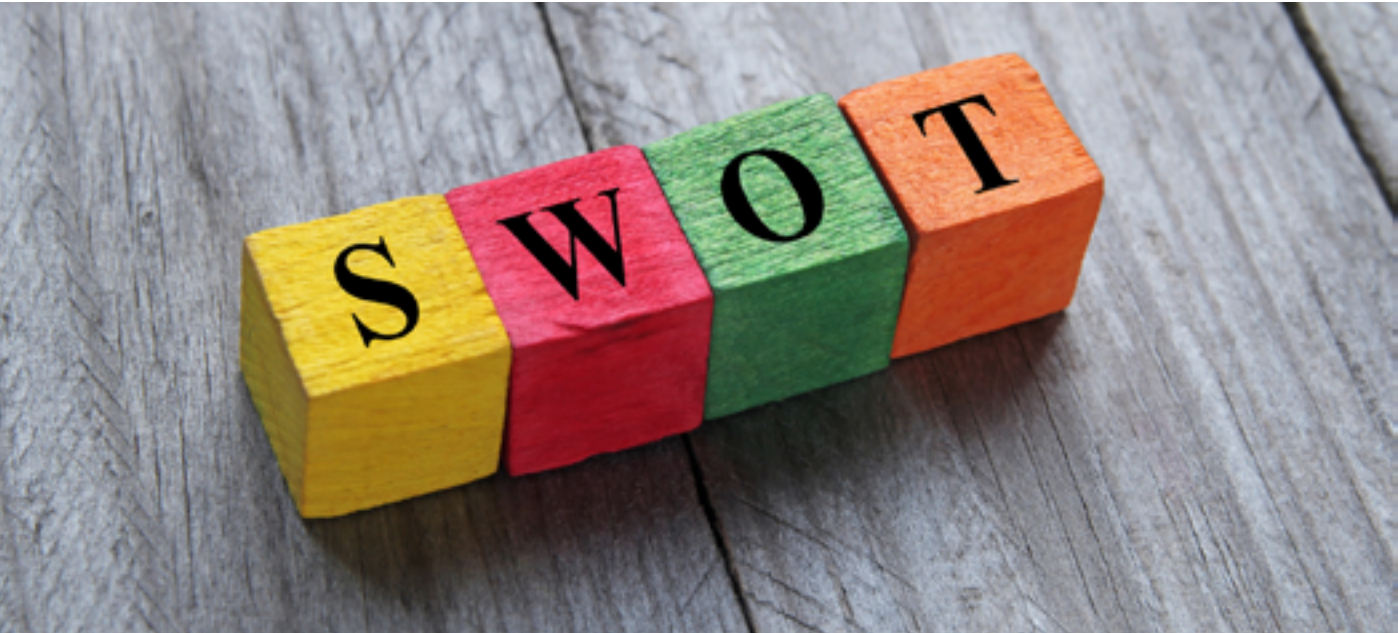


Figura 4.2: Classificação da Significância de Impactos

A metodologia de impacto, elaborada pela Expressão Socioambiental, foi adaptada, com o fito de garantir maior conformidade à proposta técnica da Futura. A metodologia utilizada pela Futura priorizou, nesta fase, somente a avaliação dos impactos definidos na matriz, como a Avaliação anterior à implan-

tação de ações de mitigação; já a Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação, não foi considerada, uma vez que as ações de mitigação serão tratadas em uma segunda matriz denominada Matriz de Priorização. A descrição desta matriz e das ações serão apresentadas no próximo capítulo.



4.4.2 Resultados Marilândia: SWOT e Matriz de Impacto

FORÇAS	OPORTUNIDADES
Existência do grupo de ciclismo - organizado entre os praticantes de Marilândia e Colatina - que pratica o cicloturismo	Existência de potencial para o desenvolvimento de circuitos de agroturismo, cicloturismo e turismo religioso
Presença de agroindústria com produção de licores, compotas, embutidos, doces caseiros, defumados e outros produtos	
Boa estrutura de serviços públicos básicos: educação e saúde	
Existência de equipamentos localizados na área rural estruturados para receber visitantes: Sítio Coisa Nossa, Fazenda Clube Marilândia, Cabana água Viva	Existência de potencial para o desenvolvimento do turismo pedagógico
Existência de atrativos naturais: Pedra do Cruzeiro, Bicas, Lagoa do Óleo	
Presença do MEPES e do Incaper: Formação técnica e estrutura de pesquisa para a cultura do conilon (Fazenda Experimental de Marilândia)	
Atuação da Igreja Católica nos eventos festivos da comunidade	
Baixo índice de violência	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Pouca atuação das políticas públicas de saúde, educação e lazer em Bonisegna	Agravamento da crise hídrica
Precariedade do transporte público (oferta de horários e de linhas)	
Baixa participação das lideranças nas discussões para projetos coletivos para o município	
Descuido com a preservação do meio ambiente	
Base agrícola pouco diversificada: dependência da cultura do café conilon	
Inexistência de sinalização para passagem de projetos na ES 248 em Bonisegna	
Tímida participação do poder público na promoção do turismo e cultura local	
Ausência de rede de tratamento do esgoto	

Matriz de impacto - Marilândia

DESCRIÇÃO DO IMPACTO		
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o evento	Veiculação de notícias negativas em redes sociais e mídias (televisão, jornal, rádio) locais, nacionais e internacionais.
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município	Redução do número de visitantes no povoado de Alto Liberdade, na maioria de Colatina, no primeiro mês após o evento
Cultura	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais e Costumes	Comprometimento dos resquícios de uma vila de pescadores com a proibição da pesca: a pesca já não se configura mais como a principal atividade de região de Bonisegna; o evento contribuiu decisivamente para este processo de enfraquecimento.
Lazer	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer (alteração da forma de uso e práticas)	Subtração do acesso ao rio para o banho e como local de convivência entre os moradores.

LEGENDA DE AVALIAÇÃO

Efeito :

IP - Impacto positivo
IN - Impacto negativo

Origem :

II - Impacto indireto
ID - Impacto direto

Duração:

1- Até 2 anos de mitigação
2- Até 5 anos de mitigação
3- Mitigação superior a 5 anos
4- Sem mitigação

AVALIAÇÃO DA MAGNITUDE E IMPORTÂNCIA DOS IMPACTOS, COM E SEM MEDIDAS MITIGADORAS / POTENCIALIZADORAS

Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação

Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância
IN	ID	1	2	1	1
IN	II	1	2	1	1
IN	II	3	2	1	1
IN	ID	3	2	3	4

Abrangência/ Magnitude:

- 1 - Impacto em áreas localizadas
- 2 - Impacto nas comunidades
- 3 - Impacto no município
- 4 - Impacto regional

Severidade:

- 1 - Baixo/ Inexpressivo
- 2 - Médio
- 3 - Médio/Alto
- 4 - Alto

Significância:

- 1 - Impacto pouco significativo
- 4 - Impacto significativo
- 7 - Impacto muito significativo
- 10 - Impacto crítico

4.4.2.1 DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Marilândia possui uma população de maioria branca, igualmente distribuídas entre a área urbana e rural, com aproximadamente 12,7% de analfabetos entre as pessoas com 15 anos ou mais. Caracteriza-se ainda por uma tradição agrária, católica e por forte presença de descendentes italianos.

De uma forma geral, a atividade turística em Marilândia é pouco desenvolvida e informal. Não existem muitas opções de serviços disponíveis para o atendimento ao turista, entretanto, é possível identificar potencialidades turísticas relacionadas ao agroturismo, cicloturismo e turismo religioso.

As principais manifestações culturais estão ligadas aos eventos promovidos pela Igreja Católica, como, por exemplo, a confecção dos tapetes de Corpus Christi.

A maior preocupação dos moradores de Marilândia é a crise hídrica que assola a região há anos. O evento agravou essa situação uma vez que inviabilizou a captação de água no rio doce que se apresentava como uma alternativa à captação de água a principal fonte, o Rio São Pedro que, atualmente, se encontra em processo de degradação.

O centro e Alto Liberdade não são cortados pelo Rio e, por isso, foram menos afetados pelo evento que Boninsegna, Batista e demais localidades ribeirinhas próximos à Rodovia ES 248, cuja população usufruía do rio como espaço de convivência, lazer e sustento por meio de atividade pesqueira.

A região de Boninsegna configura-se como a mais afetada pela subtração do acesso ao rio. É um povoado com tímida atuação do poder público em relação à oferta de serviços básicos de

saúde, educação, lazer e transporte. Em Boninsegna o principal espaço de lazer é o campo de futebol e não há alternativa ou espaço de convivência comunitária como praças e quadras.

A partir da avaliação destes impactos, é preciso considerar as potencialidades a serem desenvolvidas no município:

- A falta de opções de lazer em Boninsegna, somado a subtração de acesso ao rio, aponta para uma necessidade de investimentos nessa área;
- O potencial para o agroturismo está ligado à presença de atrativos naturais, como a Lagoa do Óleo, Bicas e a Pedra do Cruzeiro, a existência de agroindústria com produção de licores, compotas, embutidos, doces caseiros, defumados e de equipamentos localizados na área rural estruturados para receber visitantes: Sítio Coisa Nossa, Fazenda Clube Marilândia, Cabana água Viva.
- O potencial para desenvolver o cicloturismo está ligado à existência de um grupo de ciclismo organizado entre os praticantes de Marilândia e Colatina.
- O potencial para desenvolver o turismo religioso decorre da atuação da Igreja Católica nos eventos festivos da comunidade tais como a Missa da Santa Cruz realizada anualmente na Pedra do Cruzeiro e a confecção dos tapetes dos Corpus Christi.
- A atuação de instituição como MEPES e o INCAPER por meio da Fazenda Experimental de Marilândia podem dinamizar atividades pedagógicas relacionadas a pesquisas com café conilon e a formação técnica voltada para área agrícola.

Capítulo 5

PORTFÓLIOS DE PROJETOS

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em processos decisórios, deve-se recorrer a métodos que possam, de um lado, mensurar possíveis “comportamentos” e, de outro, conferir viabilidade ao atingimento de determinados objetivos e metas.

É justamente o que ocorre quando um portfólio de projetos/iniciativas está sendo trabalhado e se intenta agrupá-los e priorizá-los, tendo como base um conjunto de fatores. Nestes processos, é comum a identificação de fatores de natureza intangíveis, isto é, de difícil mensuração. O desafio é estabelecer

critérios que possam, de alguma forma, expressar numericamente a intensidade da incidência deste fator no processo de alcance dos resultados.

O modelo proposto, que será detalhado alhures, trabalha com quatro critérios, também denominados critérios “macro”, que permitem a agregação, ponderada ou não, de um conjunto de subcritérios. Este modelo tem como objetivo orientar a análise e escolha dos investimentos a serem realizados para o melhor direcionamento de recursos.

5.1.1 Capacidade de resposta ao problema – impacto detectado – e aderência aos objetivos e premissas do PROGRAMA:

Trata-se de um processo de avaliação, que visa verificar/mensurar o grau de aderência do projeto ao escopo estratégico do PROGRAMA e aos itens constantes na Cláusula

103, itens a, c, d, e, f e g, do Termo de Transação, Ajustamento e Conduta. Neste processo, é mensurado o grau de relação com o impacto detectado.

5.1.2 Capacidade de Transformação

Tem como escopo medir e comparar a capacidade de cada iniciativa quanto à contribuição para a obtenção dos resultados esperados – resultados finalísticos – de cada setor, ou no seu conjunto. Se o resultado esperado é aumentar ou retomar o fluxo turístico, por exemplo, deve-se delinear em que medida, ou grau de intensidade, uma determinada iniciativa no setor de turismo da cultura poderá contribuir.

A capacidade de transformação da iniciativa é também avaliada pelo seu potencial de motricidade, que corresponde à capacidade desta gerar sinergias e efeitos multiplicadores nos locais de impacto; potencial de promover a qualificação das instituições locais, em termos de organização; capacidade de gestão e protagonismo local.

5.1.3 – Risco de Implantação e Operação

Objetiva avaliar e mensurar, de forma aproximada/estimada, os riscos envolvidos na implementação e operacionalização da iniciativa/projeto. Neste caso, riscos poderão advir da própria complexidade que envolve as várias etapas evolutivas da iniciativa. Diz respeito, por exemplo, ao grau de convergência e adesão de parceiros envolvidos e também à qualidade – capacidade – de gestão da instituição receptora.

Parte-se do princípio que, em muitos casos, a iniciativa/projeto terá que dispor de uma instituição – associação civil, instituição pública – capaz de gerir todo o processo, inclusive a operação.

O bom êxito da iniciativa/projeto guarda relação direta com a capacidade da organização local em administrar e promover o engajamento local. Na ausência de condições locais de governança e gestão, será necessário promover a qualificação das instituições locais.

Riscos também poderão advir do aporte de recursos financeiros, especialmente quando da ocorrência de inclusão de outros parceiros nos projetos, assim como fatores não financeiros também poderão afetar o desempenho do projeto, e consequentemente, o atingimento do objetivo finalístico, que compreende recursos de infraestrutura, recursos humanos ou instalações adequadas.

Em casos específicos, também podem ser identificados riscos econômicos, de mercados. Investimentos em equipamentos turísticos, por exemplo, podem não apresentar sustentabilidade mercadológica.

São avaliados também riscos de natureza regulatória, legal, de licenciamento ambiental, jurídicos e institucionais, além dos riscos de natureza social, tal como a capacidade de engajamento e mobilização da comunidade.

5.1.4 Custos Estimados

Em razão da exiguidade do tempo para a consolidação de estimativas mais precisas dos custos/investimentos requeridos em cada iniciativa/projeto, o dimensionamento do aporte

de recursos poderá ser feito por intermédio de escala de esforço financeiro, necessário para a sua viabilização.



5.2 MODELO CONCEITUAL E SUA ESTRUTURA

O método de avaliação e hierarquização das iniciativas a ser aplicado tem como base uma adaptação simplificada do modelo desenvolvido, ainda na década de setenta, na Universidade de Pittsburgh-PA, no Katz Graduate School of Business, pelo professor e pesquisador Thomas L. Saaty. Desde a sua concepção, vem sendo aperfeiçoado e utilizado em várias situações envolvendo decisões sobre determinadas restrições ou condicionantes.

O referido método tem como escopo a produção de escalas de prioridades, valendo-se de técnicas de comparações, entre alternativas embasadas em julgamentos especializados. Este método foi utilizado no processo de priorização do portfólio de projetos do Plano de

Desenvolvimento ES 2025, um plano de longo prazo, elaborado pela empresa Macroplan. Também na sua versão atualizada – ES 2030 –, o referido método foi aplicado.

Para efeito da análise e hierarquização do portfólio de iniciativas, vinculado ao Programa Diagnóstico do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, optou-se pela simplificação do modelo básico, mantendo, no entanto, os fundamentos da sua concepção, em especial a hierarquização e agrupamentos de critérios. Do mesmo modo, os pesos relativos dos critérios e subcritérios foram definidos previamente, ou seja, sem a aplicação de critérios matemáticos.

5.2.1 Modelo de Análise Multicritério

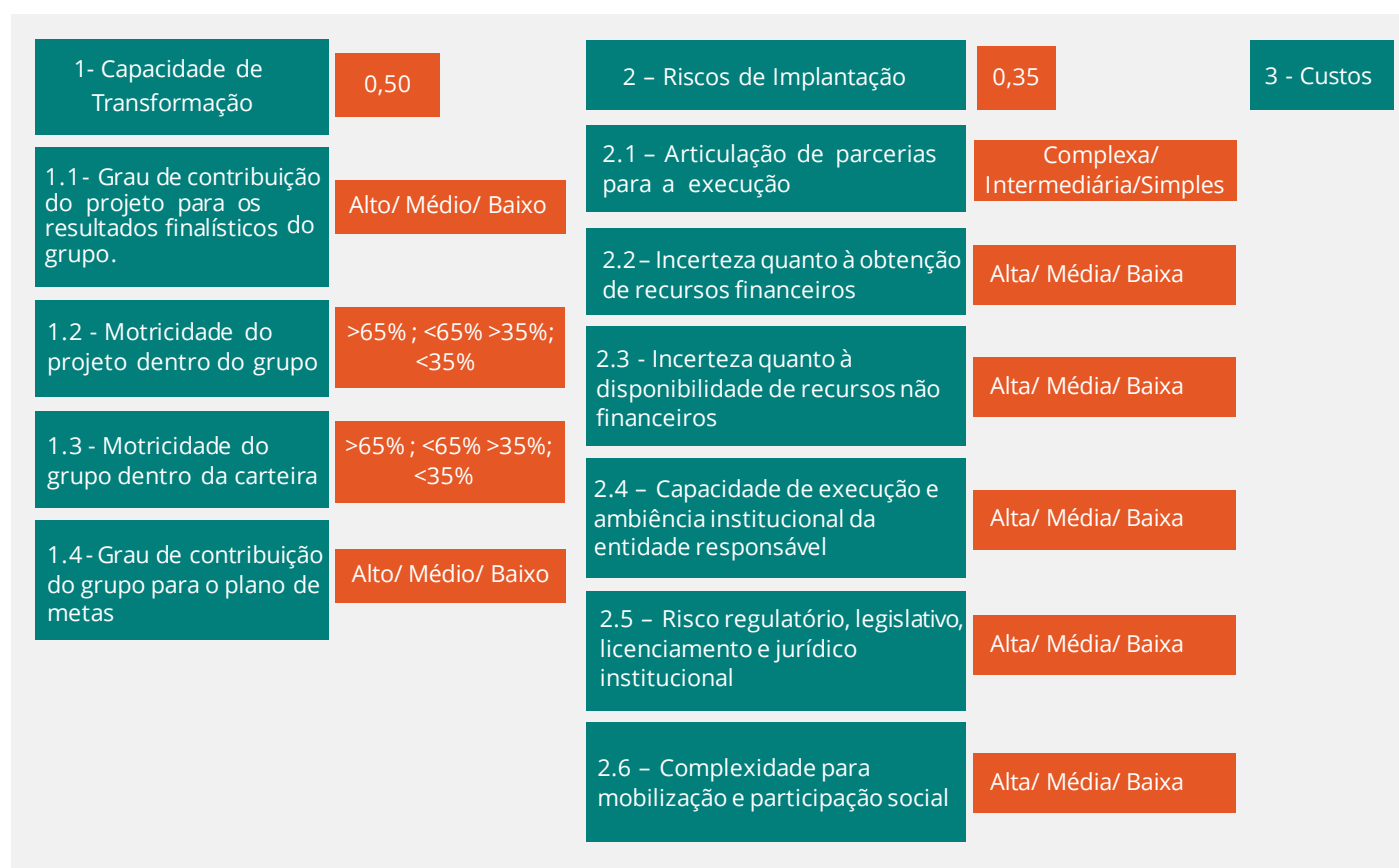


Figura 5.1: Modelo de Análise Multicritério



O modelo original trabalha com a técnica de priorização ou escala hierárquica de critérios e subcritérios, utilizando-se de comparações recíprocas, também chamadas pelo autor do modelo de pairwise comparison. Significa dizer que cada critério ou subcritério é comparado aos seus respectivos pares, por intermédio de uma escala numérica de preferência ou importância. Estes pares, dispostos em forma de matriz, possibilitam a determinação da ordem de importância aplicada para critério e subcritério.

Vale dizer que esta simplificação não invalida a aplicação do método, pois, ao serem defini-

dos previamente os pesos relativos de cada um dos critérios e subcritérios, possibilita-se a construção de confrontos entre os macrocritérios, o que torna atingível a admissão de pesos iguais para critérios e subcritérios.

A título de exemplo, serão expostos os confrontos entre macro critérios do portfólio do ES 2025. Neste interim, observa-se que os projetos constantes do quadrante de número 4, sinalizado pela cor verde mais forte, requerem cuidados, já que apresentam alta capacidade de gerar transformações, ao mesmo tempo em que tendem a incorrer em riscos maiores.

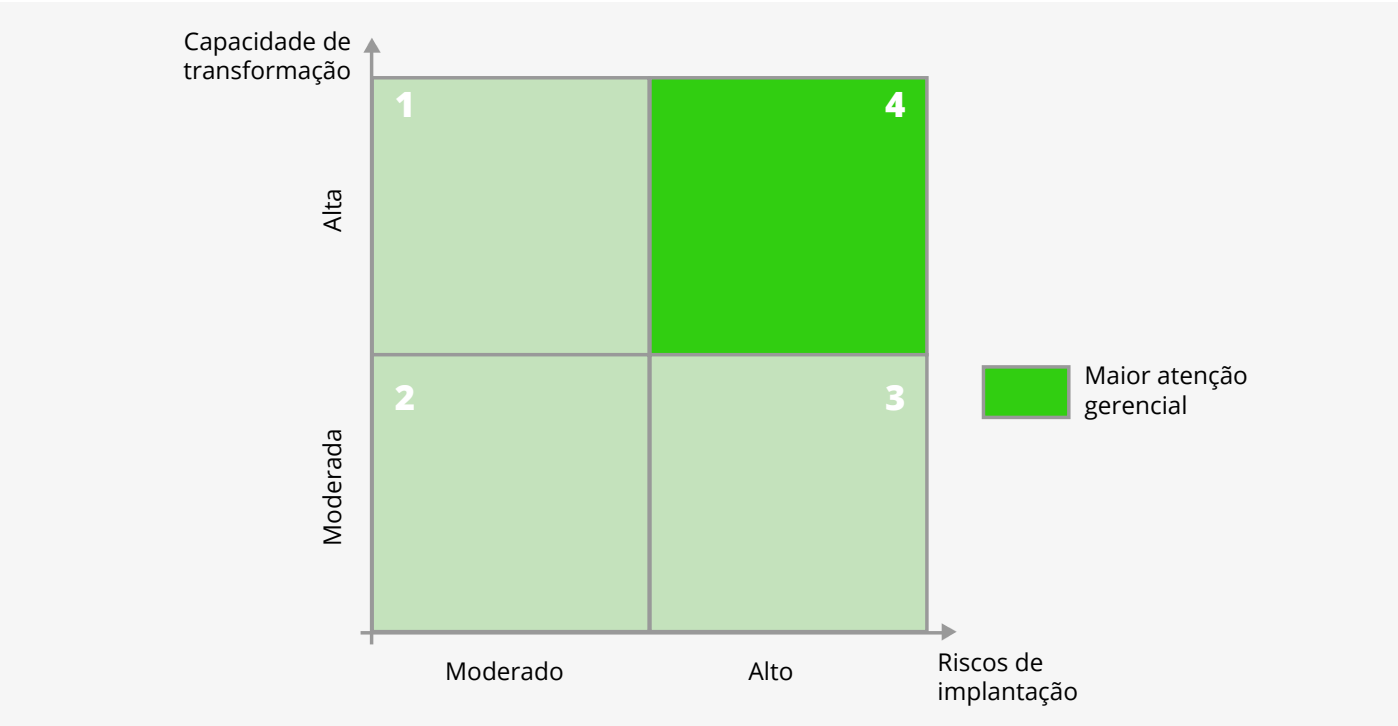


Figura 5.2: Transformação x Risco

Na sequência, são confrontados os projetos nas dimensões de Capacidade de Transformação e Risco de Implantação. Obviamente aqueles projetos localizados no quadrante 4

são aqueles que merecem atenção especial pois combinam alto potencial de transformação, mas também carregam alto risco.

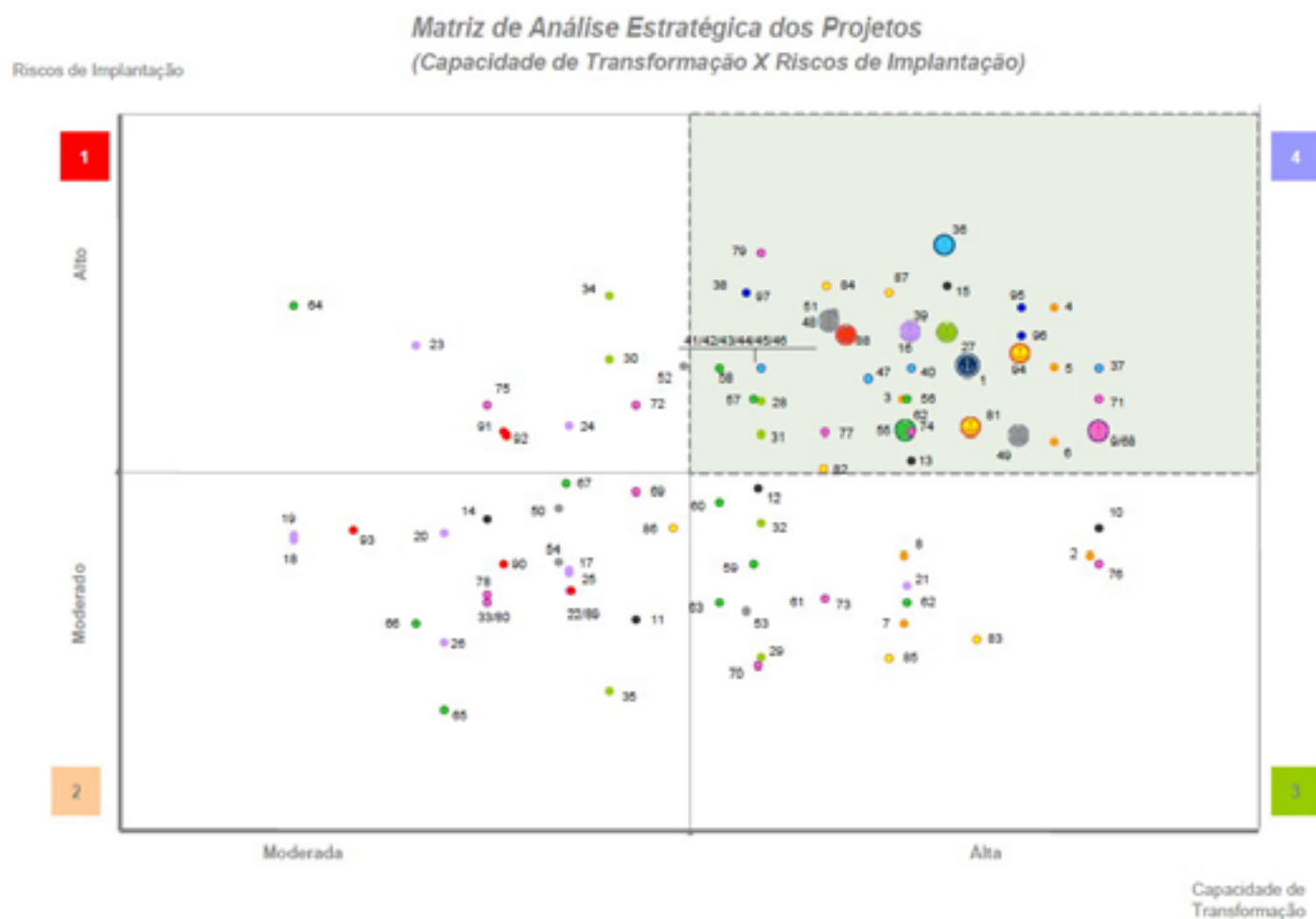


Figura 5.3: Risco x Transformação

Da mesma forma, podem ser elaboradas comparações entre Capacidade de Transformação e Custo; Resposta ao Problema (impacto) e Capacidade de Transformação.

Independentemente das comparações “par a par”, cada critério macro poderá ser objeto

de “ranqueamento” de projetos/iniciativas, de modo que poderão ser dispostos, em ordem de grandeza, os projetos com base no critério Capacidade de Transformação, ou também por intensidade de risco, de custo e de aderência estratégica aos objetivos finalísticos do Programa.



5.2.1 .1 ESCALA DE HIERARQUIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS

O modelo original trabalha com a escala com graduação de 1 a 9. No entanto, não existem limitações para a aplicação de outras escalas numéricas. No caso específico do ES 2030, a escala utilizada trabalha com três possibilidades, retratando posições relativas do tipo alta, média e baixa, o que não impede que, numa outra escala, sejam utilizados outros formatos.

A escala naturalmente definirá os valores numéricos (pares) utilizados nos gráficos de confrontos, ou seja, um ponto disposto no gráfi-

co poderá ser tanto (3;3), numa comparação entre Capacidade de Transformação e Risco, como também (9;9) ou (7;8). Sugere-se uma escala numérica capaz de captar ao máximo as avaliações e percepções dos especialistas.

A seguir são apresentados os quadros de ponderações de critérios e subcritérios e a escala de atribuições de “notas” dos mesmos, que serão utilizadas na avaliação e hierarquização das iniciativas.

MACROCRITÉRIO	SUBCRITÉRIO	ESCOPO	ESCALA*	PONDERAÇÃO
1- Capacidade de resposta ao problema (impacto)	1.1- Grau de aderência da iniciativa ao impacto diagnosticado	A iniciativa tem relação com o impacto diagnosticado (trazer da matriz de impacto)	1;4;7;10	6,45%
	1.2- Grau de alinhamento à cláusula 103 do ACORDO	Em que medida (grau) a iniciativa atende a um ou mais itens da referida cláusula - itens a, c, d, e, f e h	1;4;7;10	15,36%
2- Capacidade de Transformação	2.1- Grau de contribuição da iniciativa/projeto para os resultados esperados - finalísticos	Em que grau a iniciativa contribui para os resultados esperados nos próximos 5 anos	1;4;7;10	15,80%
	2.2- Motricidade da iniciativa	Qual a contribuição da iniciativa na geração de sinergia e efeitos multiplicadores nos locais de impacto	1;4;7;10	13,29%
	2.3- Potencial de impacto nas instituições e organizações locais	Melhoria das instituições e associações, em termos de organização e gestão	1;4;7;10	6,21%
	2.4 - Capacidade promover e qualificar o capital social local	Em que grau a iniciativa contribui para a melhoria da organização da sociedade local (capital social): fortalecimento do "espírito coletivo" e percepção do bem comum	1;4;7;10	5,14%

Quadro 5.1: Ponderação dos Macrocritérios

MACROCRITÉRIO	SUBCRITÉRIO	ESCOPO	ESCALA*	PONDERAÇÃO
3- Riscos envolvidos	3.1 - Grau de complexidade na implantação da iniciativa	Complexidade na estruturação e mobilização de parcerias consideradas necessárias e indispensáveis: grau de convergência de interesses, capacidade de liderança, gestão e organização	1;4;7;10	5,61%
	3.2- Grau de segurança na viabilização de recursos financeiros	Em que medida (grau) a viabilização de recursos financeiros de outros patrocinadores - contrapartidas ou parcerias locais. Em que medida isso poderá afetar o desenvolvimento da iniciativa	1;4;7;10	7,23%
	3.3- Incertezas quanto à disponibilidade de fatores/recursos não financeiros	Disponibilidade: capital físico - instalações - equipamento ou infraestrutura; capital humano qualificado, conhecimento, etc.	1;4;7;10	5,34%
	3.4- Capacidade de governança e gestão na implantação e na operação	Qualificação da entidade responsável: histórico de êxito e eficiência, recursos humanos adequados	1;4;7;10	7,52%
	3.5- Risco regulatório; legal; de licenciamento, jurídico ou institucional	Existência de condições prévias à execução do projeto, que podem comprometer o seu êxito	1;4;7;10	4,68%
	3.6- Sustentabilidade social	A iniciativa se sustenta sem forte engajamento e participação social. A sua ausência ou precariedade pode comprometer o desempenho do projeto?	1;4;7;10	2,81%
4- Custo/ Investimento	4.1- Viabilidade financeira	Dimensão percebida - estimada - do projeto/ iniciativa	1;4;7;10	4,55%

* Referência: Descrição da Escala

Leitura da escala	1	4	7	10
Descrição	POUCA importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência	MODERADA importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência	GRANDE importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência	ALTÍSSIMA importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência

Quadro 5.2: Escala

A figura abaixo apresenta a estrutura hierarquizada de critérios para avaliação e priorização de iniciativas, decorrentes das avaliações de impactos e proposições levantadas em cada um dos municípios e localidades específicas.

5.2.2 Modelo de Análise Multicritério de Hierarquização

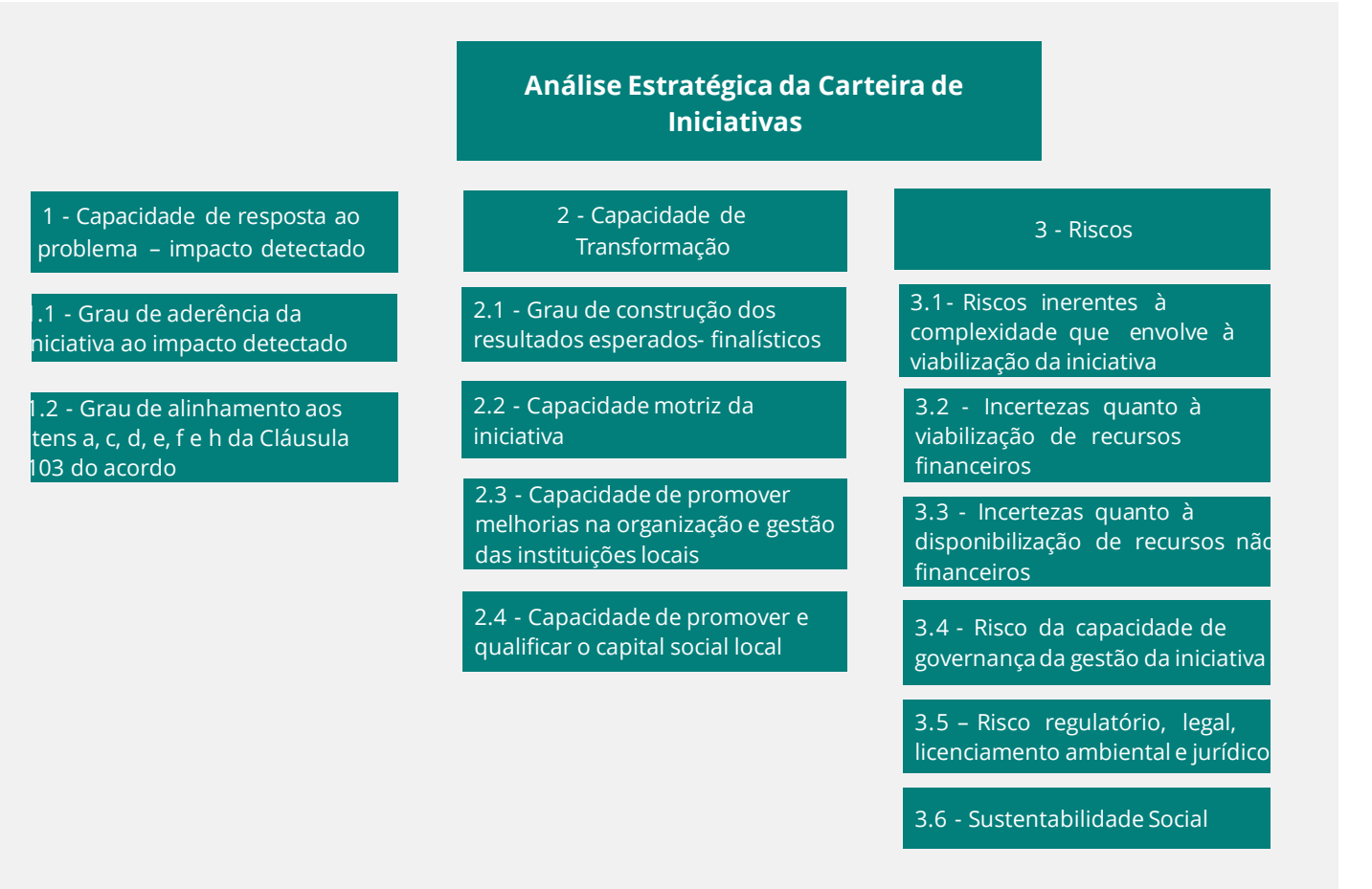


Figura 5.4: Análise da Carteira de Iniciativas



Quanto às ponderações sugeridas:

CRITÉRIOS DE SEGUNDA ORDEM	Pesos	PRIMEIRA ORDEM
Critérios		Macro critérios
1.1- Grau de aderência da iniciativa ao impacto diagnosticado	6,45%	21,82%
1.2- Grau de alinhamento à cláusula 103 do ACORDO	15,36%	
2.1- Grau de contribuição da iniciativa/projeto para os resultados esperados - finalísticos	15,80%	40,44%
2.2- Motricidade da iniciativa	13,29%	
2.3- Potencial de impacto nas instituições e organizações locais	6,21%	
2.4 - Capacidade promover e qualificar o capital social local	5,14%	
3.1 - Grau de complexidade na implantação da iniciativa	5,61%	
3.2- Grau de segurança na viabilização de recursos financeiros	7,23%	33,19%
3.3- Incertezas quanto à disponibilidade de fatores/ recursos não financeiros	5,34%	
3.4- Capacidade de governança e gestão na implantação e na operação	7,52%	
3.5- Risco regulatório, legal, de licenciamento, jurídico ou institucional	4,68%	
3.6- Sustentabilidade social	2,81%	
4.1- Viabilidade financeira	4,55%	4,55%

Quadro 5.3: Critérios de Segunda Ordem



5.2.3 Matriz de Avaliação de Iniciativas - MAI

A MAI está dividida em seis campos básicos, que, em alguns casos, estão subdivididos em subcampos:

5.2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS INICIATIVAS

Esse campo permite a filtragem das iniciativas em vários cortes:

- Título do projeto ou ação;
- Área da iniciativa: turismo, cultura, esporte e lazer;
- Classificação da iniciativa: reparatória ou compensatória;

Reparatória: compreendem medidas e ações que tem o objetivo de mitigar, remediar ou reparar, impactos socioambientais e socioeconômicos, advindos ao evento.

Compensatória: de acordo com o TAC, compreendem medidas e ações, que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis, advindos do Evento por meio das melhorias das condições socioambien-

tais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível.

- Classificação quanto à finalidade da iniciativa:

Planificador: iniciativas de natureza normativa e de instrumentalização do planejamento a longo prazo;

Qualificador: treinamento e fortalecimento institucional;

Estruturante: intervenções na infraestrutura, melhorias e adequação de espaços, especialmente os de uso coletivo;

Promocional: iniciativas de marketing e de divulgação.

5.2.3.2 MACRO CRITÉRIO 1 – CAPACIDADE DE RESPOSTA AO PROBLEMA

Considera a média da avaliação de qual ou quais itens da Cláusula 103 previstas, pelo TAC, estão sendo atendidas e em que grau. Considera também a aderência de iniciativa ao conjunto de impactos identificados.

5.2.3.3 MACRO CRITÉRIO 2 – CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO PROBLEMA

Cada campo de critério macro divide-se em subcampos de critérios de segunda ordem apresentados no Quadro 5.3 (critérios de hierarquização)

5.2.3.4 MACRO CRITÉRIO 3 – RISCOS ENVOLVIDOS

Cada campo de critério macro divide-se em subcampos de critérios de segunda ordem apresentados no Quadro 5.3 (critérios de hierarquização)

5.2.3.5 MACRO CRITÉRIO 4 – CUSTOS ESTIMADOS

Neste campo, como não há uma estimativa do investimento necessário para cada ação, foi utilizada a menor nota prevista na escala, definida no Quadro 5.2

5.2.3.6 INDICADOR GERAL PONDERADO

Nota média final das iniciativas ponderada pelos pesos de cada macro critério. A escala utilizada para o preenchimento dos subcampos de cada macro critério, está descrita no Quadro 5.2

5.3 LISTA DE INICIATIVAS E HIERARQUIZAÇÃO DE PROJETOS

5.3.1 Lista de Iniciativas

A Lista de Iniciativas, foi elaborada a partir da análise das informações coletadas e à luz da avaliação dos impactos identificados em Marilândia. A lista apresenta uma breve descrição dos projetos que poderão ser desenvolvidas no município com o objetivo de reparar ou compensar os impactos advindos do evento.

Projetos Extraídos do Diagnóstico	Descrição dos Projetos	Executores e Parceiros
1 - Construção de área de lazer	Criação de espaço de convivência e lazer em Boninsega para a comunidade: parquinho infantil, espaço para festas e reuniões	Prefeitura Municipal de Marilândia e Fundação Renova
2 - Estruturação de um circuito intermunicipal para a prática do ciclismo	Definição de um trajeto entre Marilândia e Colatina. Estruturação, sinalização e adequação das vias	Prefeitura Municipal de Marilândia; Governo do Estado e Fundação Renova
3 - Estruturação de um circuito de Agroturismo	Definição das rotas, apoio à formalização da agroindústria, capacitação dos empreendedores locais para o atendimento ao turista	Prefeitura Municipal de Marilândia; Fundação Renova; SEBRAE e SENAC
4 - Plano de desenvolvimento para o turismo e cultura	Criação de um plano de Plano de desenvolvimento para o turismo e cultura para o município	Prefeitura Municipal de Marilândia

5.3.2 - Matriz de Avaliação de Iniciativas: MAI Marilândia

CARACTERIZAÇÃO DA INICIATIVA		MACRO CRITÉRIO 1 - CAPACIDADE DE RESPOSTA DO PROBLEMA		
INICIATIVA	Área/ Classificação da Medida/ Classificação quanto à finalidade	6,45%	15,36%	21,82%
		Grau de aderência da Iniciativa aos impactos identificados	Grau de alinhamento à cláusula 103 do arcordo (média das avaliações dos itens a, c, d e, f e h)	MÉDIA MACRO CRITÉRIO 1
Construção de área de lazer na localidade de Bonisegna	Lazer - Medida Compensatória - Estruturante	10	2,5	4,72
Estruturação de um circuito intermunicipal para a prática do ciclismo	Esporte - Medida Compensatória - Estruturante	1	2,5	2,06
Estruturação de um circuito de Agroturismo	Turismo - Medida Compensatória - Estruturante	1	2	1,70
Plano de desenvolvimento para o turismo e cultura	Turismo - Medida Compensatória - Planificador	1	2	1,70

A Matriz de Hierarquização de Iniciativas de Marilândia obedece aos critérios definidos na metodologia já apresentada, no item 5.1 deste capítulo, para a avaliação da lista de iniciativas propostas, a partir do diagnóstico das áreas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

MACRO CRITÉRIO 2 - CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA INICIATIVA				
15,80%	13,29%	6,21%	5,14%	40,44%
Grau de contribuição da iniciativa/projeto para os resultados esperados - finalísticos	Motricidade da iniciativa	Potencial de impacto nas instituições e organizações locais	Capacidade promover e qualificar o capital social local	MACRO CRITÉRIO 2 (MÉDIA PONDERADA)
7	4	4	4	5,17
4	1	1	1	2,17
4	7	4	4	4,99
1	7	7	7	4,66

5.3.2 - Matriz de Avaliação de Iniciativas: MAI Marilândia (continuação)

CARACTERIZAÇÃO DA INICIATIVA		MACRO CRITÉRIO 3 -			
INICIATIVA	Área/ Classificação da Medida/ Classificação quanto à finalidade	5,61%	7,23%	5,34%	7,52%
		Grau de complexidade na implantação da iniciativa	Grau de segurança na viabilização de recursos financeiros	Incertezas quanto à disponibilidade de fatores/recursos não financeiros	Capacidade de governança e gestão na implantação e na operação
Construção de área de lazer na localidade de Bonisegna	Lazer - Medida Compensatória - Estruturante	1	4	1	1
Estruturação de um circuito intermunicipal para a prática do ciclismo	Esporte - Medida Compensatória - Estruturante	1	7	1	1
Estruturação de um circuito de Agroturismo	Turismo - Medida Compensatória - Estruturante	4	4	1	7
Plano de desenvolvimento para o turismo e cultura	Turismo - Medida Compensatória - Planificador	4	1	1	7

RISCOS ENVOLVIDOS			MACRO CRITÉRIO 4 -INVESTIMENTO ESTIMADO	INDICADOR GERAL PONDERADO
4,68%	2,81%	33,19%	4,55%	4,55%
Risco regulatório, legal, de licenciamento, jurídico ou institucional	Sustentabilidade social	MACRO CRITÉRIO 3 (MÉDIA PONDERADA)	MACRO CRITÉRIO 4	
1	1	1,65	1	3,37
7	1	3,15	1	1,48
1	7	4,03	1	2,52
1	1	2,87	1	2,42

5.3.3 Análise Gráfica

No gráfico 5.1 é apresentada a relação de três Macrocritérios: Capacidade de Transformação, Capacidade de Resposta e Risco Avaliado.

No eixo vertical plano constam os valores relativos à Capacidade de Transformação dos projetos, no eixo horizontal plano, os valores

relativos à capacidade de resposta ao problema detectado; e por fim, o terceiro eixo é representado pelo tamanho da bolha, ou seja, quanto maior a bolha maior o risco envolvido e consequentemente, maior a necessidade acompanhamento e gerenciamento

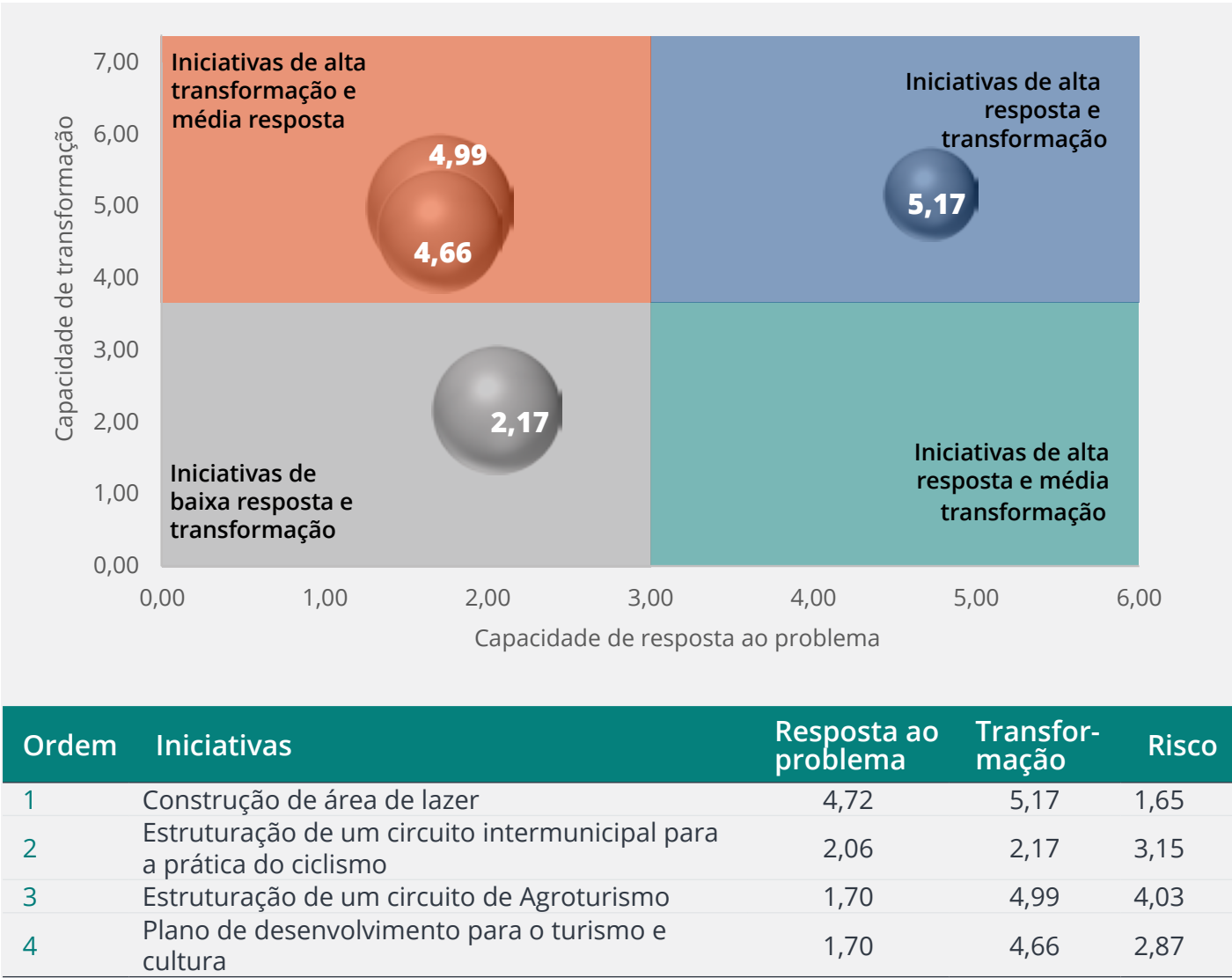


Gráfico 5.1: Capacidade de Transformação x Capacidade de Resposta ao Problema x Risco
Elaboração: Futura

A partir da análise gráfica, é possível inferir:

- A iniciativa 1 é considerada prioritária, trata-se da construção da área de lazer em Boninsegna, comunidade Ribeirinha que foi afetada pela chegada da pluma de rejeitos.

A iniciativa se apresenta com as condições consideradas ideais para a sua implementação: baixo risco e elevada capacidade de transformação e de resposta ao problema.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. A. **O desbravamento das selvas do rio Doce**. Rio de Janeiro. Jose Olympio, 1978, p.219.

_____, Marco, GUTIERREZ, Gustavo. **Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida**. In: VILAR-TA Roberto (Org). Qualidade de vida e políticas públicas. Campinas: IPES editorial, 2004.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 1998.

_____(Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão** – desenvolvimento regional, rede de produção e cluster. São Paulo: Manole, 2012.

CAMARGO, Laura Alice Rinaldi. Lazer, Turismo e Cultura. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores**: velhos e novos desafios, Florianópolis – SC, Jul.2015. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org>>. Acesso em Dez.2016.

_____, L. O. L. **O que é lazer**. 3. ed., 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COOPER, C.; WANHILL, J.; GILBERT, S.; SHEPHERD, D. **Turismo, princípios e práticas**. Tradução de Alexandre Salvaterra. 84ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007, p.73.

CAPAI, Humberto (Org.). **Atlas do Folclore Capixaba**. Vitória, ES: Usina de imagem e Sebrae, 2009.

DUMAZEDIER, Joffre - Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ESPÍRITO SANTO (Estado) – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano De Desenvolvimento Sustentável Do Turismo Do Espírito Santo 2025**. Vitória, ES.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: As virtudes sociais e a criação da prosperidade; tradução de Alberto Lopes.- Rio de Janeiro: Rocco, 1996

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/ DN, 2005.

Governo do Estado do Espírito Santo. **Espírito Santo 2025**: Plano de desenvolvimento. Vitória ES: Secretaria de Estado de Planejamento, 2006.

_____. **Espírito Santo 2030**: plano de desenvolvimento. Vitória (ES): Secretaria de Estado de Planejamento, 2013. p.252.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **Síntese do Município – Marilândia**: População estimada para 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em jan.2017.

Instituto Pesquisa Estatística e Aplicada [IPEA]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em dez.2016.

KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: Trigo, Luiz Gonzaga Godoi et al. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. SP. Roca, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **A formação e o desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para a atuação em políticas públicas. Campinas: Papirus, 2003a.

_____. **C. Lazer e educação**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003b.

MTUR. **Plano Nacional do Turismo** - Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em jan.2017.

_____. **Cartilha de Categorização do Turismo**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br>>. Acesso em jan.2017.

_____. **Marcos Conceituais**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em dez. 2016.

_____. **Roteiros do Brasil, – 2007**, Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br>>. Acesso em dez. 2016.

_____. **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em dez. 2016.

NETTO, Alexandre Panosso; GAETA, Cecília. **Turismo de experiência**. São Paulo: Senac, 2010.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [19--], 1969.

NEVES, Betina. **Por que ninguém viaja para o Brasil?**. Revista Super Interessante, 04.jun.2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br>>. Acesso em 27. Dez. 2016.

Ônibus Brasil. **Marilândia Turismo**. Disponível em: <http://onibusbrasil.com>>. Acesso em jan.2017.

Organização Mundial do Turismo [OMT]. **Recomendaciones para elaboración de estadísticas turísticas 2008**, Disponível em: <<http://unstats.un.org>>. Acesso em dez. 2016.

Prefeitura Municipal de Marilândia. **Guia de Serviços**. Disponível em: <<http://marilandia.es.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

_____. **Pedra do Cruzeiro, um lugar sagrado**. Disponível em: <http://marilandia.es.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

_____. **Turista**. Disponível em: <<http://marilandia.es.gov.br>>. Acesso em jan. 2017

REQUIXA, Renato. **As dimensões do lazer**. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto. n. 45, 1980.

SAATY, Thomas L. **The Analytic Hierarchy Process**, New York: McGraw Hill. Pittsburgh: RWS Publications, 1980.

_____. **Decision making with the analytic hierarchy process**. International journal of services sciences, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Secretaria de Estado da Cultura [SECULT]. **Publicações: Escritos do Patrimônio**. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br>>. Acesso em 03. jan. 2017.

_____. **Observatório do Turismo do Estado do ES**. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br>>. Acesso em 15.dez.2016.

_____. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo - Arquitetura**. Vitória: Secult, 2009, p.560. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br>>. Acesso em jan.2017.

Secretaria de Esportes e Lazer [SESPORT]. **Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho**. Disponível em: <<https://sesport.es.gov.br>>. Acesso em jan.2017.

_____. **Estádio Estadual Kleber Andrade** Disponível em: <[://sesport.es.gov.br](https://sesport.es.gov.br)>. Acesso em jan. 2017.

Secretaria de Turismo (SETUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística Verde e das Águas**. Disponível em <<http://www.linhares.es.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

_____. **Pesquisa de Demanda Turística no Estado do Espírito Santo Verão – 2016**: Região Verde e das Águas. Disponível em: <<http://tinyurl.com>>. Acesso em jan.2017.

Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República [SEAP]. **Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Itajaí: 2005, p.151.

SOUZA, Norma de Sitta; DE GARÇA, Educacional. **Turismo, Lazer e Recreação**: um olhar denso sobre acepções, significados e características deste segmento. Revista científica eletrônica de turismo, Ano IX, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://faef.revista.inf.br>>. Acesso em jan.2017.

STANGE, Afredo et al. **Uma análise consolidada dos impactos no turismo**. In.: CALIMAN, Orlando (Org.). Impactos sobre o turismo no Espírito Santo. Vitória: Sebrae/ES, 2005, p. 135-142.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoy. **Turismo, paisagem e ambiente**. In: CORIOLANO, L.N.M.T (org). Turismo com ética. Fortaleza: Funece, 1998, v. 01, p. 205-215.

UNWTO. **AM Reports Global Report on Shopping Tourism**. Madrid: v.8, 2014, p.65.

Viação Marilândia. **Atividades de Negócio da Empresa**. Disponível em: <http://cnpj.info>. Acesso em jan. 2017.

WARNIER, Jean Pierre. **A Mundialização da Cultura**. Tradução: Luis Felipe Sarmiento. Lisboa: Notícias, 2000, p.120.

World Travel&Tourism Council [WTTC]. Disponível em: <www.wttc.org>. Acesso em jan.2017.

World Tourism Organization (UNWTO). **Tourism in the Americas** - Annual Report 2013. Disponível em: < <http://cf.cdn.unwto.org>>. Acesso em jan.2017.

ZUNTI, M. L. G. **Panorama Histórico de Linhares**. Linhares: Pousada das Letras, 2ªed, 1982.

Equipe técnica

Coordenação e Supervisão Geral

Orlando Caliman

Gerente do Projeto

José Luiz Orrico

Consultores

José Valdemar Pin

Ludmila Dutra

Renata Morandi

Equipe Técnica

Simone Cardoso

Renata Junger

Magnus Francisco dos Santos

Thiago Lani

Luiza Bissoli

Jamila Louzada

Dennysvan Denard

Fabício Siqueira

Paula Orrico

Tamara Barros

Apoio Operacional de Campo

Edilaine Teixeira

Fernanda Emanuela Carvalho

Marcia Angela Moura

Marcia Petersen

Nivea Medeiros

Rita De Cassia Ribeiro

Soraya Amaral

Ueverton Sizini

Uliana De Almeida

Vagner Miranda

Diagramação e Revisão

Renata Orrico

Paola Pasolini



FUTURA